



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

O UNICÓRNIO E O RINOCERONTE:

Uma análise do ProJovem a partir da percepção de seus beneficiários.

Olívia Maria Costa Silveira

Salvador
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

OLIVIA MARIA COSTA SILVEIRA

O UNICÓRNIO E O RINOCERONTE:

Análise do ProJovem a partir da percepção de seus beneficiários.

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof.º Dr. José Albertino Lordelo.

Salvador
2009

UFBA/ Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

S587 Silveira, Olívia Maria Costa.

O unicórnio e o rinoceronte : análise do ProJovem a partir de seus beneficiários / Olívia Maria Costa Silveira. - 2009.
167 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. José Albertino Lordelo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2009.

1. Juventude – Política governamental - Brasil. 2. Juventude – Condições sociais – Bahia. 3. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. I. Lordelo, José Albertino Carvalho. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 305.230981 - 22 ed.

RESUMO

Este trabalho analisou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem com objetivo de investigar a percepção de mudança desses jovens quanto à escolarização e o mundo do trabalho. A partir da proposição de Minayo que enfatiza a análise de políticas públicas através da observação das mudanças que provocam, buscou-se compreender o conceito de mudança com base na sociologia (mudança social) e na psicologia (processos de mudança do indivíduo), com foco na relação aprendizagem – mudança. Para situar a discussão, foram trazidos conceitos de juventude e políticas públicas. Também se buscou entender a diferença entre educação e escolarização, assim como as novas exigências do mundo do trabalho. A partir desse quadro teórico, a investigação foi conduzida em três eixos: a continuidade do processo de escolarização, alterações em relação ao mundo do trabalho e impacto sobre atitudes e valores dos sujeitos. Os dados foram levantados em uma amostra de egressos residentes em Salvador – Bahia. Foram utilizadas abordagens quantitativa (especialmente *survey*, com aplicação de questionários com 194 egressos do Programa) e qualitativa (realização de dois grupos focais com 14 jovens que também participaram do *survey*), além de análise de documentos na busca por maior compreensão sobre o Programa e as percepções de seus beneficiários. Como resultado observou-se que, das mudanças percebidas pelos jovens, algumas são mais valorizadas que outras. A conclusão do ensino fundamental aparece como o principal ganho para os jovens entrevistados, pois lhes trouxe novas perspectivas e aumento da auto-estima e confiança. Já a qualificação profissional oferecida pelo Programa foi apontada como muito aquém das expectativas dos sujeitos.

Palavras-chave: ProJovem; juventude, política pública, política pública de juventude

ABSTRACT

This research examined the Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, a national public policy that aims at educating young people that are out of the educational system and of the job market. The investigation was carried out in order to verify changes in the way the young people affected by the policy perceive schooling and job market. It was based on Minayo's proposition to analyze public policy from the observation of the changes it results. To do so, the research utilized concepts of change both from the sociological and psychological fields, as well as the concepts of public policy and youth, education and schooling. The data were obtained from a sample of elementary school graduates in Salvador-Bahia. Quantitative and qualitative approaches were used. The results show that there were changes in perception, but in different levels of importance. To the graduates in the sample, the gains came from finishing primary school, but the professional qualification they expected in the beginning of the Program was not attained.

Keywords: ProJovem, youth, public policy, youth public policy

AGRADECIMENTOS

Inicialmente pensei em começar meus agradecimentos dizendo do esforço, no meu caso quase sobre-humano, que foi sentar e me concentrar em um único tema durante os momentos de escrita da dissertação. Pensei em explicar o quanto que o apoio de algumas pessoas foi decisivo para que isso acontecesse e o quanto sou grata a todas elas. Como dizer tudo isso de forma minimamente interessante me faria ficar outras tantas horas sentada e concentrada em um único tema, decidi pular essa parte e direto ao que interessa, sendo assim, eis os meus agradecimentos:

Zé, como você foi mais um companheiro que um orientador (aquela figura a quem tenho que prestar contas e diz que não ficou bom) não serei formal em meus agradecimentos, por isso: valeu pela força e pela compreensão... quando precisar tem Labirin no estoque...

Pessoal do SMA/Nordeste I (sem nenhuma ordem de nada): Mari, Angélica, Carol, Ednaldo, Lula, Kátia, Cátia, Fabrízio (que será sempre parte dessa equipe, apesar da distância), Daiane, Nat, Aline (minhas garotas super-poderosas) e Lenice. Agradeço o trabalho (literalmente), a paciência e a dedicação... Espero poder está à altura de vocês algum dia.

Professora Celma Borges agradeço muitíssimo as críticas, as dicas e as referências bibliográficas.

Galera de casa: família e amigos a gente não agradece, incomoda para sempre...

E por fim, agradeço especialmente aos 194 jovens que aceitaram partilhar uma pequena parte de suas vidas com todos, tornando possível este estudo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistematização da leitura sobre o papel da escolarização no capítulo 04 do livro Avaliação da Aprendizagem Escolar, de Cipriano Luckesi, 10 ^a ed. São Paulo: Cortez, 2000.	18
Figura 2: Sistematização dos processos de mudanças tecnológicas e o novo perfil do trabalhador.	22
Figura 3: Sistematização da leitura do ciclo das políticas públicas como proposto por Carvalho 2006. In: Gestão da política pública da assistência social em São Luis - MA	33
Figura 4: Sistematização do “novo” ProJovem	43
Figura 5: Modelo de análise e quadro operacional	58
Figura 6: Células que compuseram a planilha em Excel encaminhada pelo CAEd atendendo a solicitação feita pela autora.	62
Figura 7: Modelo de organização de sala para grupo focal.	67
Figura 8: Estrutura de funcionamento do ProJovem	81
Figura 9: Estrutura Operacional do SMA	84
Figura 10: Organograma ProJovem nas capitais	86
Figura 11: Distribuição por número de filhos	90
Figura 12: Cruzamento entre gênero e prole.	91
Figura 13: Distribuição por idade em que entrou na escola	92
Figura 14: Motivos que levaram a interrupção dos estudos anteriormente ao ProJovem.	94
Figura 15: Cruzamento entre gênero e motivos para interrupção dos estudos anteriormente ao ProJovem.	95
Figura 16: Distribuição por situação de trabalho anteriormente ao ProJovem.....	102
Figura 17: Distribuição percentual referente às áreas de trabalho que absorviam o trabalho do egresso anteriormente ao ProJovem.	104
Figura 18: Meios mais freqüentes utilizados pelos egressos na procura por trabalho anteriormente ao ProJovem	105
Figura 19: Situação atual escolarização	113
Figura 20: Principal motivo para não continuar os estudos após o ProJovem	115
Figura 21: Relação Gênero x Principal motivo para não continuidade dos estudos	117
Figura 22: Influência do ProJovem quanto à situação atual do egresso em relação à escola.	118
Figura 23: Distribuição da situação atual dos egressos em relação à trabalho/emprego.....	124

Figura 24: Cruzamento entre situação de trabalho/emprego antes e depois da participação no ProJovem	125
Figura 25: Influência da participação no ProJovem sobre a relação com o mundo do trabalho	126
Figura 26: Cruzamento área de atuação antes de depois do ProJovem.....	127
Figura 27: Formas de procurar trabalho antes e depois do ProJovem.....	128
Figura 28: Atendimento das expectativas.....	133
Figura 29: Mudanças referidas pelos egressos a partir de sua participação no ProJovem	134
Figura 30: Mapa Conceitual – aspectos do ProJovem considerados positivos por seus egresso	135
Figura 31: Mapa conceitual – aspectos do ProJovem considerados negativos por seus egressos	137
Figura 32: Mapa conceitual - sugestões	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da carga horária do ProJovem.....	78
Tabela 2: Perfil sócio-demográfico jovens matriculados e jovens concluintes do ProJovem..	88
Tabela 3: Perfil de jovens egressos do ProJovem	89
Tabela 4: Distribuição dos jovens egressos segundo a idade	90
Tabela 5: Número de vezes que interrompeu os estudos.....	93
Tabela 6: Última série cursada antes do ProJovem	96
Tabela 7: Distribuição por número de reprovações antes do ProJovem.....	98
Tabela 8: Frequência para idade em que teve o primeiro trabalho remunerado.....	101
Tabela 9: Distribuição por tempo de permanência em trabalho	103
Tabela 10: Relação jovens matriculados × jovens aprovados no ProJovem.....	109
Tabela 11: Taxa de comparecimento ao EFNE	110
Tabela 12: Percentual de jovens aprovados em relação aos que fizeram o EFNE em Salvador	111
Tabela 13: Status escolar atual	112
Tabela 14: Acompanhamento das aulas realização de atividades propostas.....	114
Tabela 15: Grau de influência do ProJovem	136

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AC	Ação Comunitária
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação Educacional
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CT	Conselho Técnico do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EFNE	Exame Final Nacional Externo
FACED	Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia
FTG	Formação Técnica Geral
GI	Grupo Interministerial
GT	Grupo de Trabalho do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISP	Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
QP	Qualificação Profissional
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1. Delimitando o horizonte	16
2.1.1. Educação e Escolarização.....	17
2.1.2. Mundo do trabalho e suas novas exigências.....	19
2.2. Juventude: do que se trata?	24
2.3. Política pública para/ com/ de juventude	30
2.3.1. Política Pública – algumas considerações.....	30
2.3.2. As políticas públicas voltadas para a juventude	34
2.3.3. A Política Nacional de Juventude	36
2.4. Mudança e suas diversas compreensões	44
MODELO DE ANÁLISE.....	57
METODOLOGIA.....	59
4.1. Passos metodológicos	60
4.1.1. Análise documental	60
4.1.2. A seleção dos sujeitos	61
4.1.3. Localização dos sujeitos sorteados	63
4.1.4. Instrumentos e procedimentos de coleta de informações.....	64
4.1.5. Organização e análise de informações	68
RESULTADOS E DISCUSSÃO	73
5.1. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem	74
5.1.1. O Projeto do Programa ProJovem.....	75
5.1.2. Princípios e objetivos fundamentais.....	76
5.1.3. O público alvo	77
5.1.4. O Projeto Pedagógico Integrado - PPI.....	77
5.1.5. Critérios de aprovação e recebimento da bolsa auxílio.....	79
5.1.6. Organização espacial	80
5.1.7. A operacionalização do Programa.....	81
5.1.8. A implementação do Programa	85
5.2. Conhecendo os egressos do ProJovem Salvador - Perfil sócio-demográfico do egresso	87

5.3. Perfil escolar anterior ao ProJovem	92
5.4. Perfil em relação ao mundo do trabalho – anterior ao ProJovem	100
5.5. Quais mudanças são percebidas pelos beneficiários?	106
5.5.1. <i>O que mudou para com a relação com a escolarização</i>	108
5.5.2. <i>O que mudou para com a relação com o mundo do trabalho</i>	122
5.6. O ProJovem por seus beneficiários	131
5.6.1. <i>Aspectos positivos</i>	133
5.6.2. <i>Aspectos negativos</i>	137
5.6.3. <i>Sugestões</i>	141
CONCLUSÕES	144
BIBLIOGRAFIA	148
ANEXOS	155

INTRODUÇÃO

O discurso dos governos mais recentes, em suas diversas esferas, sobre a universalização do ensino fundamental (com taxas de atendimento líquido superiores a 95%) e sobre expansão do ensino médio não consegue esconder que embora entre na escola, uma boa parte dos alunos não permanece nela. Forma-se uma massa de jovens com escolaridade incompleta, como pode ser visto nos dados da PNAD 2003 para os centros urbanos. De acordo com essa pesquisa, dos 15,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos (66,0% do total) que estavam fora da escola:

- 3,5% cursaram pelo menos um ano de ensino superior.
- 37,5% concluíram o ensino médio.
- 7,8% começaram o ensino médio, mas não o haviam concluído.
- 11% concluíram o ensino fundamental.
- 35,3% não concluíram o ensino fundamental.
- 4,9% eram analfabetos.

Esse último indicador é assombroso. No Brasil de 2003, 753,4 mil jovens eram analfabetos. Considerando a inserção no mundo de trabalho, 3,0 milhões, dentre essa população de 18 a 24 anos, declararam-se desempregados. Dentre eles, 55,0% eram mulheres. Em 2009, a situação ainda não mudou muito.

Esse panorama traz um duplo prejuízo: ao jovem que, por não ter adquirido competências mínimas, não consegue ingressar no mercado e ao país que, por não ter mão-de-obra qualificada, não consegue competir internacionalmente e não cresce (IOSCHPE, 2004).

Tal fenômeno acarreta outras conseqüências para a sociedade: esse contingente de pessoas sem perspectiva de futuro torna-se um grupo de risco, fortemente atingido por

mecanismos de exclusão social, sem acesso a atividades de esporte, cultura e lazer. O ócio improdutivo e a falta de expectativas aumentam suas chances de se envolverem em problemas com drogas e violência.

Políticas públicas têm sido então formuladas no sentido de endereçar essas questões. O Governo de Luis Inácio Lula da Silva (2002-2006), por exemplo, constituiu em 2004 o Grupo Interministerial da Juventude,

“que envolveu 19 Ministérios, Secretarias e órgãos técnicos especializados, para elaborar um diagnóstico sobre a juventude brasileira e mapear as ações governamentais que são dirigidas especificamente aos jovens ou que contemplam segmentos juvenis, tendo em vista a indicação de referências para uma política nacional da juventude.” (BRASIL, 2005:6).

A política nacional resultante desse grupo previa educação, qualificação e ação comunitária. Juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, um programa nacional de inclusão de jovens – ProJovem – foi criado e implementado como fruto da política nacional.

Ao tempo em que procura garantir ao jovem as competências e habilidades que ele não teve oportunidade de desenvolver por que saiu da escola antes de concluir o ensino fundamental, o ProJovem procura oferecer qualificação para o mundo de trabalho e opções de socialização.

A educação, mais uma vez, é vista como “principal mecanismo de mobilidade social e como única porta de esperança para inserção no mercado de trabalho” (GOMES; MOTTER, 2001:207). A alocação dos recursos para a implementação dessa política resulta, como em qualquer outro caso, no sacrifício dos recursos para outra ação. É imprescindível, portanto, que ela (e outras nesse sentido) resulte na inserção desse jovem.

A análise de políticas considera três macro-etapas: a formulação, a implementação e a avaliação. Pensando nas políticas públicas, seu processo de formulação e posterior implementação raramente consideram – de maneira direta - a voz do beneficiário. Além disso, as avaliações das políticas são frequentemente restritas ao impacto que causam, considerando-se desde o momento da implementação até seu término. Dificilmente essas pesquisas abrangem períodos que vão além desse tempo.

Espera-se que uma política pública voltada para a juventude traga em sua base o conceito de mudança e é importante que seja avaliada a partir das mudanças que consegue imprimir a esse cenário brevemente exposto. Nessa investigação, o conceito de mudança é oriundo de uma reflexão proposta por Minayo:

A idéia de mudança [...] pode ser apropriada tanto para falar de macroprocessos como de ambientes microssociais em que, em escalas diferenciadas, atores, fatores e condições promoverem transformações em diferentes níveis da realidade. (MINAYO, 2005:54).

No caso das políticas voltadas para o jovem, o principal aspecto a perseguir é uma mudança de perfil: de escolarização, de capacitação, de inserção social e, principalmente, mudança na percepção de si mesmo.

As mudanças no perfil de escolarização são facilmente observadas por que estão atreladas a uma certificação. A capacitação para o mundo do trabalho e a inserção social dos jovens são objetivos associados às mudanças em prazos mais longos e que podem ser levantadas a partir de indicadores tais como situação de emprego e acesso a bens culturais.

A mudança na percepção de si mesmo, entretanto, como um ente capaz de interagir com a comunidade, como ser produtivo, como pessoa que contribui para o desenvolvimento de seu Estado, só pode ser analisada através da investigação do olhar desse beneficiário sobre si próprio e sobre suas interações sociais, de preferência algum tempo depois do fim de sua participação no programa.

Diante desse cenário, esta pesquisa objetivou analisar possíveis mudanças, nas dimensões de escolarização e relação com o mundo do trabalho, que jovens egressos de um programa educacional voltado para sua inserção social – o Projovem – conseguem perceber.

Aqui é preciso fazer uma ressalva em relação à investigação através da percepção. Assim como Marco Pólo, que diante de rinocerontes, por aproximação, enxerga unicórnios, a percepção da mudança pode diferir da mudança em si; no entanto não se tem acesso a esta quando a proposta é trabalhar com a fala dos sujeitos, que trazem em seus julgamentos, o peso das expectativas e das referências do passado.

Neste sentido, a pergunta de pesquisa que guiou a investigação foi:

Que mudanças o jovem é capaz de perceber em si mesmo e em sua relação com a escolarização e com o mundo do trabalho, a partir de sua participação no ProJovem?

O objetivo geral do estudo foi identificar as mudanças ocorridas em uma amostra de jovens egressos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem em relação aos objetivos do programa, a partir da percepção desses sujeitos. Para tanto a observação das possíveis mudanças foram centradas em três eixos de investigação:

- O efeito do Programa sobre a continuidade da educação em nível médio.
- As alterações ocorridas em relação ao mundo do trabalho.
- O impacto do Programa sobre as atitudes e valores dos sujeitos.

Para melhor responder a pergunta norteadora e chegar ao objetivo proposto, se fez necessário a construção de um caminho teórico onde buscou-se discutir os conceitos de: juventude, política pública de juventude e mudança. Posteriormente a discussão teórica são demonstradas: a matriz de análise e a metodologia utilizadas na coleta e análise de dados, para em seguida, apresentar os resultados e a conclusão da pesquisa, além da bibliografia utilizada e anexos onde foram expostos os instrumentos utilizados.

Este estudo pretendeu trazer o olhar do jovem beneficiário, suas críticas e sugestões para as discussões sobre políticas públicas voltadas para o público jovem, fornecendo assim material privilegiado para a formulação e implementação de novas políticas de/para/com a juventude.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos do estudo realizado. Os sub-capítulos foram desenvolvidos no sentido de construir uma base sólida que permitisse a análise dos achados empíricos.

Inicialmente, considerou-se importante definir e distinguir educação e processo de escolarização para uma visão mais abrangente do contexto no qual a discussão será conduzida, assim como a definir o que se entende aqui como mundo do trabalho. Em seguida é feita uma discussão sobre o conturbado conceito de juventude, entendendo ser necessário definir qual a compreensão de juventude em que se embasa este estudo.

Como o objeto principal de estudo é uma política pública, também este tema foi debatido focalizando a discussão nas questões direcionadas às políticas de juventude, para que, posteriormente seja possível afunilar a discussão em direção à Política Nacional de Juventude, onde se localiza o ProJovem.

Para concluir o capítulo, a última seção se dedica à compreensão do processo de mudança, apoiando-se na Sociologia, para melhor entender o conceito de mudança social e na Psicologia, onde se buscou auxílio para a definição de como as transformações se dão em nível do indivíduo.

É importante ressaltar que a opção por conduzir o trabalho de investigação buscando apreender a percepção do jovem em relação à escolarização e ao mundo do trabalho se deu em acordo com os objetivos específicos do Programa em questão, apesar de reconhecer que o seu desenho geral também integra o conceito mais amplo de Educação.

2.1. Delimitando o horizonte

A presente pesquisa investiga sobre as alterações percebidas por egressos do ProJovem em sua relação com a escolarização e com o mundo do trabalho. Para localizar e compreender tais mudanças, inicialmente é preciso definir o que se entende aqui como escolarização e como mundo do trabalho.

Com isso não se pretende realizar uma vasta discussão ou revisão teórica sobre os temas, já que não se trata dos conceitos centrais do trabalho, mas apenas apresentar o entendimento dos campos em questão com uma breve delimitação contextual.

Assim, inicialmente uma pequena diferenciação entre os conceitos de educação e escolarização será feita, seguido de alguns comentários sobre o mundo do trabalho. A seguir o entendimento de escolarização utilizado nesta pesquisa.

2.1.1. Educação e Escolarização

Em alguns momentos é comum a utilização dos termos escolarização e educação como sinônimos, no entanto não se equivalem exatamente e é importante que essa distinção seja feita já que um dos tópicos de investigação desse estudo diz respeito a relação do jovem com sua escolarização.

São muitos os autores que se propõem a compreender a educação. De acordo com a epistemologia das ciências, a educação não é uma ciência, mas sim um fenômeno que necessita de várias ciências para ser explicado.

Ainda neste caminho, a origem do vocábulo educação vem do substantivo em latim *educatio*, originário do verbo *educare* que significa alimentar, cuidar, criar referindo-se a plantas e animais e, por extensão, a crianças no sentido de favorecer o crescimento físico. Assim, de acordo com sua definição nominal, a educação se destinaria apenas a crianças e jovens, entendidos como seres em desenvolvimento.

Só a partir da década de 1960, a UNESCO amplia o conceito de educação, com a noção de educação continuada ou vitalícia, onde também são incluídos adultos. Neste sentido havia uma diferenciação entre educação, para as crianças e jovens ainda dependentes do outro em seu processo educacional, e formação, voltado para adultos, sujeitos já autônomos e responsáveis por sua trajetória de aprendizado.

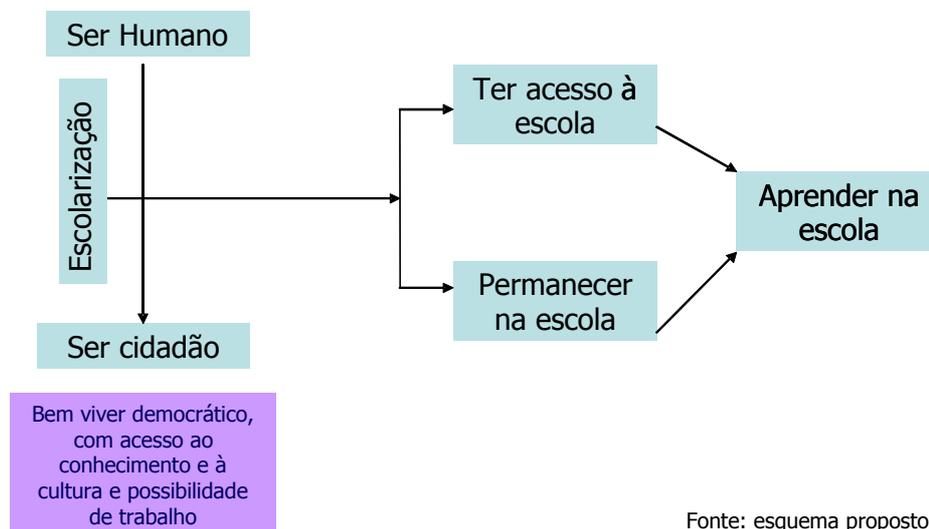
A proposta de Paro (1998:308) aponta para o conceito de educação como um dispositivo para a transmissão histórica e perpetuação da realização humana – conhecimentos,

técnicas, valores – entendendo perpetuação como a possibilidade de avançar aproveitando-se do que já foi criado e desenvolvido em gerações passadas:

[...] A educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido, é prática social que consiste na própria atualização cultural e histórica do homem. Este, na produção material de sua existência, na construção de sua história, produz conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos, atitudes, tudo enfim que configura o saber historicamente produzido. Para que isso não se perca, para que a humanidade não tenha que reinventar tudo a cada nova geração, fato que a condenaria a permanecer na mais primitiva situação, é preciso que o saber esteja sendo permanentemente passado para as gerações subseqüentes. Essa mediação é realizada pela educação, do que decorre sua centralidade enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do homem.

Já o conceito de escolarização é mais restrito por estar associado a um ambiente formal – a escola. A figura 01 apresenta a sistematização do papel da escolarização, como processo de transformação do ser humano em ser cidadão, de acordo com a leitura de Luckesi (2000).

A escolarização e a qualidade educacional



Fonte: esquema proposto por Dantas a partir de Luckesi, 2000.

Figura 1: Sistematização da leitura sobre o papel da escolarização no capítulo 04 do livro Avaliação da Aprendizagem Escolar, de Cipriano Luckesi, 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Quando se observam as diferenças entre educação e escolarização, entende-se que a qualidade da educação está ligada à qualidade da escolarização, que faz parte (significativa)

do todo educacional (muito mais abrangente que as escolas e sistemas educacionais). Para que a escolarização se concretize em um patamar de qualidade, como nos diz Luckesi (2000), é necessário que o aluno tenha acesso à escola, nela permaneça e, durante essa permanência, aprenda.

Infelizmente, o que se vê no Brasil, é que o aluno tem acesso à escola, mas nela não permanece. Por exemplo, na Bahia, enquanto as taxas de escolarização e de atendimento apresentaram uma grande expansão nos últimos dez anos, as taxas da reprovação e abandono pouco caíram evidenciando que a capacidade da escola de atrair, motivar e reter o aluno ainda é frágil. Devido à repetição e ao abandono generalizados, estudantes gastam em média 11,2 anos para concluir o ciclo de educação fundamental obrigatório de oito séries.

O processo de tornar-se cidadão está ligado ao bem viver democrático, ao acesso ao conhecimento, à cultura e ao trabalho (LUCKESI, 2000; PARO, 1998). Os alunos que interromperam seus estudos vêm, em sua maioria, de uma situação de baixo acesso a esses bens. Com essa interrupção, apresentam maior probabilidade de entrarem em um ciclo vicioso tão complexo quanto perverso, onde vítimas e algozes se confundem.

Entidades como a UNESCO e a UNICEF têm-se voltado para o estudo desse fenômeno. Esse jovem – antes uma expectativa de participação no crescimento do país –, longe de um “bem viver democrático”, passa a ser motivo de preocupação da sociedade ao integrar um grupo de risco, com maior propensão à violência e à marginalidade.

Entendendo que são inevitáveis as referências sobre questões mais amplas ligadas à educação é preciso ressaltar que esse estudo teve como um dos seus objetivos investigar como o jovem egresso do ProJovem percebe sua relação com a escola, e assim com a escolarização, após sua estada no programa, como também sua relação com o mundo do trabalho, tema esse que será discutido a seguir.

2.1.2. Mundo do trabalho e suas novas exigências

Segundo Homero em *Odisséia*, os deuses condenaram Sísifo a rolar um rochedo incessantemente até o pico de uma montanha, de onde a pedra caía de novo por seu próprio

peso. Eles tinham pensado, com as suas razões, que não existe punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança.

São divergentes as opiniões sobre as causas do castigo de Sísifo, nomeado de trabalhador inútil dos infernos por Camus. Para este trabalho, o que interessa do mito é a interpretação dada por Albert Camus ao castigo. Segundo o autor, é na descida da pedra que o aspecto trágico do mito se revela, pois é nesse momento, quando da diminuição do esforço físico, que o herói toma consciência de seu suplício e se dá conta de sua condição de miserável.

“É durante esse retorno, essa pausa, que Sísifo me interessa. Um rosto que pena, assim tão perto das pedras, é já ele próprio pedra! Vejo esse homem redescer, com o passo pesado, mas igual, para o tormento cujo fim não conhecerá. Essa hora que é como uma respiração e que ressurgue tão certamente quanto sua infelicidade, essa hora é aquela da consciência.”
(CAMUS, 1989: *versão on line*)

Este mito é considerado como o epítome do trabalho inútil e da desesperança, mas não só a condição de Sísifo vincula as questões da inutilidade do castigo e esforço físico com o trabalho, não é estranho que os termos latinos *tripalium* e *trabacula*, associados à tortura estão na origem da palavra trabalho (BORGES & YAMAMOTO, 2004:24).

Apenas nos últimos dois séculos o conceito de trabalho passa a ter um espaço de maior destaque nas reflexões mais teóricas. Apesar de sua condição de fenômeno secundário, é possível referir-se ao trabalho desde o início da humanidade. Sua conceituação, no entanto, se caracteriza pela controvérsia e diversidade. Para os autores, “cada indivíduo tem seu próprio conceito de trabalho” o que define a forma como se relaciona com o mesmo. Assim temos desde a separação entre trabalho e prazer aos que fazem do trabalho sua maior, e até única, fonte de satisfação.

Neste sentido em 1958, Hannah Arendt apresenta o trabalho entre as atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. Assim tem-se que o labor se relaciona com os processos biológicos, com o suprimento das necessidades vitais do ser humano. Já o trabalho é o artificialismo da existência, é através do trabalho que o “mundo das coisas” se produz e o ambiente natural se modifica. Enquanto que a ação traz a condição da pluralidade, da impossibilidade de isolamento do homem, sua característica mais política.

A autora refere ao caráter desvalorizado do labor e do trabalho na antiga Grécia, sendo a condição do artesão que, com sua produção transforma o ambiente natural, comparada ao escravo que vive para saciar suas necessidades básicas. Para os gregos, ambas as atividades são privadas de liberdade e o cidadão deveria ser poupado do trabalho.

De acordo com Antunes, citado por Borges e Yamamoto (2004), o trabalho “não é um objeto natural, mas uma ação essencial para estabelecer a relação entre o homem e a natureza e entre a sociedade e a natureza.” Apesar de originar-se da necessidade de saciação dos instintos, tais como fome, sede, etc., efetiva sua realização na interação entre os homens ou entre os homens e a natureza.

“[...] o trabalho – e a forma de pensar sobre ele – seguirá condições sócio-históricas em que cada pessoa vive. Depende, portanto, do acesso que cada pessoa tem à tecnologia, aos recursos naturais e ao domínio do saber fazer; da sua posição na estrutura social; das condições em que ela executa suas tarefas; do controle que tem sobre seu trabalho; das idéias e da cultura de seu tempo; dos exemplos de trabalhadores que cada uma tem em seu meio, entre outros aspectos.” (BORGES & YAMAMOTO, 2004:26)

O valor e o lugar do trabalho e, conseqüentemente, as exigências em relação à formação do trabalhador foram paulatinamente se alterando; com o surgimento do capitalismo, no entanto as mudanças se tornam mais visíveis. Nos dias atuais algumas mudanças como: a globalização, a elevada volatilidade, a hipercompetição, as mudanças demográficas e a explosão do conhecimento geraram transformações na estrutura organizacional e na gestão da força de trabalho.

Howard, citado por Bastos (2004), refere que “apesar de sua inegável heterogeneidade, as transformações têm tornado o trabalho, de forma geral, mais *complexo*, mais *cognitivo*, mais *fluido*, mas *invisível*, com maior *incerteza e interligado*¹.” (op.cit.:27).

Assim as mudanças decorrentes do mundo globalizado e informatizado criam demandas que exigem maior qualificação do trabalhador. A figura 02 sintetiza tal argumentação:

¹ Grifo do original.

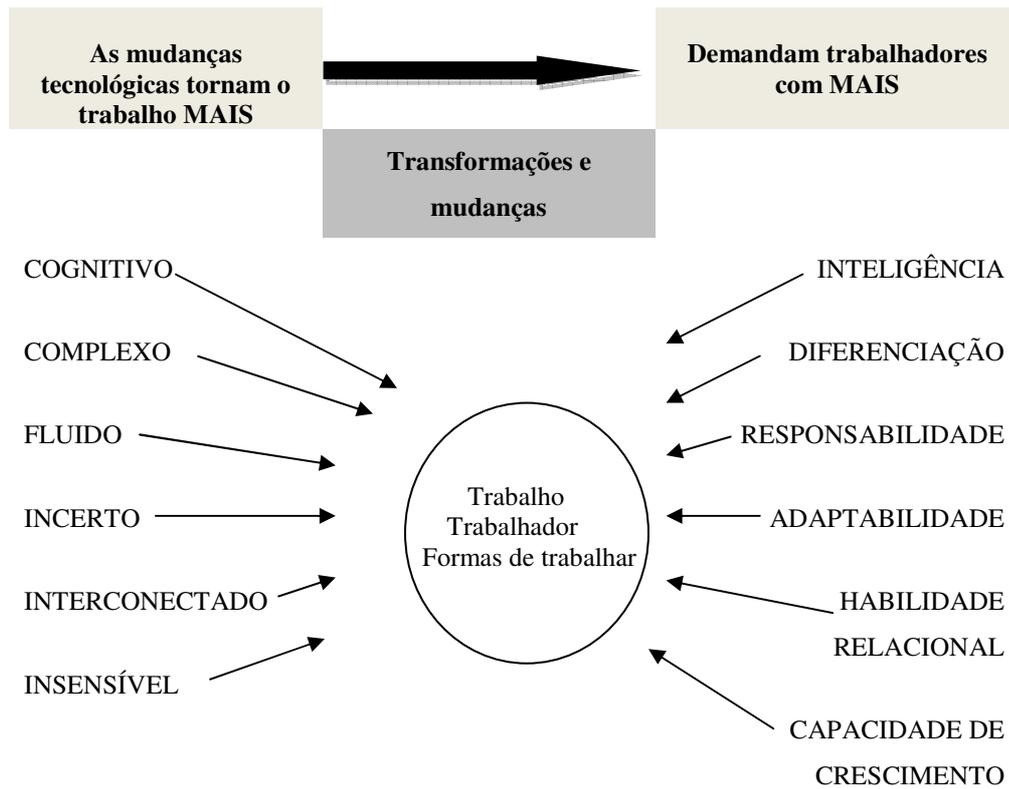


Figura 2: Sistematização dos processos de mudanças tecnológicas e o novo perfil do trabalhador.
 Fonte: Bastos 2004:28, adaptado de Howard (1995)

Como é possível observar na figura 02, as novas características do trabalho demandam trabalhadores com competências e habilidades até então menos importantes. Segundo Bastos (2004), pensar os desafios da qualificação profissional, inter-relaciona os complexos processos de transformação do mundo do trabalho e as políticas públicas que lidam com os “seus subprodutos, especialmente o desemprego, as ações das diversas instituições educacionais e de formação do trabalhador,...” (op.cit.: 27)

As novas exigências para o trabalho transformam a qualificação do profissional em um álibi poderoso para o sucesso ou o fracasso das pessoas, atribuindo à qualificação aspectos determinantes para a inclusão ou exclusão do sujeito no mundo do trabalho.

Apenas o conhecimento técnico do trabalho não é o bastante para a entrada e a permanência no mundo do trabalho, mas também competências e habilidades comportamentais são exigidas do trabalhador e necessitam ser levadas em conta num processo de qualificação ou formação profissional no mundo globalizado.

Neste sentido, observa-se cada vez mais a aproximação do campo do trabalho com a área educacional. É certo que o processo educativo não está a serviço do mercado de trabalho, no entanto é preciso que este seja contemplado no processo de desenvolvimento dos sujeitos, especialmente quando se pensa em políticas voltadas para a diminuição da exclusão social.

A formação profissional se liga diretamente ao contexto de trabalho produtivo do sistema capitalista. Logicamente com a substituição da noção de trabalhador, antes responsável por um produto e hoje como peça do sistema produtivo, também se altera a sua formação, atualmente considerada como parte da formação educacional do sujeito.

Neste novo contexto de trabalho, caracterizado pelo crescimento do desemprego e aumento das competências cognitivas para execução das atividades laborativas, a educação passa do papel de promotora da equidade social para a garantidora do mercado de trabalho, sendo a formação profissional percebida como um “*passaporte*” para o trabalho. (MOURÃO & PUENTES-PALACIO, 2006).

Esta estreita relação entre educação e formação profissional e seu caráter processual, podem ser observados na definição dada por Cattani para formação profissional, referido por Mourão & Puentes-Palacio (2006). Para o autor, todos os processos educativos, sejam eles em escolas ou empresas, que possibilitem o desenvolvimento e aquisição de conhecimento teóricos, técnicos ou operacionais que estejam relacionados com a produção de bens e serviços são considerados como formação profissional.

Mourão e Puentes-Palacio (op.cit.), no entanto definem formação profissional como o “conjunto de habilidades, conhecimento e competências de que o indivíduo dispõe para o seu desempenho profissional,” não estando, no entanto, apartadas das condições de vida dos sujeitos.

Assim em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a formação profissional é um aspecto diretamente ligado às questões do desemprego. Num país de grande desigualdade social e diferentes oportunidades, as discrepâncias são explícitas. Enquanto jovens com formação de alto nível encontram as portas do mercado de trabalho abertas, um enorme contingente de pessoas, com pouca ou nenhuma formação, luta diariamente para conseguir o primeiro emprego criando um contingente de jovens com pouca escolarização,

escassa qualificação para o trabalho, que ainda se encontra na condição humana da necessidade, quando tomamos por referência Hannah Arendt.

Um olhar diferenciado se faz necessário para esse público, que ainda cresce no Brasil. Assim, políticas que proponham a integração entre a educação e mundo do trabalho, como se pretende o ProJovem, podem ser bem-vindas para jovens sem expectativas e com pouquíssimas oportunidades para iniciar sua vida profissional. Antes de iniciar uma discussão sobre tais políticas é preciso, porém compreender a complexidade que ronda o próprio conceito de juventude e suas implicações para as decisões governamentais referentes a este público. A seção a seguir, se concentra na discussão sobre juventude para, posteriormente afunilar a questão em torno das políticas específicas.

2.2. Juventude: do que se trata?

Conceituar o jovem ou a juventude não é tarefa fácil, especialistas no assunto nem sempre convergem para uma só definição e assim é preciso refletir de maneira mais profunda sobre o tema. Neste item serão expostas algumas dessas concepções sem, no entanto, esgotar a discussão, já que se trata de um tema em processo de construção.

É costume se pensar as fases de desenvolvimento do ser humano de maneira a associá-las com suas idades cronológicas. A expressão “fases de desenvolvimento” já denota uma idéia de recortes que se ligam em um contínuo e se encerram em si mesmos. Nessa perspectiva, entender o ser humano a partir da: infância, adolescência, juventude, idade adulta e velhice parece ser um caminho natural, como se as fases anteriores fossem meramente momentos de transição para um estágio mais avançado e futuro.

Essa compreensão, no entanto, parece ser a que apresenta menor capacidade para compreender o homem em suas nuances e mudanças ao longo da vida. Apesar disso é preciso reconhecer que os recortes etários têm o seu valor e, de alguma maneira, auxiliam na tomada de algumas decisões em relação à organização das diversas instituições sociais, políticas públicas para públicos específicos, compreensão de perfil sócio-demográfico, legislação, etc. O problema reside em utilizá-lo como único critério.

No caso da juventude, onde se concentra essa pesquisa, são muitos os autores que apontam para uma concepção de “juventudes” (Novaes, 1998, Carrano, 2000, Castro & Abramovay, 2002; Abramo, 2005) reconhecendo a grande diversidade que envolve essa etapa da vida e a dificuldade em caracterizá-la, ou melhor, conceituá-la de uma maneira mais uniforme.

Segundo Machado (2004) é na década de 1950 que os estudos sobre a juventude no Brasil começam a dar destaque às manifestações juvenis e a cada momento, a juventude brasileira aparece caracterizada de formas distintas a depender de sua maneira de participação e inserção na sociedade. Assim temos, por exemplo: “os anos dourados” e a “juventude transviada” na década de 1950, a juventude revolucionária e politicamente engajada dos “anos rebeldes” na década de 1960, os “hippes” e a geração “*paz e amor*” nos anos de 1970, a geração “saúde” de 1980 e na década de 1990, fala-se de uma “geração *shopping center*”.

Cada uma dessas denominações trata de um mesmo recorte etário, mas caracterizam momentos sócio-históricos bem distintos, falam da juventude e de sua diversidade ao longo dos anos e inseridos em um processo histórico, no entanto não consegue dar conta da diversidade evidente nos jovens de cada um desses momentos.

De acordo com Peralva (1997) o marco prioritário em relação à consciência das etapas da vida humana como conhecemos hoje é trazido por Philippe Ariès (1960) quando afirma que a infância aparece tardiamente como sentimento, dando a esse conceito uma natureza eminentemente moderna. O autor revela que não era da responsabilidade nem do controle das famílias a transmissão de valores, conhecimentos nem o processo de socialização das crianças, que eram afastadas de seus pais logo nos primeiros dias de vida. A educação, em sentido mais amplo, o aprender a fazer, os valores morais e éticos eram assegurados à criança ou ao jovem por meio de uma coexistência com os adultos.

Ariès aponta para o reconhecimento das especificidades da juventude em tempos e sociedade anteriores à Idade Média, porém revela que particularmente em relação às atitudes para com a infância e a juventude são características da “experiência moderna”.

Ainda a partir das colocações de Peralva, encontramos em Foucault o pensamento que traz a educação e ordem como lados complementares da racionalidade moderna. E a consciência da infância e da puberdade como inseparáveis da consciência da sexualidade infantil e juvenil (sexualidades desviantes) e da constituição de um dispositivo científico –

dispositivo de saber – que pretende produzir efeitos de ordenamento sobre os costumes e os comportamentos (FOUCAULT, 1976 *apud* PERALVA, 1997).

Nesse sentido, é o período industrial que marca a entrada sistemática do Estado como protetor do indivíduo marcando, no século XIX, a educação como instituição universal e obrigatória e, com isso, mais do que nunca, a cristalização social das idades da vida se especifica como elemento da consciência moderna, supondo, como aponta Ariès, a separação entre os adultos e os “seres em formação”. Nesse momento o aprendizado que se dava através da mistura e indiferenciação das idades, passa a se dar na distinção e apartamento entre seres humanos de fases diversas.

A “cristalização social das idades da vida” se dá, em primeiro plano, através de transformações na estrutura familiar, especialmente na família burguesa, quando se estabelece uma clara separação entre o espaço da família e o mundo exterior, como uma nova definição do lugar da criança nessa estrutura, que passa a ser objeto de uma atenção especial e de um processo educativo individualizado que se projeta para o futuro na expectativa de qual lugar na sociedade será ocupado por esse ser em desenvolvimento quando de sua adultez.

Outro marco significativo nesse processo de cristalização das idades é a exclusão da criança do mundo do trabalho. A difusão da escolarização resulta em uma subtração progressiva de outros segmentos da população infantil do mundo do trabalho, resultando em um retardo do início da idade adulta. Assim a experiência das sociedades industriais do século XIX e a ação de controle do Estado são decisivas na construção social das idades da vida. Na França, a lei de 1841 limita à oito horas o trabalho das crianças entre 8 e 12 anos, a 12 horas o dos adolescentes entre 12 e 16 anos. Ao mesmo tempo, a lei obriga os patrões a oferecerem educação a seus jovens trabalhadores.

Assim a escolarização avança *contra* o trabalho, contribuindo com sua lógica própria para a modulação social das idades da vida. Mais do que isso, ela termina por se tornar, ao longo do tempo e, sobretudo a partir do final da segunda guerra mundial, o verdadeiro “suporte” da família contemporânea (SINGLY, 1993 *apud* PERALVA, 1997), que passa cada vez mais a depender do Estado como mediador dos dispositivos que lhe asseguram a reprodução social.

Neste caminho, o entendimento da infância e da juventude como fases da vida, se transforma, não apenas em uma construção cultural, mas também em uma definição administrativa, jurídica e institucional, mesmo que com fortes diferenças sociais em seu interior. (TOURAINÉ, 1993 *apud* PERALVA, 1997).

Dayrell (2003) também aponta para a dificuldade na elaboração de uma definição de juventude por conta de suas características históricas e culturais. Para este autor, corroborando com Peralva (1997), a juventude é uma condição social e um tipo de representação, pois, apesar de reconhecer que há certo caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, onde complementa o seu desenvolvimento físico e sofre mudanças psicológicas, ressalta que cada sociedade, em seu período histórico, cada grupo social lida diferentemente com tais representações. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, como também das regiões geográficas, dentre outros aspectos. Para o autor:

“Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta.” (DAYRELL, 2003: 42)

De acordo com Merlucci & Fabbrini (1992) os aspectos fisiológicos da vida humana não devem ser abandonados, mas as características psicológicas de cada momento também necessitam ser consideradas. Para os autores há uma seqüência temporal no curso da vida, cuja maturação biológica faz emergir determinadas potencialidades. Assim a juventude começa quando fisicamente denota capacidade para procriar, quando apresenta menor necessidade da proteção familiar, é capaz de assumir responsabilidade, inicia sua busca pela independência e apresenta sinais de auto-suficiência, além de outros sinais corporais e psicológicos.

Esse aspecto temporal, no entanto não implica em uma evolução linear e de complexidade crescente, onde existam fases mais primitivas seguidas e substituídas por fases de maior amadurecimento. Os autores, ao contrário, acreditam que os fenômenos evolutivos causadores dessas mudanças nos ciclos da vida são fatos que dizem respeito a cada momento

da existência, fazendo das mudanças ou transformações uma característica estável da vida do indivíduo.

Assim as mudanças físicas e psicológicas ocorridas na adolescência ou na juventude não se encerram com o final desta fase ou o início de outra, mas se mantêm presentes ao longo da vida do indivíduo. Para eles a juventude é parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um.

Novaes (2006) aponta para a definição de juventude pautada em determinado momento histórico a partir do recorte etário como, talvez, a maneira mais simples de tentar agregar indivíduos com experiências que caracterizam por serem diversas e desiguais, como já tínhamos apontado no início desse tópico.

Por isso, talvez, que para fins de pesquisa, legislação e definição de políticas públicas seja possível estabelecer como sendo jovens aqueles(as) que se encontram em torno de determinado corte de idade. A autora ressalta a importância de reconhecer a inadequação conceitual de se articular um só campo de representações que seja unificador dos sentidos do que venha a ser a “juventude”. Novaes reafirma que é preciso compreender a juventude como “categoria em permanente construção social e histórica, incorporando a complexidade da vida – em suas dimensões biológicas, sociais, psíquicas, culturais, políticas, econômicas etc. – que organizam as múltiplas maneiras de viver a condição juvenil.” Para a autora a juventude deve ser entendida a partir de “experiências geracionais em comum”, ou seja, jovens marcados por um tempo histórico determinado.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que se está diante de uma mesma geração quando os sujeitos, de certa maneira, vivenciam espaços e tempos comuns em relação às sensibilidades, percepções, conhecimentos, memórias, experiências históricas e culturais. Novaes aponta como algumas marcas geracionais comuns na atualidade da juventude brasileira: o medo em relação à exclusão no mundo do trabalho, receio de morte precoce devido aos altos índices de violência e o medo de sentir-se desconectado em um mundo conectado pela internet e pelo narcotráfico.

Freitas (2005) refere-se à juventude como uma fase de transição, um momento da vida que se situa entre a infância e a maturidade, contudo reconhece os limites de tal definição. Essa definição mais tradicional aponta para a classificação da juventude em etapas:

adolescência e juventude, onde a primeira é geralmente utilizada por psicólogos e descreve momentos de crise de identidade, incertezas em relação à profissão, comportamentos sociais diferenciados, enquanto que a segunda, mais utilizada por sociólogos, demógrafos e historiadores quanto se referem à categorial social, segmento populacional, geração em um contexto histórico.

Para alguns autores mais evolucionistas, a juventude é uma fase mais ampla e engloba a adolescência como sua etapa inicial. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA considera como adolescente, os jovens entre 12 e 18 anos incompletos. Outros órgãos, apesar da grande discussão sobre as limitações do recorte etário para caracterização da juventude, também se utilizam desse dispositivo para ordenar suas ações, no entanto, também esses parecem divergir em suas categorizações.

Para o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, jovens são sujeitos que se situam entre 15 e 29 anos. Por este conselho a juventude está dividida em: adolescentes – jovens (15 a 17 anos); jovens (entre 18 e 24 anos) e jovens – adultos (entre 25 e 29 anos). A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – indica como jovens pessoas entre 15 e 24 anos. No entanto parecem concordar que é entre o segundo recorte (18 a 24 anos) onde se encontram os piores índices sociais (evasão escolar, envolvimento com violência, exclusão do mundo do trabalho, etc.). Aqui retorna o problema inicial com a definição de juventude a partir do critério faixa etária, o que já aponta para dificuldades no atendimento à população específica pelas políticas públicas.

Apesar de considerar a juventude como fase de transição da infância para a vida adulta, como momento de passagem para o futuro deixando de lado o tempo presente e suas implicações na vida desses sujeitos no aqui e no agora, corrobora-se com a UNESCO quando considera esse segmento populacional como estratégico no processo de desenvolvimento do país.

Isso, contudo, impacta em ações governamentais que se direcionem para suas necessidades e preocupações específicas como: educação e trabalho, arte e cultura e qualidade de vida juvenil sem, no entanto, deixar de lado as questões que permeiam toda a sociedade. Assim considera-se de grande importância uma discussão sobre a política pública voltada para a juventude, sem antes, contudo se deter um pouco sobre a discussão sobre política pública em seu sentido mais genérico.

2.3. Política pública para/ com/ de juventude

Todo o processo de exclusão a que está submetida a população jovem, fora da escola e desempregada, tem um efeito danoso sobre a imagem que essa pessoa tem de si mesma. Uma auto-imagem negativa a afasta das diversas formas de pertencimento. Esse afastamento reforça a negatividade da imagem e o ciclo se fecha.

Veza que uma população escolarizada (e educada) é base para o desenvolvimento da nação cabe aos governos, em paralelo com as políticas educacionais regulares, definir políticas públicas voltadas para a juventude.

Entendendo juventude como uma construção histórica e social, marcada por um recorte da vida do indivíduo que se encerra em seu tempo presente e que traz suas marcas culturais e geracionais em comum, ao passo que expressa fortemente suas diferenças, cabe agora iniciar um entendimento sobre o conceito de política pública antes de avançarmos para as políticas voltadas para a juventude, área na qual se debruça esse estudo.

2.3.1. Política Pública – algumas considerações

A área de políticas públicas enquanto campo de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos e, nas últimas décadas, em especial nos anos 1980, retoma sua importância como campo de conhecimento, afastando-se da trajetória europeia que se concentra no estudo sobre o Estado e suas instituições deixando em segundo plano as ações governamentais. De acordo com Souza (2006), são três as causas para tal ressurgimento:

A primeira causa se deve às políticas restritivas de gastos, que passam a fazer parte da maioria dos países, especialmente, dos países em desenvolvimento. Com elas a formulação e execução das políticas passaram a ser mais visíveis. O segundo fator se relaciona com a substituição das políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gastos, que levaram a um orçamento mais ajustado e a restrições nas intervenções estatais em relação à economia e as políticas sociais. Enquanto que a terceira causa referida pela autora trata da pouca competência dos países com democracia recente em desenvolver políticas públicas

capazes de alavancar o crescimento econômico e promover a inclusão social de grande parte da população.

Para a autora o pressuposto que rege a constituição e consolidação do campo das políticas públicas é que em situações de democracias estáveis, o que o governo faz ou deixa de fazer é possível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. Enquanto que nos governos, a introdução da política pública como ferramenta de suas decisões é produto da guerra-fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas conseqüências.

São muitas as definições de política pública; para o objetivo desta pesquisa foram selecionadas algumas dessas definições:

Dye (1995) aponta para a política pública como sendo o que os governos escolhem fazer ou não fazer, ressaltando que tanto a ação como a não ação dos governantes tem impacto sobre a sociedade.

Já para Rua, citada por Teixeira (2006) política pública é o tratamento pacífico dos conflitos; para a autora a diferenciação dos valores e interesses das pessoas contribuem para a complexidade da vida social, necessitando de um atenuador de tensões daí geradas, assim ela define: “ política pública (policies) [...] são outputs, resultantes da atividade política (politics); compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.” Para essa autora os insumos das políticas públicas provêm do meio ambiente e das demandas do sistema político.

Para Sposito e Carrano (Artigo/2003 - Coletânea/2007), a acepção mais ampla do termo associa a idéia de políticas públicas com um grupo de ações articuladas, com seus próprios recursos (financeiros e humanos), envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Os autores ressaltam a importância de não reduzir a concepção de políticas públicas à implementação de serviços, já que essa abrange projetos de “natureza ético-política” e compreende níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil em sua constituição, como também apontam para a necessidade de diferenciar políticas públicas e políticas governamentais.

Neste sentido distribui a responsabilidade de elaboração de políticas públicas com os órgãos legislativos e judiciários, e não apenas com executivo. Assim apontam como um traço

definidor “a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias” (op.cit.:181).

Este conceito é muito próximo do qual propõe Novaes 2007, quando considera políticas públicas como ações definidas pela presença do governo para: definição, implantação, acompanhamento e avaliação, garantindo o seu caráter público. Ou seja, uma ação do Estado voltada para a sociedade.

De acordo com Souza (2006), a definição de política pública mais famosa é a de Larwell. Para este, decisões e análise sobre política pública implicam responder as seguintes questões: quem ganha o quê? Por que? E que diferença faz? Já a autora considera que política pública é a ação do governo com implicações na vida dos cidadãos, atribuindo à política um papel na solução de problemas.

De modo organizar e sintetizar as diversas definições sobre políticas públicas Souza propõe extrair os principais elementos definidores:

- “A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.” (SOUZA, 2006:36-37)

Outro aspecto importante neste estudo é o chamado ciclo das políticas públicas, onde se define os passos ou momentos de uma política. Uma das formas de compreender esse processo é a proposta por Carvalho (2007) que compreende seis momentos:

No primeiro momento os sujeitos e/ou grupos expõem o interesse em tornar visível certo problema. Este problema ou *issue* é incorporado à agenda formal, para ser efetivado de fato é necessário que o problema tenha conhecimento popular. Já fazendo parte da agenda

formal, o próximo passo implica em uma pré-decisão onde se realizam os diagnósticos e estudos das alternativas possíveis. Nesta fase os sujeitos fundamentais são os agentes da burocracia, aqui são escolhidos quais os programas, quais são seus potenciais beneficiários e onde eles se encontram, e também qual a extensão e periodicidade do atendimento.

Feito o diagnóstico e os estudos necessários cabe agora a decisão acerca das alternativas que foram levantadas anteriormente, sua escolha é influenciada pelo suporte oferecido através da maioria do legislativo, do consenso ou acomodação entre os dirigentes ou ainda por decisão judiciária. A próxima etapa trata da implementação da decisão tomada, esta será exercitada pelas unidades administrativas da estrutura burocrática, mobilizando para tanto recursos financeiros, humanos e institucionais. Para fechar o ciclo, a verificação do cumprimento dos objetivos propostos e na identificação dos seus impactos. A figura 03 apresenta a síntese desse processo.



Figura 3: Sistematização da leitura do ciclo das políticas públicas como proposto por Carvalho 2006. In: Gestão da política pública da assistência social em São Luis - MA

De acordo com Dye (1992), a política pública é gerada dentro do sistema político com instituições e processos que funcionam para lidar com as exigências geradas no ambiente, e com partidos, grupos de interesse, eleitores, governantes, legisladores e outros protagonistas públicos que se comportam dentro do processo de criação da política.

Programas e projetos do governo são traduções das políticas públicas e sua implementação. É a “política pública posta em prática [...], transformações da política em

ação” (SOUZA, 2002:17). Assim sendo é possível considerar o **Programa Nacional de inclusão de Jovens – ProJovem** como uma política pública. A seguir as ações que o governo brasileiro tem tomado em relação à juventude.

2.2.2. As políticas públicas voltadas para a juventude

No caso das políticas públicas voltadas para a juventude, algumas definições foram encontradas. Neste sentido o presente estudo optou pela definição apresentada por Ribeiro e Lânes (2006:8) onde afirmam que esta política:

“É o conjunto de princípios, estratégias e ações que contempla as distintas realidades dos (as) jovens, estabelece seus direitos e responsabilidades e afirma suas identidades e potencialidades. A política é pública quando pertence a todos (as) e é construída por toda a sociedade. Assim, as políticas devem criar condições para que os (as) jovens participem da vida social, econômica, cultural e democrática do país.”

Só quando os processos de natureza social tomam a dimensão de problema de natureza política e deixam o status de “estado de coisas” é que esses processos passam a ocupar a agenda política (SPOSITO & CARRANO, 2003; Artigo/2003 - Coletânea/2007). Assim aconteceu com a juventude brasileira a partir da década de 1990.

Até então as políticas públicas voltadas para a juventude apresentavam características generalistas tentando abarcar problemas comuns a toda sociedade civil, sem a preocupação com as questões específicas relativas à juventude, pois o entendimento desse momento como preparatório para uma plenitude futura, ofuscava suas especificidades. No final dos anos de 1990 já são observadas algumas iniciativas que buscam atender a tais especificidades. Algumas delas envolvendo parcerias com a sociedade civil e o Poder Executivo em seus três níveis: federal, estadual e municipal.

Abad 2002 (*apud* Sposito & Carrano, 2003; Artigo/2003 - Coletânea/2007), defende que o processo de exclusão dos jovens da sociedade, assim como as dificuldades enfrentadas durante o processo de transição e integração destes com o mundo adulto, foram determinantes para a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina. De acordo com

Sposito e Carrano, o autor estabelece quatro modelos de políticas de juventude na América Latina:

“a) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).” (SPOSITO & CARRANO, 2003:182).

É possível observar sobreposição nos períodos apresentados, o que retrata o próprio debate sobre juventude e as diversas faces designadas à juventude. Ao mesmo tempo que preocupa-se com o controle social do jovem, o aparelho estatal também dirige orientações acerca da formação da mão-de-obra juvenil, voltando o olhar para os jovens como sujeitos de direitos.

No Brasil, as primeiras ações governamentais voltadas para a juventude acontecem no final da década de 1980 e estão voltadas à saúde, mas especificamente à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, com a criação do Programa Saúde do Adolescente – PROSAD.

Nessa mesma linha de salvação dos jovens, no governo de Fernando Henrique Cardoso surge o Programa do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, voltado para as questões de segurança relacionadas com a criminalidade, o tráfico de entorpecentes e a violência. Aqui, no entanto, a salvação não se dá através da prevenção e saúde, mas sim pela via da repressão e do controle social.

Nesse percurso é importante citar a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990 e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS em 1993, que já reconhecem o jovem como cidadão com direitos e deveres.

Em levantamento realizado pelos autores datado de 2003, são referidos 33 projetos e programas elaborados na esfera federal entre os anos de 1995 e 2002, sendo que 60% desses datam dos últimos anos. No entanto os autores observam que:

“A identificação dos referidos 33 programas que incidem sobre a juventude no âmbito federal é acompanhada também da constatação de que os mesmos não constituem uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento jovem. Na análise do público a que se destinam,

pode-se dizer que existem focos fortes, médios ou de fraca intensidade, sendo distribuídos da seguinte forma: a) o foco dirige-se explicitamente a adolescentes e/ou jovens (18 programas ou projetos); b) o foco é difuso entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos (10 programas); e c) o foco dirige-se à população jovem apenas de modo incidental (cinco programas).” (SPOSITO & CARRANO, 2003:182).

No momento atual parece que o jovem brasileiro consegue se colocar, de certo modo, com algum grau de protagonismo e, em 1º de fevereiro de 2005 foi instituída a Política Nacional de Juventude, através da Medida Provisória 238. O próximo tópico se detém nesta política.

2.3.3. A Política Nacional de Juventude

Para atender às demandas por políticas direcionadas aos jovens brasileiros, em 2004 o Governo Federal organizou o Grupo de Trabalho Interministerial² - GTI formado por 19 Ministérios e Secretarias de Estado, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Neste trabalho o Grupo contou com a colaboração de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na produção de informações estatísticas pertinentes, incorporou resultados de pesquisas e consultas realizadas pela UNESCO e pelo Projeto Juventude do Instituto Cidadania e, também, acompanhou o trabalho desenvolvido pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude.

Coube ao grupo analisar as ações públicas direcionadas à juventude brasileira a luz de diagnóstico sobre a situação do jovem no Brasil, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e o Instituto de Cidadania em 2000, que apontava para 34 milhões de jovens com idades entre 15 e 24 anos (20% da população brasileira aproximadamente) e altos índices de problemas sociais: evasão e abandono escolar, defasagem série-idade e analfabetismo, desemprego, envolvimento com tráfico e uso de

² Participaram da primeira reunião do grupo, além do ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), os ministros José Viegas (Defesa), Marina Silva (Meio Ambiente), Antonio Palocci (Fazenda), Patrus Ananias (Desenvolvimento Social), Miguel Rosseto (Desenvolvimento Agrário), Jorge Félix (Gabinete de Segurança Institucional), Agnelo Queiroz (Esportes), Humberto Costa (Saúde), Nilcéia Freire (Política para as Mulheres), Walfrido Mares Guia (Turismo), Ricardo Berzoini (Trabalho), Guido Mantega (Planejamento) e representantes da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, Justiça, Cultura, Promoção e Igualdade Racial e Direitos Humanos.

drogas, criminalidade e violência, gravidez precoce, AIDS e DST em geral, além de poucas oportunidades de esporte e lazer.

Como resultado do trabalho do GTI se criou a Política Nacional de Juventude, voltada para as questões educacionais e de inclusão. Tal política é composta por uma proposta de execução simultânea de três ações:

1. Constituição da Secretaria Nacional da Juventude - além do papel de integrar programas e ações do governo federal, é a referência da população jovem no Governo Federal, como ocorre em vários estados e municípios do Brasil e em vários países que adotam políticas públicas voltadas para a Juventude. A nova Secretaria, que integra a estrutura da Secretaria Geral, é responsável por iniciativas do governo voltadas para a população jovem, levando em conta as características, especificidades e a diversidade da Juventude.
2. Implantação do Conselho Nacional de Juventude – que tem a participação do governo, especialmente das áreas que desenvolvem ações voltadas para a população jovem, de organizações e personalidades identificadas com a juventude e com políticas públicas voltadas para a população jovem. É composto de 60 membros, sendo 40 da sociedade civil e 20 do governo federal. Foi implantado em agosto de 2005. O Conselho tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas para a juventude e fomentar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica juvenil.
3. Implementação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – voltado para jovens de 18 a 24 anos, que concluíram a 4ª série mas não terminaram o ensino fundamental, estejam fora do mercado de trabalho formal, objetiva a re-inserção do jovem através da formação, integrando aumento da escolaridade, qualificação profissional e ação comunitária.

De acordo com as informações contidas no site oficial da Secretaria Nacional de Juventude, do período que compreende o início da Política Nacional de Juventude até os dias atuais, 20 programas e projetos foram implementados sob a coordenação de oito Ministérios. Este estudo não se propõe analisar cada um deles, já que tem-se como foco apenas o ProJovem, mas a autora considera importante ao menos citá-los para se

seja possível uma visão mais abrangente das propostas do Governo Federal para a juventude. Para título de organização, os projetos e programas foram agrupados por ministérios responsáveis:

➤ **Ministério do Esporte**

- Programa Bolsa-Atleta: apóia financeiramente a atletas com mais de 12 anos que não possuem patrocínio. O benefício é dividido em quatro categorias: estudantes, nacional, internacional e olímpica/paraolímpica e tem duração um ano com possibilidades de prorrogação.
- Programa Segundo Tempo: desenvolvimento de atividades recreativas e acesso à prática do esporte no período contrário da escola, incluindo mais complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo. Voltado a jovens entre 7 e 14 anos, matriculados na Rede Pública de Ensino e de baixa renda.

➤ **Ministério da Educação**

- Programa Brasil Alfabetizado: promove alfabetização para jovens acima de 15 anos, através de cursos promovidos por instituições de ensino, com duração de oito meses.
- Programa Escola Aberta: abertura das escolas públicas nos fins de semana para a comunidade, com oferecimento de oficinas ministradas por jovens. Para esses jovens instrutores há pagamento de bolsas.
- Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed): destaque de recursos para a reforma curricular, melhoria da qualidade e expansão do ensino médio da rede pública.
- Programa Juventude e Meio Ambiente: destinado a formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens em cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política. A capacitação é feita na forma presencial e à distância.

- Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja): Pronove a ampliação de vagas em cursos de educação profissional para jovens e adultos que concluíram o ensino fundamental, com no mínimo 21 anos de idade. Realização de cursos de formação técnica continuada, com validade de Ensino Médio (2.400 horas).
 - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM): extensão da distribuição de livros didáticos de português e matemática para o ensino médio. Mais de sete milhões de alunos do 1º, 2º e 3º anos já foram beneficiados.
 - Programa Universidade para todos (ProUni): concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda e a professores da rede pública que não tenham formação superior. Alunos do ProUni em tempo integral recebem bolsa de um salário mínimo mensal.
 - Programa Escola de Fábrica: qualificação profissional em nível básico para jovens de 16 a 24 anos. Através de parceria público-privado, a formação se dá em empresas e prevê uma bolsa de R\$ 150,00 mês, com duração de dois anos. Com a parceria o governo objetiva estimular a permanência de jovens na educação regular envolvendo o setor produtivo.
 - Programa Saberes da Terra: Objetiva escolarizar jovens e adultos agricultores e contribuir para a permanência destes no ensino regular. Além da escolarização oferece qualificação profissional e o currículo é adaptado ao contexto do campo.
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário**
- Programa Nossa Primeira Terra: linha de financiamento do Programa de Crédito Fundiário para aquisição de imóveis e investimentos em infraestrutura básica. Voltado a jovens do meio rural com idade entre 18 a 28 anos. Visa estimular a permanência dos jovens e suas famílias no campo e possibilitar qualificação técnica.

- Programa Pronaf Jovem: linha de financiamento para filhos de agricultores familiares, com idade entre 16 e 25 anos. Os participantes devem ter concluído ou estar cursando formação em centros de alternância, ou escolas técnicas agrícolas, ou curso ou estágio de formação profissional.

➤ **Ministério da Cultura**

- Programa Cultura Viva: disponibiliza recursos para montagem de Pontos de Cultura, com apoio à compra de material multimídia e à realização de atividades envolvendo iniciativas culturais já existentes. Objetiva fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e nas escolas, como também o protagonismo juvenil nestes espaços.

➤ **Ministério do Trabalho e Emprego**

- Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE): qualificação socioprofissional de jovens de 16 a 24 anos, desempregados, com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. Os participantes recebem vale-transporte e bolsa-auxílio de R\$ 150.

➤ **Ministério da Defesa**

- Projeto Rondon: estudantes de ensino superior desenvolvem trabalhos nas áreas de estudo em regiões remotas do Brasil. Promove uma aliança entre estudantes universitários e comunidades na busca de soluções que melhorem a qualidade de vida da população assistida.
- Projeto Soldado Cidadão: atividades de formação e qualificação técnica para jovens egressos do serviço militar com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho.

➤ **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

- Agente Jovem: destinado a jovens de 15 a 17 anos que vivem em áreas violentas, provenientes de famílias pobres e que estejam sob tutela ou liberdade assistida. Uma bolsa de R\$ 65,00 mensais, durante um ano é paga ao participante. O programa se desenrola no turno oposto ao horário escolar do jovem e tem como objetivo a formação em agente transformador da comunidade, pretendendo reduzir os índices de violência, gravidez precoce, envolvimento com drogas e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

➤ **Secretaria Geral da Presidência da República**

- Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem³: voltado para inclusão de jovens entre 18 a 24 anos, através da formação integrada. Possui três eixos estruturante: escolarização em nível fundamental, qualificação profissional e ações voltadas para a comunidade. Duração de doze meses consecutivos e pagamento de bolsa de R\$ 100,00 para o participante. Sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, sua gestão é compartilhada com os ministérios: da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em setembro de 2007 o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva lançou o “novo” ProJovem que articulou e reformulou seis programas já existentes, voltados para a juventude, e já citados acima, de modo que o novo Programa é composto por quatro “sub-programas”, a saber:

- ProJovem Adolescente, que objetiva complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos.

³ Como o ProJovem é objeto central nesta pesquisa, Será retomado no capítulo 5.

- ProJovem Urbano, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
- ProJovem Campo, que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade - com a conclusão do ensino fundamental - qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra.
- ProJovem Trabalhador, que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda.

A figura 04 sistematiza o desenho do novo programa que iniciou sua implementação no segundo semestre de 2008.

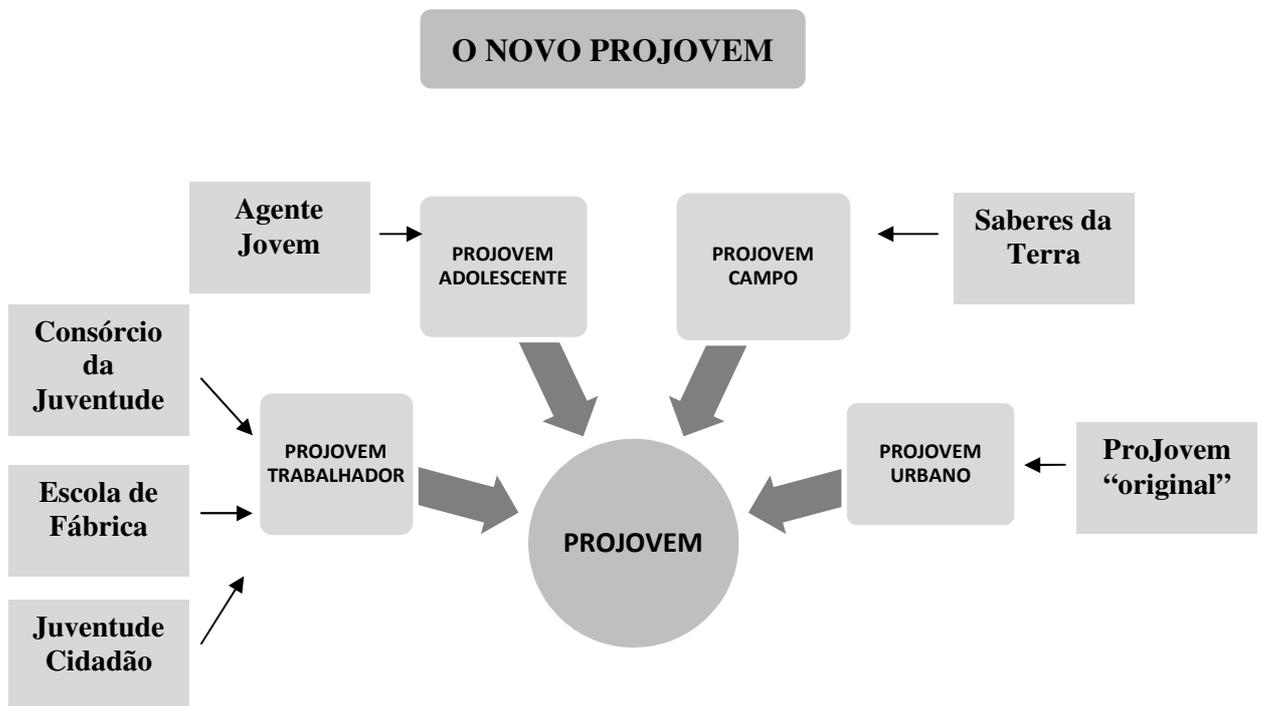


Figura 4: Sistematização do “novo” ProJovem

Fonte: a autora

O “novo” ProJovem foi apresentado aos representantes de municípios e estados da federação em maio de 2008 e deu início a sua implementação em agosto deste mesmo ano. Assim como o ProJovem “original” também possui gestão compartilhada. Aqui não nos deteremos nesses programas e em suas análises, já que temos como interesse a análise de um programa específico, o ProJovem “original”, como tem sido ultimamente referido por sua Coordenação Nacional do ProJovem, que será tratado mais detalhadamente no capítulo 5.

Uma das metas de uma política pública, talvez a mais importante, é provocar alteração em uma determinada situação em que se encontra a sociedade. Por esta razão esse é o conceito central desta pesquisa e será o próximo tópico a ser desenvolvido que, apesar de parecer a princípio muito simples, já que se trata de uma palavra corriqueira, muito comum em nosso vocabulário, revela-se bem mais complexo que o esperado, talvez exatamente por este aspecto comum do termo.

2.4. Mudança e suas diversas compreensões

Para uma boa análise crítica de programas sociais é preciso discutir o conceito de *mudança*, já que, em última análise, todas as intervenções propostas e realizadas visam transformar o curso de algumas visões, ações ou problemas. Mudança é um conceito-chave, tanto para promotores de políticas públicas quanto para avaliadores de projetos. Apesar do seu caráter intrínseco à dinâmica existencial, e mesmo que todos saibam disso, o processo de mudança constitui uma caminhada difícil e, nem sempre indolor (MINAYO, 2005).

Algumas pesquisas já realizadas apontam para diversas formas de mudança e com elas os seus conceitos também se alteram, desta forma essa discussão se baseia em contribuições de correntes teóricas da Psicologia quando procura compreender como acontece o processo de mudança nos indivíduos, seja associando mudança à aprendizagem, seja refletindo sobre a influência que o grupo exerce nos indivíduos e como essa força também pode caminhar em sentido contrário, ou seja, dos indivíduos para o grupo.

Discutir política pública, no entanto, não pode se centrar apenas no indivíduo, mas também é importante observar como essas mudanças podem gerar algo mais amplo e ter algum efeito sobre a sociedade, por isso a discussão se inicia com uma breve revisão teórica sobre mudança social, na perspectiva de algumas correntes sociológicas.

2.3.1. Mudança social – breve referência às principais teorias sociológicas

O estudo da mudança social foi, e continua sendo fortemente influenciado pelos pressupostos evolucionistas, apesar dos métodos e do foco dessa evolução sempre terem sido tratados de forma controversa (MINAYO, 2005). Algumas teorias sobre mudança social consideram-na como um ato revolucionário, um corte radical entre uma estrutura anterior e a que se segue, outra corrente, no entanto, observa que a mudança é estrutural e orgânica, faz parte do processo histórico das sociedades e acontecerá inevitavelmente. Outra forma de entender as mudanças sociais traz, de alguma forma, a junção das duas concepções anteriores e advoga tipos distintos de mudança.

Neste sentido, a partir das considerações de Barreto (2001), são brevemente apresentadas alguns dos principais pensamentos sociológicos sobre mudança social.

Iniciando por Augusto Comte, tem-se que a mudança social pressupõe um progresso contínuo e linear, pelo qual todas as sociedades passariam necessariamente, pelos três estágios de sua lei, sendo eles: o estágio teológico, o metafísico e o científico. Tais estágios correspondem às fases percorridas pelo desenvolvimento da ciência e do pensamento/espírito humano.

Já para Marx, que compartilha das idéias positivistas de progresso de Comte, o conceito de mudança trata das revoluções pelas quais a humanidade atravessaria ao longo de sua história, tendo a ordem como último estágio do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, o socialismo. Para ele, as idéias de progresso levariam ao desenvolvimento e a evolução da sociedade. Assim, o autor propõe uma teoria de mudança social baseado na revolução.

Também na corrente que concebe mudança social como revoluções, Tilly entende a mudança social como resultado de acontecimentos revolucionários, que por sua vez, são resultantes de conflitos radicais entre grupos políticos, com estruturas distintas, lutando pelo poder. Assim a mudança é motivada pela ação coletiva que resulta em revolução, enquanto que Sckopol traz uma perspectiva histórico-comparativa / perspectiva socioestrutural, sem perder de vista a proposta revolucionária, e aponta três correntes:

- Psicologia das multidões: revoluções com base na motivação das pessoas em engajar-se em violentos movimentos políticos de oposição.
- Systems/ values-consensus: revoluções como respostas violentas de movimentos sociológicos aos desequilíbrios do sistema social.
- Conflitos políticos: conflito entre governo e grupos organizados disputando o poder político.

Sorokin (1957), também referenciado por Barreto, diferencia dois tipos de mudança social: a primeira seria uma mudança legítima ordeira – de acordo com a lei oficial do grupo, mas por outro lado, também são possíveis mudanças rápidas, súbitas e violentas, advindas de revoluções, como uma perversão, uma explosão de ódio, um ato de irracionalidade coletiva. Esse autor integra uma corrente de pensadores que trazem como pressuposto básico idéia de processo social repetitivo e que obedece a ciclos mais ou menos definidos, onde as mudanças sociais ocorrem para reestabelecer certo padrão que existiu no passado e retornará no futuro, sendo o caráter cíclico natural e inevitável.

Também seguindo a perspectiva de ciclos de mudanças, Barreto cita o conceito de Bottomore que considera que a estrutura social é um “processo permanente”, sendo assim, um “movimento perpétuo de desestruturação e estruturação”, para esse autor a idéia de estrutura se confunde com a idéia de mudança e dois fatores influenciam a estrutura social: o crescimento do conhecimento e o desenvolvimento da divisão do trabalho.

Morin (1984), referido por Minayo, contudo considera que não é possível o retorno à situação de equilíbrio inicial de um acontecimento qualquer, pois o dinamismo social sempre modifica as situações avaliadas pelos formuladores e gestores como sendo ideais. Para o autor, todo organismo oscila entre estados de organização, mudança e reorganização, no entanto esse processo não retorna ao ponto de início, pois toda transformação traz uma ruptura.

Merlucci (2001), afirma que para entender a mudança é entender a estrutura do sistema e seus componentes, no entanto reconhece que para muitas teorizações sobre o tema afirmam que “a mudança é sempre um dado pressuposto do qual os movimentos são um produto”, que por sua vez provocam novas mudanças e, neste sentido, são imposições do curso histórico. Em sua análise, tal entendimento dos processos de mudança social é uma herança evolucionista ingênua das filosofias do século XIX, como Marx e Comte, por exemplo.

O autor reconhece a importância dos fatores externos como determinantes de mudança em um sistema, no entanto aponta para a necessidade de demonstrar como estes intervêm no funcionamento interno de um sistema e o modificam, sem que isso seja suficiente para compreender como se dão as mudanças sociais. “Só a análise estrutural dos componentes de um sistema e de suas relações pode fazer compreender como e por que intervêm modificações e qual a sua importância.” (MERLUCCI,2001:53)

Desta forma ocorrência de condutas coletivas e, em particular, de movimentos sociais, produz outras contradições as quais o sistema responde por meio de novas mudanças internas, enquanto é capaz de superar as pressões conflituais, ou é pressionado a modificar o conjunto dos seus elementos e das suas relações e, nesse caso, se produz uma mudança de estrutura. Uma mudança semelhante pode referir-se a uma sociedade global, ou a uma pequena parte, ou a subsistemas. Movimentos sociais e, em primeiro lugar, os movimentos antagonistas, ligam contradição e conflito porque se situam na interseção entre estrutura e mudança.

Outra concepção de mudança social importante na Sociologia, e provavelmente a que mais se aproxima a proposta de análise deste estudo, pois traz a dimensão do indivíduo no processo de mudança social, é proposta por Max Weber. Diferentemente do materialismo histórico de Marx, que parte de categorias sociológicas agregadas ou macro (tais como: relações e forças de produção; base econômica e superestrutura), Weber, segundo Barreto, se centra nos indivíduos, suas idéias e ações, apesar de estar voltada para vastas unidades territoriais e longos períodos de tempo, bem como para macro mudanças sejam elas históricas ou sociais.

Em certo sentido, a sociologia proposta por Weber é uma sociologia do papel dos indivíduos históricos (BARRETO, 2001). Os princípios da sociologia compreensiva de Weber fundamentam a crença de alguns autores sobre a produção de mudanças sociais a partir dos processos de intervenção social. Tais princípios weberianos apontam para a ação social dos indivíduos em interação como protagonistas da história.

Tendo em vista a perspectiva weberiana de mudança social é que muitos pesquisadores e profissionais de avaliação de políticas têm investido na elaboração de “indicadores capazes de medir quantitativamente e compreender qualitativamente o sentido, a orientação e as tendências das transformações sociais promovidas por políticas sociais.” (MINAYO, 2005: 58)

Assim, processo de intervenção social deve integrar o conjunto de experiências vividas pelos indivíduos em todos os âmbitos de sua experiência existencial. Por isso, atuar em projetos sociais, sejam eles governamentais ou não, significa potencializar mudanças nas esferas essenciais em direção dos valores universais de desenvolvimento humano (*op.cit.* 2005). Neste sentido, é possível identificar duas correntes que tratam da dinâmica dos processos de intervenção:

A primeira corrente considera que todas as perturbações notórias na sociedade, ou em instituições se explicam pela intervenção de causas exteriores passíveis de serem controladas. O equilíbrio social como indicador de uma sociedade saudável e a influência externa, quase sempre, deveria ser considerada negativa.

Já a outra forma de entendimento dos processos de intervenção, diz que a sociedade e as instituições vivem em constantes conflitos internos e é a própria existência desses

problemas que provoca a mudança. A capacidade de transformação estaria dentro da sociedade em geral e das instituições. As contradições ocorrem em todos os tipos de interações humanas. As mudanças são intrínsecas à sociedade.

“[...] qualquer mudança social e institucional é um fenômeno simultaneamente histórico, coletivo e estrutural e relacional. No entanto, as transformações que venham a ocorrer passam pelas subjetividades por interferirem na vida cultural, afetando as mentalidades e criando novas possibilidades de organização de todos estes mesmos aspectos.” (*op. cit.* 2005: 56)

Alguns autores procuraram compreender as mudanças sociais e, como resultado propuseram uma classificação. Entre eles encontram-se Moore (1967) e Rocher (1970), citados por Minayo, que indicam quatro tipos de mudança:

- As que são produzidas rapidamente e muitas vezes em cadeias seqüenciais.
- As que procedem de uma vontade deliberada ou resultam indiretamente de inovações igualmente voluntárias.
- As que se desenvolvem por influxo de tecnologia materiais e estratégias sociais.
- As que são cumulativas e afetam, por meio de efeitos de redemoinho, muitos indivíduos e aspectos funcionais da sociedade.

Apesar de influenciadas e produzidas pelos indivíduos, as mudanças sociais, no entanto, diferem da dinâmica do ciclo vital de uma pessoa ou de um grupo que tem a iniciativa de provocá-la, por maiores que sejam seu protagonismo individual ou de equipe e sua ferrenha dedicação a uma causa. Isto porque, de um lado, o ciclo de vida de um sujeito combina as determinações das circunstâncias externas com a historicidade, o protagonismo individual e a estabilidade de suas posições e papéis específicos (MINAYO, 2005).

Apesar de concordar que as escolhas tomadas pelos indivíduos não estão isoladas do meio, mas sim impregnadas pelo contexto que o cercam, é preciso entender que fatores internos e externos influenciam o processo de mudança de cada sujeito, que associações são necessárias para que haja uma alteração de seu comportamento e, mais importante, de suas atitudes e valores e assim, também influenciam as transformações da própria sociedade. É possível que nem todos concordem, mas aqui se entende que tanto o sujeito é afetado pelas

condições sociais, quanto essas mesmas condições são afetadas pelo sujeito, em uma relação de interdependência.

A mudança social depende de uma mudança de comportamento e de atitude em nível individual, mas para que seja possível analisar essa mudança individual é preciso compreender como ela se processa no sujeito. As considerações a seguir são apoiadas em algumas teorias da Psicologia, mas não exclusivamente, na tentativa de delinear uma compreensão sobre como ocorrem mudanças no sujeito e como as políticas públicas voltadas para a intervenção social precisam estar atentas para tais processos.

2.3.2. Mudança de atitudes e valores e sua relação com a mudança social

Mudança é um processo complexo e esta complexidade deve ser considerada no ciclo das políticas públicas (formulação, implementação e avaliação), para que as metas e os efeitos esperados possam ser alcançados.

Este processo, especialmente quanto tratamos de mudança no comportamento, nas atitudes e nos valores do sujeito, é influenciado por uma variedade de fatores racionais, emocionais, grupais e institucionais que se impõe ao longo da vida do sujeito.

Apoiada em teorias que tratam de mudanças comportamentais, Studart (2002) classifica seis fatores inerentes ao ser humano que podem influenciar a mudança de seus comportamentos, são eles:

- O elemento físico: baseado na dor e no desconforto. Indica que haverá a mudança de comportamento quando a dor ou o desconforto gerado pelo comportamento antigo superar seus benefícios.
- O elemento racional: tem como base o conhecimento. Aqui a mudança comportamental acontece quanto se entende as desvantagens ou conhecem as vantagens do novo comportamento.
- O elemento emocional: estar baseado na intensidade das atitudes, valores e sentimentos, tanto em relação ao comportamento anterior, como ao comportamento promovido.
- O elemento prática: se relaciona com as habilidades adquiridas para realizar o novo comportamento. Quanto mais a pessoa se sinta preparada para concluir uma atividade específica, maior será sua tendência em colocá-lo em prática.

- O elemento rede de comunicação interpessoal: as pessoas com a qual o sujeito interage, podem reforçar tanto a comunicação de um determinado comportamento, como promover, entre seus pares, o conhecimento individual, emotivo e de habilidades na direção da mudança do comportamento.
- O elemento estrutural: está baseado na situação econômica, legal ou tecnológica onde se dá um determinado comportamento. Algumas pessoas modificam um comportamento porque têm acesso conveniente aos serviços públicos, às tecnologias sociais ou porque moram em um ambiente que proporciona a mudança comportamental de forma legal, aceitável e realista.

Bateson, citado por Leitão e Rousseau (2004), considera que a mudança é um fenômeno que opera no plano da consciência humana, sem, no entanto, eliminar seu caráter social. Para o autor, as mudanças são interações no plano das idéias e da linguagem (dos significados) que se operacionalizam na ação coletiva. Assim o humano e o social não se separam.

Para Leitão e Rousseau (2004) “toda mudança implica mudar o conhecimento e mudar o conhecimento significa aprender, porque todo conhecimento é aquilo que aprendemos ao longo da vida.” (*op.cit.*: 689). Por esta compreensão do processo de mudança dos indivíduos, baseada na biologia do conhecimento, a descontinuidade entre conhecimento, aprendizagem e mudança se torna impossível.

Este processo aprender – conhecer – mudar pode se dá de modo simples ou complexo. Quando acontece de forma simples, apenas o comportamento se altera sem que haja uma mudança de paradigma, ou seja, dos valores e da visão de mundo, enquanto que nas mudanças complexas esses últimos são alterados.

Nesta linha de integração entre conhecimento, aprendizado e mudança, Steiner (1998), citando Starkey, entende mudança como destruição das barreiras existentes no aprendizado, além da abertura ao acesso a novas fontes de conhecimento e experiências.

Estreitando a relação entre o processo de mudança do indivíduo e mudança social, sendo ao mesmo tempo causa e efeito, Stompka, referido por Leitão e Rousseau (*op.cit.*), refere-se à mudança como um aspecto intrínseco à sociedade humana, onde os próprios princípios de operação e o modo de funcionamento dessa sociedade sofrem transformações

causadas pelo automovimento da organização social. De acordo com o autor, este processo de movimentação da sociedade, não leva apenas a mudança da sociedade, mas também interfere nos modos de mudança, alterado assim o modo de pensar o mundo e a sociedade.

Em sua discussão sobre mudança e aprendizagem, os autores propõem alguns pressupostos para o entendimento do processo de mudança. Desses, três se relacionam com a discussão aqui proposta:

- Entender mudança como um processo pressupõe assumir que os sistemas sociais operam através de redes de comunicação dotados de um corpo comum de significado, regras comportamentais e um conjunto comum de conhecimento. Luhman, 1990 (*apud* Leitão e Rousseau, 2004).
- Mudança é um fenômeno que ocorre dentro da rede de comunicações, pois se dá nesse contexto de interações de significados.
- Mudança só pode ser entendida como integrada ao aprender e ao conhecer.

Mais uma vez observa-se a interrelação entre as mudanças ocorridas no nível do indivíduo e as relações sociais, sem perder de vista seu aspecto de casualidade com o conhecimento e a aprendizagem. Algumas teorias psicológicas procuram explicar tal causalidade.

Para a teoria behaviorista a inter-relação entre aprendizagem e mudança se dá no nível do comportamento, ou seja, o algo aprendido a partir da interação do sujeito com o meio, produz um novo comportamento diferente do inicial.

As teorias comportamentais apontam para passos anteriores que preparam o sujeito para a efetivação de uma mudança comportamental. Assim em primeiro lugar é necessário que o sujeito saiba que existe algum problema com o seu comportamento. A seguir é preciso que conheça os aspectos negativos do comportamento atual e os aspectos positivos do comportamento promovido. O terceiro passo diz respeito à necessidade de uma atitude positiva em relação ao novo comportamento e negativa a continuar como o comportamento atual. E para concluir o processo que precede a uma mudança comportamental, é necessária a continuação do novo comportamento e repetições.

Restringindo sua análise do indivíduo apenas aos aspectos observáveis do comportamento humano, as teorias comportamentais parecem simplificar o processo de mudança, enfatizando a racionalidade e a linearidade deste processo. Este entendimento, no entanto se mostra bastante simplista e talvez não alcance a complexidade de fatores e significados que envolvem o comportamento dos sujeitos.

Outra corrente teórica da psicologia, o cognitivismo, afirma que entre o comportamento final observado e a interação com o ambiente, estão processos mentais que resultariam na aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes – CHAs que podem ser inferidos a partir das mudanças observadas (ABBAD; BORGES-ANDRADE, 2004: 238).

No caminho da integração entre conhecimento, aprendizagem e mudança, Zanelli, Borges-Anadrade, Bastos & cols. (2004) referem que a aprendizagem é um processo psicológico que ocorre no nível do indivíduo. Este conceito se refere às mudanças que acontecem no comportamento do sujeito, sendo resultado não apenas da maturação – conceito associado à passagem do tempo, idade ou fases da vida – mas principalmente da interação com o contexto.

Segundo esta abordagem, a experiência de interação do sujeito com o seu meio lhe proporciona aprendizado de algo, seja uma competência, seja um interesse ou valor que, em momento futuro, seria mostrado ou evidenciado através de alguma mudança em seu comportamento. Desta forma, os estímulos do meio, provocam processos cognitivos internos ao sujeito, que resultam em um comportamento ou atitude externalizada.

Esta abordagem, diferentemente da vertente behaviorista, ou comportamental, considera os processos internos na análise de mudanças comportamentais ou atitudinais, levando em conta a complexidade do comportamento humano e suas diversas relações.

Outra vertente teórica da psicologia, a Teoria de Campo de Kurt Lewin, refere a aprendizagem como porta principal para mudanças no indivíduo. Os conceitos, no entanto, não podem ser compreendidos como sinônimos, mas sim interrelacionados.

Mais uma vez a aprendizagem e a mudança se articulam. Neste sentido Lewin propõe que a aprendizagem resulta da mudança em diferentes aspectos que abarcam a existência do humano, ou seja, o conhecimento, as motivações, a cultura, as habilidades, etc.:

“[...] 1) aprendizagem como mudança na estrutura cognitiva (conhecimento), 2) aprendizagem como mudança de motivação (aprender a gostar ou não gostar), 3) aprendizagem como uma modificação no grupo a que pertence ou ideologia (este é um aspecto importante do crescer numa cultura). 4) aprendizagem no sentido voluntário da musculatura do corpo (este é um aspecto importante na aquisição de habilidades, como falar e auto-controle).” (LEWIN, 1942:75/76)

O autor distingue questões cognitivas das questões motivacionais como promotores de mudança no indivíduo, assim haveria dois meios para a produção de mudança. O primeiro se relaciona com as necessidades ou interesses da pessoa – questões motivacionais – enquanto que o segundo diz respeito à aquisição de técnicas e conhecimento produzindo assim uma mudança na estrutura cognitiva.

É importante ressaltar que esses podem agir de modo conjunto ou em separado como promotores de mudança de comportamentos e/ou atitudes. Assim a aprendizagem se distingue em dois sentidos: como modificação da estrutura cognitiva e como mudança de motivação, ambos voltados para a alteração de aspectos do indivíduo.

De acordo com a Teoria de Campo, todas as mudanças se dão por conta de determinadas forças, chamadas entidades dirigentes, que produzem alteração na estrutura cognitiva. Tal força se diferencia em dois tipos: uma resultante da própria estrutura cognitiva - mudança de significados e interesses - e outra que é determinada por necessidades e motivações – valências e valores que são provocadas a partir de dois outros aspectos:

- a. *Mudanças de necessidades e significado* – o “aprender” a gostar ou a desgostar de certas atividades, por exemplo, resulta de uma lenta mudança de necessidades que se observa ao longo do desenvolvimento físico e emocional do indivíduo, sendo mais intensas e mercantes em períodos de crises, como a adolescência, por exemplo. Um excesso de exposição à atividade também pode provocar uma aversão permanente a mesma.

Para Lewin, a relação entre estrutura cognitiva e valência é particularmente óbvia no que se denomina “diferenças culturais”. As culturas não são diferentes somente em relação aos valores que reconhecem; de igual importância é o modo pelo qual atividades diferentes são relacionadas. Um exemplo utilizado pelo autor, e aqui incorporado para ilustrar tal pensamento, é o poder da mídia em provocar mudanças de interesse nos indivíduos, para o autor, os interesses do sujeito se alteram devido a uma mudança da estrutura cognitiva de

modo a fazer com que a atividade ou o produto anunciado apareça como sendo de grande valor para aquele sujeito.

Relacionar aprendizagem com mudanças na motivação refere-se à mudança das necessidades ou nos meios de satisfazê-las. A esses processos podem ser incorporados exemplos como tornar-se um dependente químico ou romper com a dependência, assim como o processo normal de aculturação depois de entrar em um novo grupo social.

Para Lewin, as forças que governam este tipo de aprendizagem se relacionam com os fatores que determinam o desenvolvimento da motivação e da personalidade – “leis básicas das necessidades e saciação, estrutura do objetivo, nível de aspiração e o problema de pertencer a grupo.” (LEWIN, 1942:81)

- b. *Aprendizagem e nível de aspiração* – nível de aspiração é definido como o grau de dificuldade do objetivo que uma pessoa deseja alcançar, este é influenciado parcialmente pela capacidade do indivíduo, que se manifesta através de seus êxitos e insucessos passados e presentes, e parcialmente por determinados padrões grupais.

Êxito e insucesso influenciam o nível de expectativa do indivíduo através do resultado da ação futura aumentando e diminuindo respectivamente o nível de aspiração do sujeito. As experiências de êxito e insucesso ocorrem somente numa área que está próxima do nível limite de capacidade do indivíduo, às experiências de sucesso e fracasso não são os únicos responsáveis pelo nível de aspiração do indivíduo.

Neste sentido, o autor considera que o conhecimento do padrão do grupo de pertencimento ou de outros grupos importantes para o sujeito, também afetam o nível de realidade e de desejo, dependendo do grau em que esses padrões do grupo são aceitos.

Em relação ao processo de mudança, a Teoria de Campo, além de considerar os aspectos internos dos indivíduos, como a aprendizagem e as motivações, também ressalta a importância das questões externas, sejam as relações de pertencimento a um determinado grupo, sejam as questões culturais mais abrangentes.

As questões que se relacionam com as dinâmicas que se estabelecem entre o sujeito e os grupos e vice-versa, e como estas relações podem influenciar na mudança de comportamento e atitudes dos indivíduos, também são objeto de estudos de diversos teóricos

da psicologia. Alguns desses autores foram considerados nesta pesquisa na tentativa de compreender melhor como ocorre o processo de mudança nos sujeitos.

Segundo Festinger, Stanley e Back (1969) é indiscutível que indivíduos e grupos exercem influências uns sobre os outros e que estas provocam alterações em suas opiniões, de forma a tornar os padrões de comportamentos uniformes e semelhantes.

Também Siegel e Siegel (1969) apontam para a influência exercida pelo grupo no sujeito e consideram que a mudança tanto da quantidade quanto da direção da atitude da pessoa depende das normas de atitudes de seu grupo de participação⁴ e de normas de atitude de seu grupo de referência.

Segundo os autores em quase todos os grupos sociais, existem pressões para a uniformidade do comportamento e da atitude. Se no grupo existem diferenças de opinião, em seus participantes surgirão forças para restaurar a uniformidade. Aparecem pressões para que o indivíduo mude sua opinião, a fim de que esta se aproxime das apresentadas por outros membros do grupo. Aparece então, uma tendência para reduzir a relação de dependência com os membros dissidentes, de forma que estes deixem de ser pontos de referência adequados para estabelecer a realidade da opinião do indivíduo.

Neste sentido, à medida que o indivíduo passa a ter contato com outros grupos e lhes atribui algum valor, é inevitável que se deixe influenciar pelos interesses e expectativas desses, gerando mudanças em suas atitudes e valores, independentemente do grau de adequação desses novos valores e atitudes às regras sociais vigentes.

A partir da revisão bibliográfica apresentada, algumas conclusões sobre mudança são possíveis. A primeira delas é que as mudanças acontecem tanto no nível do indivíduo, como nas estruturas sociais. Outro aspecto importante é que se trata de um processo complexo que sofre influência de diversos aspectos relacionados e acontece ao longo da vida. Um terceiro ponto, talvez o mais importante, trata da inter-relação que se estabelece entre o indivíduo e a sociedade. Desta forma as mudanças em nível individual sempre proporcionarão impacto nas condições gerais da sociedade, que por sua vez geram impacto no comportamento, atitudes e valores dos sujeitos.

⁴ Em seu artigo: Grupos de referencia, grupos de participação e mudança de atitude (1969), Alberta Engvall Siegel e Sidney Siegel definem como grupos de participação os grupos que o indivíduo faz parte independente de sua escolha, enquanto que grupos de referencia são aqueles em que pretende participar ou continuar.

Para que isso aconteça, no entanto, é necessário que indicações à mudança comportamental sejam contempladas no ciclo das políticas sociais. Essas políticas materializam programas e projetos sociais, governamentais ou não, que devem perseguir mudanças de comportamento dos indivíduos, sendo este o fundamento para uma real efetividade e sucesso da política.

Apesar do processo de tomada de decisão ser individual, a mudança de comportamento é também um processo social. Assim, as mudanças de comportamento e atitudes não devem ser focadas somente no segmento do beneficiário, mas também nas pessoas que o rodeiam e o influenciam, criando uma rede de ações que contemplem as inter-relações que se estabelecem entre o indivíduo e a sociedade, considerando que, como visto anteriormente, são intensas as pressões exercidas pelos grupos no sujeito, assim como também no sentido contrário, ou seja, do sujeito para o grupo.

Esta seção tratou da fundamentação teórica que deu base para a análise do ProJovem a partir da percepção de mudança de seus beneficiários, de acordo com os objetivos geral e específicos apresentados na introdução deste trabalho. A partir do entendimento dos conceitos apresentados, o próximo passo foi criar uma matriz de análise que guiou as etapas coleta e análise de dados através da definição das dimensões a serem estudadas, dos indicadores utilizados e instrumentos e técnicas mais adequados para a coleta de dados. A seguir o modelo de análise e o quadro operacional são apresentados.

MODELO DE ANÁLISE E QUADRO OPERACIONAL

De forma a sintetizar a lógica empírica deste estudo, através de uma comunicação mais fácil e ágil, a tabela 01 apresenta o modelo de análise da pesquisa e o quadro operacional utilizado nesta pesquisa. É importante salientar que as variáveis foram analisadas a partir da diferença entre como o jovem se apresentava antes de sua participação no ProJovem e como se apresenta no momento da coleta de dados.

Modelo de Análise			Quadro Operacional				
Conceito	Dimensão	Variáveis*	Fonte	Instrumentos	Momento da coleta	Questões	Estratégias de tratamento e análise
Contexto	Perfil do Jovem participante do ProJovem	Dados de identificação, Dados sócio-econômicos	Relatório Parcial de Avaliação do Programa 2006 e 2007	Questionário, Grupo focal, Análise documental	Junho e julho de 2008		Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
	ProJovem	Formulação, operacionalização, Objetivos gerais e específicos, PPI, Opinião dos egressos	PPI, Projeto ProJovem, Jovem egresso do ProJovem	Análise documental, Questionário e Grupo Focal		Q: 15, 24, 25, 26, 27 e 28 QF: quebragelo, 1, 2 3, 4, 5, 6 e 7	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
	Perfil do jovem egresso	Dados de identificação, Dados sócio-econômicos	Jovem egresso do ProJovem	Questionário	Junho e julho de 2008	Q: 1, 2, 3, 4, 5, 6,7,8,9,16,17, 18,19,20	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
Mudança	Relação com o processo de escolarização	Continuidade dos estudos	Jovem egresso do ProJovem	Questionário e Grupo focal	Junho e julho de 2008	Q: 10, 14, 15, 26, 27 e 28 QF: 5, 6 e 7	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
		Acompanhamento das aulas	Jovem egresso do ProJovem	Questionário e Grupo focal	Junho e julho de 2008	Q: 11, 13, 15, 26, 27 e 28 QF: 5, 6 e 7	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
		Acompanhamento das atividades	Jovem egresso do ProJovem	Questionário e Grupo focal	Junho e julho de 2008	Q: 12, 13, 15, 26, 27 e 28 QF: 5, 6 e 7	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
		Expectativa em relação à continuidade dos estudos	Jovem egresso do ProJovem	Questionário e Grupo focal	Junho e julho de 2008	Q: 10 e 15 QF: 5, 6 e 7	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
	Relação com o mundo do trabalho	Presença (ter ou não trabalho remunerado)	Jovem egresso do ProJovem	Questionário e Grupo focal	Junho e julho de 2008	Q: 20 e 22, 26,27 e 28 QF: 4, 6 e 7	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
		Tipo de vínculo empregatício	Jovem egresso do ProJovem	Questionário e Grupo focal	Junho e julho de 2008	Q: 20, 22, 24, 26, 27 e 28 QF: 4, 6 e 7	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
		Área de atuação	Jovem egresso do ProJovem	Questionário e Grupo focal	Junho e julho de 2008	Q: 18, 23, 24, 26, 27 e 28 QF: 4, 6 e 7	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
		Formas de procurar trabalho	Jovem egresso do ProJovem	Questionário e Grupo focal	Junho e julho de 2008	Q: 19, 21, 24, 26, 27 e 28 QF: 4, 6 e 7	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.
		Expectativa em relação ao mundo do trabalho	Jovem egresso do ProJovem	Questionário e Grupo focal	Junho e julho de 2008	Q: 24 QF: 4, 6 e 7	Categorização, Tabulação. Análise descritiva.

Figura 5: Modelo de análise e quadro operacional

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos foi elaborado um modelo de análise criado a partir dos estudos preliminares sobre o tema e já discutidos na fundamentação teórica.

Compartilhando da idéia sobre a complementaridade dos dados quantitativos e qualitativos (MINAYO, 2004), técnicas relativas às dimensões, quantitativa e qualitativa, foram utilizadas para o levantamento e tratamentos dos dados. Assim, um questionário com questões abertas e fechadas foi aplicado a 194 jovens egressos do ProJovem e também foram realizados dois grupos focais: um com seis jovens do sexo masculino e outro com oito jovens do sexo feminino. Tanto os rapazes como as moças que participaram dos grupos focais fizeram parte dos 194 jovens que responderam ao questionário.

Para fins desta pesquisa foram trabalhados os aspectos referentes aos participantes da cidade de Salvador. A escolha dessa cidade se deu por tratar-se de uma das capitais que se vinculam a Universidade Federal da Bahia através do SMA. Outro fator importante nessa escolha se referiu à questão temporal, aproximadamente 6.172 alunos foram inscritos para o Exame Final Nacional Externo - EFNE na cidade de Salvador com realização prevista para 28 de fevereiro de 2007, mas que efetivamente foi realizada em 28 de março de 2007⁵. Para se analisar mudanças efetivas em egressos é preciso considerar o tempo necessário para que o egresso possa se utilizar das novas competências e habilidades que possivelmente foram desenvolvidas. No caso dessa pesquisa considerou-se que o prazo de 18 meses, como o ideal para o início da coleta de dados. Assim seria possível a conclusão do processo burocrático de análise e divulgação dos resultados do EFNE, entrega de certificados, início de novo ano letivo, além das questões referentes à inserção no mundo do trabalho.

Levando-se em conta as exigências do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFBA, o grupo de jovens que participou do EFNE realizado em março se mostrou o mais adequado para a realização deste estudo. A seguir serão descritos os passos metodológicos que permitiram a realização dessa pesquisa.

⁵ As datas do EFNE são agendadas nacionalmente, sempre para a última quarta-feira do mês, no entanto para a aplicação da avaliação em Salvador em fevereiro, por conta da proximidade com o período carnavalesco e a dimensão do evento na cidade, a Coordenação Municipal foi autorizada pela CN à transferir a realização do exame em março.

4.1. Passos metodológicos

4.1.1. Análise documental

A etapa inicial dessa pesquisa buscou compreender o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem a partir da análise dos seguintes documentos oficiais:

- a. Projeto do Programa ProJovem (BRASIL, 2005).
- b. Manuais de aplicação dos exames nacionais externos.
- c. Relatórios de atividade da Universidade Federal da Bahia referente ao convênio 05/2005.
- d. Site da Secretaria Nacional de Juventude.
- e. Site do ProJovem.
- f. Folder de divulgação.
- g. Materiais didáticos específicos do Programa: Guia de estudos e manual do educador para as quatro unidades formativas.

Além da investigação sobre o Programa, informações sobre os alunos que frequentaram o ProJovem também foram coletadas através de fonte documental, a saber:

- 1- Relatório Parcial de Avaliação do Programa 2007.
- 2- Relatório dos grupos focais realizados em Salvador com jovens concluintes cujo foco foi a qualificação profissional e as atividades voltadas à ação comunitária desenvolvidas pelo ProJovem Salvador.

Concluída a etapa de análise documental, passou-se para a pesquisa empírica, cujos passos são descritos a seguir.

4.1.2. A seleção dos sujeitos

O primeiro passo para a seleção dos sujeitos se refere à definição de egresso utilizada neste estudo. Assim, considerou-se egresso, os jovens que concluíram sua participação no Programa e obtiveram sucesso, ou seja, foram aprovados e conseguiram a conclusão do ensino fundamental, considerando-se os recortes de espaço e tempo, ou seja, jovens do ProJovem da cidade de Salvador que realizaram o EFNE em 28 de março de 2007.

Definido o que se considerou como egresso na pesquisa, o próximo passo foi solicitar, de acordo com as exigências do Programa, ao Centro de Política Públicas e Avaliação da Educacional – CAEd⁶, vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora os dados de identificação e contato para localização dos jovens aprovados que participaram do EFNE realizado em Salvador no período definido.

A solicitação foi atendida através do encaminhamento, via e-mail, de planilha em Excel com dados necessários para identificação e localização de 1.770 jovens que atenderam aos critérios utilizados. A figura 06 apresenta as células que compuseram a planilha encaminhada.

⁶ Durante a execução do ProJovem o CAEd coordenou o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa, ficando o banco de dados com as informações produzidas pelo sistema hospedado no Centro, em Juiz de Fora – MG.

Nome		Sexo		Inscrição		Mãe	
Nome completo dos jovens		Sexo dos jovens		Número de inscrição no Programa		Nome da mãe dos jovens	
Logradouro	Número	Complemento	Bairro	Distrito	Município	CEP	UF
endereço completo informado pelo jovem no período de sua inscrição no Programa ou, em raríssimos casos, atualizado durante a sua permanência no mesmo							
Telefone		Estação		Núcleo		Ultima_Série	
telefone informado assim como o endereço		código da Estação Juventude a qual o jovem pertencia quando aluno do Programa		código do núcleo onde o jovem ao qual o jovem pertencia quando aluno do Programa		última série que cursou antes da participação no ProJovem	

Figura 6: Células que compuseram a planilha em Excel encaminhada pelo CAEd atendendo a solicitação feita pela autora.

De posse das informações encaminhadas o passo seguinte foi a definição do plano amostral. Para tanto, utilizou-se o método de amostragem aleatório simples e considerou-se a população de 1.770 alunos para cálculo do tamanho da amostra. O erro amostral tolerável foi fixado em 4%. A definição do tamanho da amostra compreende uma estimativa inicial e o ajuste final ao tamanho da população. Na estimativa inicial (n_0) é levada em conta unicamente o erro amostral tolerável.

$$n_0 = 1 / E^2$$

Onde E é o erro amostral tolerável.

Deste modo, para uma margem de erro de 4% (0,04), independente de tamanho de população, tem-se uma amostra inicial de 625 alunos. Ajustando-se ao tamanho da população de 1.770 alunos, teríamos:

$$n = N * n_0 / N + n_0$$

Onde:

n é o tamanho final da amostra ajustada ao tamanho da população da pesquisa;

N é o tamanho da população da pesquisa e n_0 é amostra inicial.

Assim tem-se que o tamanho final da amostra de alunos ajustada à população, com margem de erro tolerável de 4% é igual a 462 sujeitos. Definido o tamanho da amostra e de posse da relação que compunha a população de 1.770 alunos, procedeu-se o sorteio dos sujeitos, em computador, com a utilização do programa SPSS *for Windows*; para tanto foi necessário importar as informações recebidas em planilha Excel para o programa utilizado no sorteio.

A partir da relação dos sujeitos sorteados, o passo seguinte foi localizar todos eles. Em estudos com egressos são comuns grandes dificuldades para cumprimento dessa etapa, que será descrita a seguir.

4.1.3. Localização dos sujeitos sorteados

Encontrar os sujeitos é de fato o grande desafio para um estudo com egressos. Em sua maioria, os dados referentes a endereços e telefones não retratam a realidade do momento da coleta, mas uma anterior. Sabe-se que a mobilidade territorial nos bairros populares é alta, assim como a troca constante de telefones, seja fixo ou celulares. Este aspecto dificultador também foi encontrado nesta pesquisa.

Com o objetivo de minimizar tal dificuldade e outras tantas também características do momento da coleta de dados, algumas estratégias foram traçadas. De posse da relação de jovens sorteados, foram elaboradas dez sub-listas contendo: nome, endereço, telefone, núcleo a qual o jovem pertenceu no Programa foram elaboradas utilizando a proximidade de endereço como critério. Uma equipe composta por dez aplicadores com experiência em aplicação de instrumentos foi treinada pela autora de modo a garantir padronização na coleta. Cada aplicador recebeu uma das sub-listas para localização dos jovens.

De posse das listas, os aplicadores iniciaram suas buscas através de contato telefônico, o que logo se mostrou pouco eficaz. Assim partiu-se para a localização através dos endereços encaminhados. Por conta da grande dificuldade de acesso e localização dos endereços, optou-se por buscar auxílio com os próprios alunos e ex-alunos do ProJovem. Quando um egresso era localizado, o aplicador apresentava a lista que tinha em mãos ao jovem para que este indicasse se conhecia e sabia onde encontrar alguns daqueles listados. Essa foi a maneira que se mostrou mais eficaz na localização dos sorteados. Em algumas situações o próprio entrevistado levou o aplicador até a casa ou trabalho de outros sujeitos sorteados para que o questionário fosse aplicado.

Apesar de todo esforço da equipe de pesquisadores, só foi possível localizar e entrevistar 194 jovens, ou seja, 41,9% da amostra, devido à mobilidade territorial dos jovens nos bairros populares e a endereços e telefones inexistentes. Estas dificuldades são comuns em estudos de egressos, mas ainda assim, a pesquisa obteve um significativo número de respondentes. Contudo, as inferências da amostra para a população serão feitas com reservas porque a margem de erro tolerável elevou-se dos 4% previstos. Ainda assim, é oportuno ressaltar a natureza desta pesquisa que a torna distinta de exigências de grau de precisão tipicamente de outras como as sondagens de intenções de voto.

4.1.4. Instrumentos e procedimentos de coleta de informações

As abordagens: quantitativa e qualitativa devem ser consideradas complementares e não antagônicas, apesar de suas diferenças (MINAYO & SANCHES,1993). A realização de pesquisa através da complementaridade de abordagens é uma maneira atual de reconhecer os limites dos “modelos fechados” e a existência de processos, na realidade investigada, que permitem ser “explicados em sua magnitude e compreendidos em sua intensidade.” (MINAYO, 2005: 99).

Com isso pretendeu-se um maior aproveitamento do tempo de coleta e uma maior riqueza de dados. Enquanto o questionário assegurou um nível maior de uniformidade nas respostas e uma maior confiabilidade nos dados, já que há uma tendência a maior honestidade nas respostas por conta do anonimato do instrumento, os grupos focais permitiram observar a

interação do sujeito em grupo de semelhantes, como também verificou e aprofundou os relatos obtidos através de questionários. Outro aspecto importante para o uso desse conjunto de técnicas é o levantamento dos aspectos diretamente relacionados com o objeto de investigação (RAUPP & REICHLE, 2003).

Assim para o levantamento das percepções dos jovens sorteados e localizados sobre as possíveis mudanças ocorridas em sua relação com a escolarização e o mundo do trabalho e se atribuem tais mudanças (se houver) a sua participação no ProJovem, foram utilizadas duas técnicas de coleta de dados: um *survey* com aplicação de questionário com questões abertas e fechadas e a realização de grupo focal.

4.1.4.1. O *survey*

Pesquisa de *survey* é uma forma particular de pesquisa social empírica, que tem como objetivos gerais: a descrição, explicação e exploração de um determinado objeto (BABBIE, 2005). Neste estudo o *survey* foi utilizado para acompanhar a trajetória dos jovens antes e depois de sua participação no Programa e ter um panorama mais amplo sobre suas opiniões.

Trinta itens compuseram o questionário utilizado na pesquisa. As questões foram dispostas em quatro blocos: o primeiro contou com variáveis sócio-econômicas, o segundo e o terceiro – blocos que correspondem às dimensões do programa - buscaram saber sobre sua relação com a escolarização e com o mundo antes de sua participação no programa e no momento atual; para finalizar o quarto bloco procurou detectar a opinião dos jovens sobre o Programa e as mudanças trazidas pelo Programa na vida do jovem.

Como referido anteriormente, uma equipe de aplicadores foi preparada pela autora para a realização da aplicação do instrumento. Para cada jovem localizado os itens foram perguntados e registrados pelo aplicador, buscando assim maior precisão na compreensão dos mesmos e garantindo que todas as respostas fossem dadas.

Com o objetivo de apurar a padronização do entendimento dos aplicadores sobre o instrumento e a abordagem para a coleta, reuniões semanais foram realizadas com a equipe onde foram discutidas e esclarecidas dúvidas que surgiram durante a aplicação, sendo possível

realizar ajustes nas estratégias para localização do egresso e refinamento dos padrões de aplicação do instrumento. Além das reuniões semanais, questões emergenciais foram discutidas através de outras vias de comunicação como: telefone celular e e-mail, além de encontros extras com algum membro da equipe em particular. Desta forma, todo o processo foi acompanhado e coordenado pela a autora.

4.1.4.2. O grupo focal

Para um maior aprofundamento das questões relacionadas com a percepção dos jovens sobre as possíveis mudanças ocorridas em suas vidas nas dimensões supracitadas, dois grupos focais foram realizados. Aqui utilizou-se um roteiro elaborado para a condução, que também contemplou as dimensões de análise.

Os grupos focais, ou grupos de discussão, referem-se a uma técnica de investigação de base qualitativa que consiste em conversas semi-estruturadas, baseadas em um roteiro previamente elaborado. Seu objetivo é reunir entre 06 e 12 pessoas que apresentem determinadas características em comum para a coleta de opiniões a respeito desse assunto.

Essa técnica possibilita uma diluição das defesas na expressão de conflitos e afinidades, permitindo a apreensão das “*realidades múltiplas*”. Como técnica grupal, se mostra extremamente válida no tratamento dos objetivos da pesquisa em educação pela semelhança com a prática pedagógica, que também se realiza em grupos (MACEDO, 2004:179).

O grupo focal revelou-se uma técnica apropriada para alcançar o objetivo principal deste trabalho – investigar as percepções de mudança dos ex-alunos do programa acerca de sua relação com a escolarização e com o mundo do trabalho. Para tal, foram conduzidos dois grupos focais com concluintes do programa no ano de 2007, utilizando o gênero como critério de composição dos mesmos.

Para viabilizar o contato com os egressos foram utilizadas as listas dos aplicadores do *survey* que continham, em ordem alfabética, os nomes dos jovens que haviam sido entrevistados por cada um deles na primeira etapa de coleta de dados. Partido destas listas, a seleção dos jovens obedeceu aos critérios de acessibilidade – através de contato telefônico – e disponibilidade dos jovens para comparecerem no dia e horário marcados para o grupo focal. Para cada um dos grupos, foram convidados 12 jovens e foi oferecida uma ajuda de custo de R\$ 20,00 (vinte reais) para transporte e alimentação, visando à obtenção de maior adesão.

Para a realização dos mesmos, cada grupo contou com a participação de um moderador (a autora), um observador e um relator. Ao moderador coube suscitar falas no grupo, promovendo a participação de todos, para que expressassem sua opinião a respeito do assunto tratado, evitando a dispersão e a concentração das falas somente em alguns participantes do grupo. A função do observador foi estar atento às falas dos participantes do grupo, a fim de contribuir para a coleta de maior quantidade possível de informações, além da responsabilidade com os gravadores (substituir as fitas quando era necessário). O papel do relator foi registrar, o máximo possível, as falas dos participantes do grupo, bem como numerá-las de acordo com a posição de cada participante no grupo focal.

A operacionalização dos grupos aconteceu da seguinte forma: o grupo focal feminino foi conduzido no turno matutino do dia 01 de dezembro de 2008 enquanto o grupo masculino ocorreu no turno vespertino do mesmo dia. Ambos os grupos foram realizados em uma sala de aula do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público – ISP/UFBA, organizada de acordo com o modelo proposto pela figura 7.

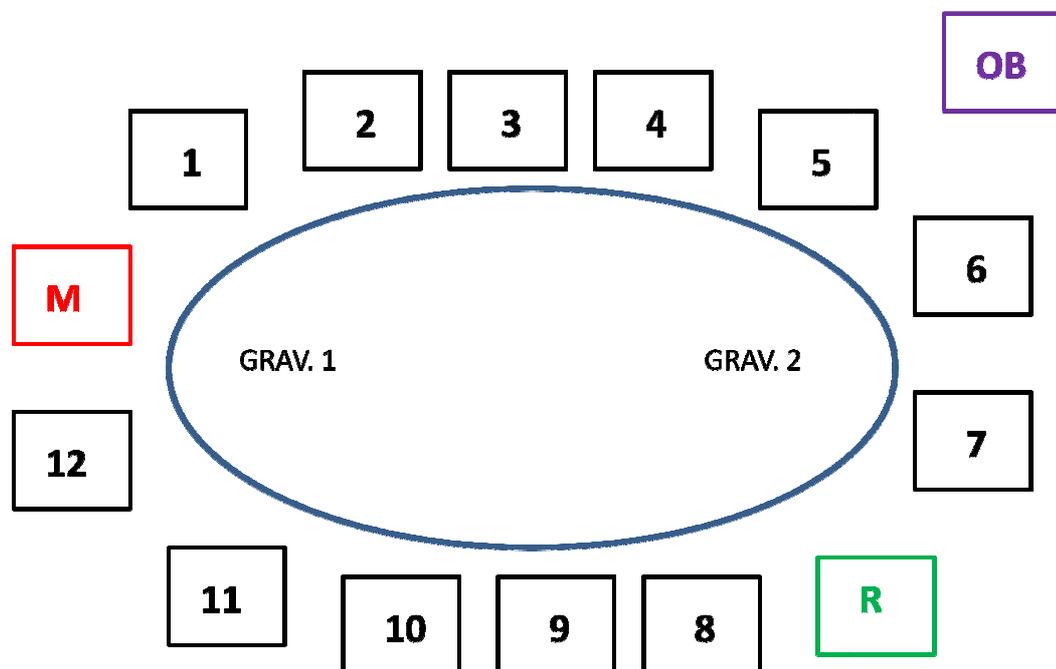


Figura 7: Modelo de organização de sala para grupo focal.

Fonte: a autora, adaptado de Instruções para Logística de Grupo Focal elaborado por: SMA/ProJovem – Sudeste I/UFMG

Antes de dar início efetivamente aos grupos focais, foi informado aos participantes como seria a dinâmica utilizada na discussão e foi solicitado que os jovens assinassem a um documento autorizando a utilização das suas falas em estudos relacionados ao programa. Posteriormente utilizou-se um quebra-gelo onde cada participante se apresentasse, atribuisse uma nota de 0 a 10 ao ProJovem e justificasse sua resposta, com isso pretendeu-se iniciar a discussão de modo mais amplo e “aquecer” o grupo antes das questões mais diretamente relacionadas com o objetivo do estudo.

Apesar de o roteiro ser estruturado em forma de perguntas, durante a realização dos grupos procurou-se lançar os temas para discussão. Os *probes* foram utilizados apenas quando os assuntos, considerados muito relevantes para a pesquisa, não foram espontaneamente discutidos pelos jovens. O roteiro foi adaptado de versão anteriormente utilizada pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem, em pesquisa com participantes do Programa.

O grupo feminino contou com a presença de 08 das 12 ex-alunas convidadas e teve duração de aproximadamente 2:00 horas. Já para o grupo masculino, compareceram 06 jovens e a duração foi de aproximadamente 1:30 hora.

Após a conclusão dos grupos, o relator leu os registros feitos para o grupo a fim de que o mesmo confirmasse ou esclarecesse algum possível equívoco nos mesmos. Após os agradecimentos, o grupo foi dispensado e as fitas k7 gravadas e os registros dos relatos encaminhados para transcrição e posterior análise das falas. Este passo será tratado a seguir.

4.1.5. Organização e análise de informações

Os dados e informações foram armazenados eletronicamente em um banco de dados. Cada sujeito teve suas respostas registradas de tal modo a permitir a observação das mudanças em suas vidas e como as percebe. Foram feitas análises quantitativas (SPSS *for Windows*) e qualitativas, buscando a complementaridade das informações. A seguir a descrição do processo de análise para o *survey* e o grupo focal.

4.1.5.1. O survey

A etapa seguinte após a aplicação dos questionários refere-se à organização das respostas em um banco de dados, especialmente montado para o estudo, utilizando o software SPSS *for Windows* (versão 15), de acordo com a formatação a seguir:

As linhas preenchidas representaram as respostas dos 194 jovens localizados dentre aqueles sorteados para a amostra. Com base no questionário aplicado aos jovens, um total de 107 variáveis foram representadas nas colunas. O número de variáveis foi superior a quantidade de itens por conta de algumas perguntas com múltiplas possibilidades de respostas e das questões abertas.

No primeiro caso, as respostas transformadas em variáveis dicotômicas (sim/não, sendo sim=1 e não=0). Para as questões abertas, foram criadas categorias baseando-se nas respostas dos alunos, formando-se assim novas variáveis, neste caso, também repostas múltiplas foram aceitas, criando, em alguns casos variáveis dicotômicas.

Com a montagem da base de dados concluída foram geradas as frequências que foram representadas através de tabelas e figuras dispostas no capítulo 5 onde são apresentados os resultados e a discussão. Em alguns momentos, na tentativa de buscar uma melhor compreensão da problemática estudada, cruzamentos entre variáveis foram realizados, nestes casos o teste de significância foi feito e apenas os resultados onde $p \leq 0,005$ foram considerados.

4.1.5.2. O grupo focal

Uma vez realizados os grupos focais, partiu-se para a etapa de transcrição das falas. O moderador foi identificado com a letra M e os ex-alunos identificados com a letra “E” e seu respectivo número (exemplo: E1, E2, E3).

A partir da análise das informações previamente coletadas pelo instrumento quantitativo de coleta de dados (questionário) e da leitura das transcrições dos grupos, foi feita a categorização dos conteúdos explorados nas falas dos ex-alunos. Como ponto de partida, considerou-se as dimensões propostas na matriz de análise em relação à mudança: relação com o processo de escolarização e com o mundo do trabalho. As falas agrupadas nestas duas dimensões foram utilizadas de modo a complementar as informações obtidas através do questionário.

Para a dimensão contextual: ProJovem, três grandes temas de análise foram considerados: Aspectos Positivos do ProJovem, Aspectos Negativos do ProJovem e Sugestões para o Programa. Dentro de cada um desses grandes temas, foram inseridas categorias e subcategorias, resultando na seguinte árvore de categorização:

1. PROJOVEM: ASPECTOS POSITIVOS

1.1. Formação Técnica Geral

1.1.1. Melhora do desempenho na busca por emprego

1.2. Conclusão do ensino fundamental

1.2.1. Nova perspectiva de futuro

1.2.2. Maior aceitação no mercado de trabalho

1.3. Questões de implementação

1.3.1. Elogios à parte de cidadania

1.3.2. Elogios aos professores

1.4. Sociabilidade

1.4.1. Mudança de atitude

1.4.1.1. Em relação a si próprio

1.4.1.2. Em relação aos outros

1.4.1.3. Em relação à comunidade

1.4.2. Aumento da auto-estima

1.4.3. Mudança na forma de se relacionar

1.4.4. Auto-confiança

2. PROJOVEM: ASPECTOS NEGATIVOS

2.1. Questões de implementação

2.1.1. Incoerências entre o projeto divulgado e a prática

2.1.2. Problemas com a qualificação profissional

2.1.2.1. Ausência do arco ocupacional em alguns núcleos

2.1.2.2. Não entrega do certificado da qualificação profissional

2.1.3. Atraso na entrega da certificação do ensino fundamental

2.1.4. Problemas com o curso de informática

2.1.4.1. Curso de informática insatisfatório

2.1.4.2. Professores de informática pouco qualificados

2.1.5. Problemas estruturais dos núcleos

2.2. Problemas com a bolsa auxílio

2.3. Relação com o jovem

2.3.1. Discriminação dos dirigentes e funcionários das escolas

2.3.2. Falta de punição para os alunos do ProJovem

2.3.3. Falta de apoio aos ex-alunos

2.4. Críticas aos livros adotados

3. PROJovem: SUGESTÕES

3.1. Pagamento da bolsa no final do curso

3.2. Direito ao *Salvador Card*

3.3. Capacitação para os dirigentes escolares

3.4. Professor de informática específico

3.5. Arcos Ocupacionais no próprio núcleo

3.6. Realização de pesquisas antes da elaboração de políticas

3.7. Apoio/Orientação aos ex-alunos

3.8. Proporcionar estágio

3.9. Representação Estudantil do ProJovem

3.10. Jovens ensinando

Para a representação da análise das falas dos sujeitos usou-se mapas cognitivos. Essa ferramenta proporciona uma base para tornar o processo de codificação explícito e objetivo, de forma que as suposições teóricas que entram no processo possam ser examinadas objetivamente.

O mapa é um conhecimento que os próprios sujeitos usam, sendo assim a representação por mapas cognitivos revela o raciocínio por trás das ações intencionais, estruturas e simplificam pensamentos e crenças, dando-lhes sentido e permitindo comunicação enquanto fornecem um quadro referencial para o que é conhecido.

Para Swan 1997 (Apud Bastos 2000) os mapas cognitivos são representações ou modelos mentais elaborados pelos sujeitos a partir das suas interações e aprendizagens de uma situação específica. Ainda segundo o autor, essa ferramenta possibilita ao pesquisador dar sentido à realidade do sujeito, suas percepções e apreensões do mundo e das situações.

Três mapas foram elaborados utilizando os três grandes temas destacados das falas dos jovens sobre o ProJovem: aspectos positivos, aspectos negativos e sugestões. A sistematização das falas seguiu as especificações apontadas na árvore de codificações e a frequência e relevância das citações foram representadas através do tamanho da fonte (letra)

utilizada. Assim, quanto maior a fonte, maior frequência e/ou relevância foi atribuída pelos jovens àquela fala.

Apresentado e descrito o caminho de realização da pesquisa, a próxima etapa é a apresentação dos resultados e a discussão sobre os achados. O capítulo 05 a seguir dá conta desse momento posterior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“[...] estes unicórnios são muito estranhos, queremos dizer pouco específicos, visto que não são brancos e ágeis, mas têm pelos de búfalos e pés de elefantes, o chifre é negro e desgracioso, a língua espinhosa, a cabeça semelhante àquela de um javali: é uma besta muito feia de se ver. Não é, como se diz por aqui, que ela se deixe pegar como uma donzela, mas acontece o contrário.” (ECO, 1998:55)

Assim, segundo Umberto Eco, Marco Pólo descreve rinocerontes que encontra em Java. Diante de um fenômeno desconhecido, por aproximação recorre-se ao repertório de informações anteriores para classificar tal fenômeno. Então, diante de rinocerontes, Marco Pólo, por aproximação, enxerga unicórnios. E assim acontece frequentemente quando os sujeitos se deparam com situações ou fenômenos desconhecidos ou inesperados.

Percebe-se o que é possível perceber, a partir das referências de cada sujeito, e não o que é de fato, no entanto é a percepção do fenômeno, do objeto, ou da situação, apesar de sua imprecisão essencial, que baliza todo o comportamento e atitudes do sujeito, seus julgamentos e suas interpretações. Porém, apesar do caráter enganoso, ou melhor, distorcido, da percepção, o que se tem além dela quando se escuta indivíduos? É possível ter acesso ao fenômeno em si, sendo que este também precisa passar pelo crivo perceptivo do pesquisador?

A mudança percebida difere da mudança em si, no entanto é através do que se percebe enquanto mudança que o julgamento do Programa por seus beneficiários é feita. É esta mudança que afeta sua relação com a escola, com o trabalho, com a família ... com sua própria vida. É a partir dela que os efeitos do ProJovem podem ser vivenciados pelos jovens que, durante 12 meses, freqüentaram as aulas e se envolveram nas atividades ou não o fizeram. Por isso mesmo é neste elemento que este estudo se deteve.

Não é possível, no entanto realizar tal análise dissociada da proposta do ProJovem, inclusive para observar o quanto se aproximam ou se distanciam as impressões dos beneficiários sobre o Programa de sua proposta original, por esta razão este capítulo se inicia com a apresentação do Programa possibilitada a partir da análise de documentos referentes ao mesmo.

As seções que se seguem apresentam: perfil sócio-demográfico do egresso; perfil escolar anterior ao ProJovem; perfil em relação ao mundo do trabalho anterior ao ProJovem; mudanças percebidas pelos egressos após a participação no Programa: onde um sub-tópico trata das questões voltadas para a escolarização e um segundo sub-tópico concentra-se nas mudanças em relação ao mundo do trabalho, organizadas a partir das variáveis apresentadas na matriz de análise.

Apesar do foco desta pesquisa ser a percepção de mudança, durante a pesquisa, os jovens também se referiram a aspectos da formulação e, principalmente, da implementação do Programa que foram considerados importantes. Assim, para finalizar o capítulo, é apresentado um apanhado geral com pontos positivos, negativos do Programa apontados pelos jovens, além das sugestões dadas por eles como forma de melhorar o ProJovem.

5.1. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem

A primeira etapa para a realização desta pesquisa foi a reconstrução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem a partir de uma análise documental. Esta é uma etapa fundamental para a compreensão do Programa e sua posterior análise, a partir do ângulo proposto, ou seja, o olhar do beneficiário.

Para cumprir tal objetivo foram utilizadas fontes documentais, entre elas:

- ✓ Projeto ProJovem, onde estão colocadas as diretrizes para sua implementação e operacionalização;
- ✓ Relatórios Parciais de Avaliação do ProJovem referentes aos anos de 2006 e 2007, onde são apresentados estudos populacionais que justificam a política, perfil dos jovens matriculados, discussões sobre permanência e evasão no programa, resultados das avaliações dos alunos, entre outros itens;
- ✓ Relatórios Parciais de Atividades da Regional Nordeste I, Manuais de Aplicação do Exame Final Nacional Externo, onde dados específicos sobre a cidade de Salvador estão apresentados, assim como as questões relacionadas com o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa;

- ✓ Guias de Estudos e Manuais do Educador unidades I, II, III e IV onde se apresentam o conteúdo trabalho e a operacionalização da proposta pedagógica para cada unidade formativa.

Além dessas fontes é preciso ressaltar que a autora da pesquisa foi, durante a vigência do Programa, Coordenadora Executiva do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem da Regional Nordeste I. Por este motivo participou de reuniões técnicas, atividades de pesquisa e discussões formais e informais com formuladores e implementadores sobre o tema que também auxiliaram na construção de sua compreensão sobre o Programa.

5.1.1. O Projeto do Programa ProJovem

Sob a responsabilidade da Secretaria-Geral da Presidência da República foi elaborado e tornado público um projeto onde é apresentado o ProJovem. Tal projeto traz, além de um diagnóstico do público-alvo do Programa, seus conceitos básicos, metas, Projeto Político Pedagógico⁷, plano de implementação e custos. Esse documento reúne os principais pontos da formulação do Programa servindo assim de base para a sua implementação, por isso foi usado como eixo central para a descrição do Programa.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM é um componente estratégico da Política Nacional de Juventude, juntamente com o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Geral da Juventude. Formulado a partir do princípio da integração e da parceria entre os ministérios: Educação, Trabalho e Emprego e Desenvolvimento Social e Combate a Fome, está sob Coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República, para que nenhum dos eixos norteadores: Educação, Mundo do Trabalho e Ação Social sobreponha-se aos demais.

A organização de sua gestão foi desenvolvida pelo Governo e conta com um **Comitê Gestor**, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado pelo Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que tem como suporte operacional uma **Comissão Técnica** também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três Ministérios parceiros.

⁷ Chamado de Projeto Pedagógico Integrado – PPI, já que propõe a articulação e integração dos três eixos básicos: ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária.

Sua execução fica por conta de parcerias firmadas entre as prefeituras⁸ e o Governo Federal. Uma Coordenação Nacional do Programa foi criada e se vincula à Secretaria Nacional de Juventude, ligada diretamente à Secretaria-Geral da Presidência da República.

5.1.2. Princípios e objetivos fundamentais

Com o *slogan* “Conhecimento e oportunidade para todos” tem como princípios fundamentais a re-inserção de jovens através da formação e a integração entre formação básica, qualificação profissional e ação comunitária, visando à promoção da equidade. O discurso da integração entre os três eixos é fortemente exaltado em todo o Projeto que, quando expõe seus conceitos básicos ressalta:

“A integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária proposta pelo ProJovem pressupõe uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação contemporâneos do século XXI.” (BRASIL 2005:13)

Seus objetivos principais são a elevação da escolaridade, possibilitando a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional, com certificação de formação inicial e planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público.

Além disso, o Programa contribui especificamente para a re-inserção do jovem na escola, a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação, a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e a inclusão digital como instrumento de trabalho e comunicação.

⁸ Inicialmente o ProJovem foi direcionado para as capitais dos estados e distrito federal, a partir de 2007, também municípios com mais de 200.000 habitantes e localizados nas regiões metropolitanas das capitais foram incluídos na abrangência espacial do Programa.

5.1.3. O público alvo

O público-alvo tem as seguintes características:

- Idade entre 18 e 24 anos no momento da inscrição.
- Ter concluído a quarta série do ensino fundamental e não ter prosseguido nos estudos.
- Não ter vínculo formal com o trabalho no ato da matrícula.
- Ser residente em uma das cidades onde o programa se realiza.

5.1.4. O Projeto Pedagógico Integrado - PPI

Para cumprir com seus objetivos e princípios uma equipe de técnicos e consultores elaborou o Projeto Pedagógico Integrado – PPI. Este projeto foi o que norteou todas as atividades previstas para o desenvolvimento do programa junto ao jovem. O PPI foi desenvolvido em quatro unidades formativas com duração de três meses cada:

- Unidade Formativa I – Juventude e Cidade
- Unidade Formativa II – Juventude e Trabalho
- Unidade Formativa III – Juventude e Comunicação
- Unidade Formativa IV – Juventude e Cidadania

O currículo foi estruturado buscando focar diretamente as questões ligadas à juventude, partindo-se sempre desse ponto para tratar dos conteúdos mais gerais que envolvem a formação integrada. Assim cada unidade formativa foi desenvolvida a partir de um eixo estruturante significativo na vida dos jovens que se expande para as áreas específicas de conhecimento, a saber: matemática, ciências humanas (geografia e história), ciências naturais (física, biologia e química), inglês, informática, qualificação profissional e ação comunitária.

Para o desenvolvimento dos conteúdos previstos, tanto os educadores como os alunos recebem material didático elaborado especificamente pelo programa. Cada núcleo possuía um

laboratório de informática, com 10 computadores e impressora, disponibilizados pelo governo federal. Além de dar conta da proposta de inserção digital, de acordo com o Projeto, os computadores deveriam ser utilizados como meio de aprendizagem dos conteúdos propostos.

Para a conclusão da oitava série do ensino fundamental, o Programa foi desenvolvido durante 12 meses consecutivos, com previsão de carga horária de 1.600 horas letivas, sendo 1.200 presenciais e 400 não-presenciais sub-dividas entre os eixos como mostra a tabela 01.

Tabela 1: Distribuição da carga horária do ProJovem

Eixo Estruturante	Horas Presenciais	Horas não-presenciais	Total
Ensino			
Fundamental	800	400	1.200
Qualificação			
Profissional	350	-	350
Ação Comunitária	50	-	50
Total	1.200	400	1.600

Fonte: Projeto do Programa ProJovem. BRASIL 2005

Apesar do projeto exaltar a integração dos eixos norteadores atribuindo igual importância aos três, é possível observar que a distribuição da carga horária não reflete tal discurso, já que o ensino fundamental e a qualificação profissional abarca aproximadamente 97% do tempo total destinado ao Programa.

Também estavam previstas atividades voltadas para a ação comunitária e para a qualificação profissional (formação inicial) com diversos arcos profissionalizantes.

Em cada capital foram oferecidos quatro arcos profissionais, escolhidos pelo implementador local dentre treze totais. Na cidade de Salvador, onde esta pesquisa foi realizada, os arcos oferecidos foram: Vestuário, Turismo, Telemática e Construção e Reparo.

O PPI propôs dar conta de alguns pontos específicos em relação à formação do jovem e seu desenvolvimento, assim apresentou em seus objetivos a expectativa de que os esses jovens, ao final do curso, seriam capazes de:

- “afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;
- utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais;
- compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade;
- utilizar tecnologias de informática necessárias à inserção cultural e profissional;
- empregar competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda;
- estabelecer um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho;
- acessar os meios necessários para exercerem efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc;
- assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta;
- identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar e participar de iniciativas concretas visando a sua superação;
- refletir criticamente sobre sua própria prática;
- conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- afirmar valores e práticas de solidariedade, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação;
- exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;
- continuar aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o pelo aproveitamento de outras oportunidades educativas.”(BRASIL, 2005: pp. 18-19)

5.1.5. Critérios de aprovação e recebimento da bolsa auxílio

Com parecer favorável da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, como um curso experimental, com base no artigo 81, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ficou assegurada a certificação da conclusão do ensino fundamental e da qualificação profissional (formação inicial) para aqueles jovens que cumprissem os requisitos mínimos definidos pelo Programa, a saber:

- Frequência de pelo menos 75% nas aulas presenciais realizadas ao longo do Programa.
- Média de 50% de aproveitamento nas avaliações.
- Realização do Exame Final Nacional Externo – EFNE - mesmo para os jovens que já tenham obtido a pontuação mínima no somatório das demais avaliações.

Para o recebimento da bolsa mensal de R\$ 100,00 (cem reais) pelo jovem matriculado no Programa era necessário:

- Frequência de pelo menos 75% nas aulas presenciais ao longo do mês em questão.
- Entrega de três dos quatro trabalhos previstos para o período.

5.1.6. Organização espacial

Quanto à organização espacial do programa sabe-se que foi desenvolvido em núcleos, em sua maioria, localizados em escolas públicas municipais, compostos por até 05 turmas. Cada turma tinha um número máximo de 30 alunos cada, assim cada núcleo comportava até 150 alunos. Esses núcleos se vinculavam à Estação Juventude, local onde educadores e jovens poderiam se descolar frequentemente.

Cada Estação Juventude possuía, no máximo, oito núcleos vinculados, comportando então 1.200 alunos. Este espaço foi pensado para o desenvolvimento das atividades administrativas e culturais do ProJovem, mas, em sua grande maioria, tornou-se apenas uma unidade administrativa.

Tanto os núcleos como as estações juventude localizam-se, preferencialmente, próximos as residências dos jovens. A figura 8 representa graficamente tal estrutura de funcionamento:

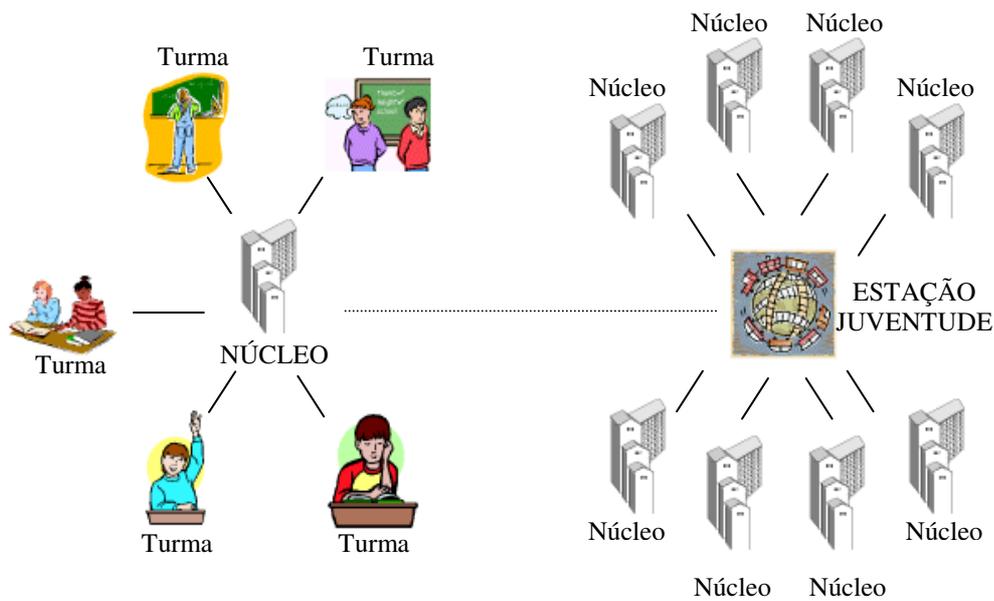


Figura 8: Estrutura de funcionamento do ProJovem
Fonte: Manual de aplicação de instrumentos – Unb

5.1.7. A operacionalização do Programa

5.1.7.1. A estrutura operacional

Em sua proposta, a operacionalização do Programa se daria através de cinco sistemas previstos para funcionarem de forma integrada. Os sistemas que comporiam a estrutura operacional do ProJovem seriam:

- Sistema Instrucional – responsável pela organização do material didático e atividades co-relacionadas e está diretamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem.
- Sistema Operacional – responsável pelas atividades administrativas e pedagógicas, desenvolvendo ações como: definição de critérios de matrícula, frequência e desempenho escolar, concessão de bolsas, distribuição de materiais, e afins.
- Sistema de Apoio Pedagógico e Formação Continuada – responsável por selecionar e preparar os educadores, orientadores de qualificação profissional e ação comunitária, coordenadores municipais, dentre outros.

- Sistema de Comunicação e Informação – responsável pela veiculação de informações entre as coordenações (nacional e municipais), os núcleos, as Estações Juventude e o público em geral. Para tanto utiliza-se de recursos como: revista ProJovem, centrais de atendimento, sítio na web, etc.
- Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) – responsável pelo monitoramento e a avaliação do ProJovem em duas dimensões: efetividade e implementação.

O SMA produziu e analisou parte dos dados utilizados nesta pesquisa, por este motivo, além da aproximação da autora com o mesmo, será apresentado com maior destaque no próximo sub-tópico.

5.1.7.2. O sistema de monitoramento e avaliação

O SMA foi o responsável pela produção de dados, informações e conhecimentos que permitem o contínuo aperfeiçoamento do funcionamento do projeto, além de possibilitar a avaliação da qualidade do curso. Sua composição se deu através de quatro subsistemas:

- 1- Subsistema de monitoramento⁹:** monitorou o cadastro e a matrícula de alunos, a formação e alocação de educadores e coordenadores, o registro de frequências, ações curriculares, atividades e avaliações do aluno, e produziu a informação necessária à gestão do programa em seus diferentes níveis.
- 2- Subsistema de supervisão:** inspecionou núcleos, estações e agências formadoras com o objetivo de assegurar a fidedignidade das informações e a correta implementação do programa.
- 3- Subsistema de avaliação externa de alunos:** elaborou os instrumentos de avaliação externa da formação do alunado, organizou a avaliação e produziu os resultados correspondentes.
- 4- Subsistema de avaliação do programa:** implementou as ações necessárias à avaliação da implementação e da efetividade do ProJovem.

⁹ Esse subsistema é operacionalizado pelo CAEd e a inserção de dados é feita pelas Estações Juventude. Desta forma não há envolvimento demais universidades na operacionalização desse sistema.

Sete instituições universitárias integraram esse sistema, responsabilizando-se pelo desenho nacional dos subsistemas e pela operacionalização das atividades propostas em suas respectivas regionais.

- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Regional Sudeste I - responsável pelas capitais: Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória, e regiões metropolitanas.
- Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Regional Sul - responsável pelas capitais: Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, e regiões metropolitanas.
- Universidade Federal do Pará (UFPA) - Regional Norte - responsável pelas capitais: Belém, Boa Vista, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, e região metropolitana.
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Regional Nordeste II - responsável pelas capitais: Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife, e regiões metropolitanas.
- Universidade de Brasília (UNB) - Regional Centro-oeste - responsável pelas capitais: Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Goiânia, Palmas, e região metropolitana.
- Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Regional Sudeste II - responsável pela capital de São Paulo e regiões metropolitanas.
- Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Regional Nordeste I - responsável pelas capitais: Aracaju, Maceió, Salvador, São Luís e Teresina.

A coordenação do sistema coube à Universidade Federal de Juiz de Fora, que operou através do Centro de Políticas Públicas e Avaliação Educacional – CAEd.

As universidades se integraram ao sistema mediante convênio firmado com a Secretaria Geral da República e atuaram em diversos âmbitos ou instâncias do sistema com o objetivo de elaborar, decidir e operacionalizar as atividades propostas para o SMA que se estrutura da seguinte forma:

- ✓ Conselho Técnico – instância decisória, de caráter técnico, composta por um representante das universidades, geralmente o coordenador (técnico ou

executivo) da regional, envolvidas no SMA e a Coordenação Nacional do ProJovem. É presidido pela coordenadora geral do programa.

- ✓ Grupos de Trabalho – compostos por representantes das universidades conveniadas, coordenador e/ou pesquisadores, e um representante da Coordenação Nacional. Esses grupos são responsáveis pelo delineamento técnico do SMA, elaboração dos instrumentos de coleta, análise de resultados, etc. Correspondem aos três subsistemas do SMA em que essas instituições estão diretamente envolvidas.
- ✓ Coordenações Regionais – operacionalizam os procedimentos definidos nos GT e aprovados no Conselho Técnico. Cada universidade conveniada é responsável pela coordenação dos trabalhos em uma região, como já referido anteriormente.

A figura 9 sistematiza a estrutura operacional do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.

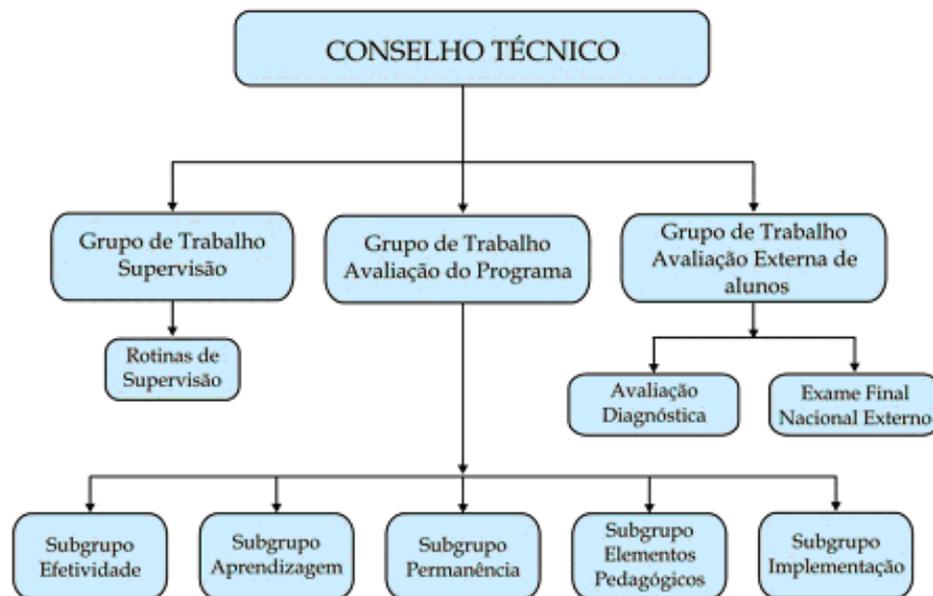


Figura 9: Estrutura Operacional do SMA

Fonte: Relatório Parcial de Atividades / Convênio 05/2005 – Regional Nordeste I elaborado pela autora

5.1.8. A implementação do Programa

A implementação do Programa se deu a partir das indicações apresentadas no Decreto 5.557, de 05 de outubro de 2005. Este decreto é composto por cinco Capítulos e 37 Artigos e destina a Seção I do Capítulo III à Implantação e Execução do ProJovem.

De acordo com o *caput* do Artigo 13º, a implementação do programa se daria de maneira gradativa priorizando as capitais e o Distrito Federal. Em seu primeiro parágrafo descreve as atribuições da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que, harmonizados com o plano de ação do programa, têm a responsabilidade de:

- Divulgar o período de inscrições e viabilizá-las, realizando sorteios quando necessário,
- Tornar possível a contratação dos gestores locais, além dos educadores e assistentes sociais,
- Promover a preparação específica inicial e continuada dos gestores, educadores e assistentes sociais,
- Pagar a bolsa auxílio aos beneficiários do programa,
- Produzir e distribuir o material didático aos alunos e educadores,
- Adquirir e distribuir os equipamentos de informática,
- Implantar e manter o Sistema de Monitoramento e Avaliação,
- Repassar os recursos financeiros aos entes federados parceiros, para fornecimento de lanche dos alunos,
- Apoiar as ações de implementação acordadas com os entes federados.

Em seu segundo, parágrafo o Artigo apresenta as responsabilidades destinadas aos entes federados, parceiros do programa:

- Matricular os jovens selecionados,

- Providenciar e arcar com a infra-estrutura para a execução do ProJovem (salas de aula, ambientes apropriados para comportar os laboratórios de informática e espaços para as Estações Juventude),
- Arcar com as despesas de insumo e consumo sob sua responsabilidade,
- Fundar o Comitê Gestor Local que, dentre outras, tem a responsabilidade de designar o Coordenador Municipal do ProJovem,
- Certificar a conclusão do curso pelos alunos, bem como sua aprovação.

Este artigo, embora reze sobre a implementação e execução do ProJovem, o faz de modo superficial e sem riquezas de detalhes.

A implementação do programa nas cidades ficou a cargo das prefeituras municipais e sua avaliação e monitoramento sob a responsabilidade do grupo de universidades que compuseram o Sistema de Monitoramento e Avaliação. A figura 10 apresenta o organograma com as relações hierárquicas nas capitais.



Figura 10: Organograma ProJovem nas capitais

Fonte: Relatório Parcial de Atividades / Convênio 05/2005 – Regional Nordeste I elaborado pela autora

Suas atividades tiveram início a partir de julho de 2005, com a abertura de turmas em cinco capitais: Salvador, Boa Vista, Recife, Fortaleza e Belo Horizonte. Atualmente essas turmas iniciais são consideradas como piloto do Programa. Ao final de suas atividades o Programa estava presente nas 27 capitais brasileiras e em cidades de região metropolitana com mais de 200.000 habitantes num total de 56 cidades.

5.2. Conhecendo os egressos do ProJovem Salvador - Perfil sócio-demográfico do egresso

Antes de iniciar a análise dos dados coletados com os egressos do ProJovem – Salvador e assim conhecer seu perfil e suas percepções, é importante ter uma visão mais ampla sobre os jovens que participaram do Projovem. Para isso será apresentado o perfil sócio-demográfico do jovem participante do Programa em dois recortes de tempo: em sua entrada no Programa e na fase de conclusão das atividades, para assim poder analisar as aproximações e distorção entre amostra trabalhada nesta pesquisa e o Programa em geral.

O ideal seria a utilização de dados específicos sobre os jovens que participaram do Programa em Salvador, no entanto esses dados não estão disponíveis. Os dados apresentados são oriundos do Relatório Parcial de Avaliação do ProJovem 2007, elaborado a partir do trabalho conjunto do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem – SMA, onde a UFBA tem assento desde 2005. As pesquisas realizadas pelo SMA têm dimensão nacional, com inferência amostral também nacional, por este motivo não é possível apresentar dados exclusivos do ProJovem - Salvador.

Esclarecido a opção pela utilização de informações nacionais, a tabela 2 apresenta o perfil sócio-demográfico de jovens matriculados - ainda no primeiro mês de aula - e de jovens concluintes – entre o décimo e décimo segundo mês de participação no Programa.

Tabela 2: Perfil sócio-demográfico jovens matriculados e jovens concluintes do ProJovem

PERFIL	CATEGORIA	MATRICULADOS %	CONCLUÍNTES %
GÊNERO	Masculino	43,6	41
	Feminino	56,4	59
COR	Branco (a)	24	24
	Pardo (a)	55,2	54,8
	Negro (a)	19,6	19,8
	Indígena	1,2	1,4
ESTADO CIVIL	Solteiro (a)	82,8	82,2
	Casado (a) / mora junto	16,3	16,8
	Separado (a) / divorciado (a)	0,8	0,9
	Viúvo (a)	0,1	0,1

Fonte: Relatório Parcial de Avaliação do ProJovem 2007. BRASIL 2007

A análise dos dados apresentados na tabela 2 aponta para uma tendência de manutenção das características sócio-demográficas dos jovens no Programa, apenas com um pequeno aumento no percentual de mulheres concluintes em relação às matriculadas e conseqüente diminuição do percentual de homens que conseguem se manter no Programa até o final. Apesar da referencia pesquisada não apresentar nenhuma explicação para o fato, é possível pensar que esse fenômeno seja influenciado por questões ligadas à necessidade de trabalhar que ainda afetam mais os homens que as mulheres, como veremos mais adiante. Em relação às questões ligadas a cor e raça e estado civil, os percentuais praticamente não se alteram, reforçando para o caráter inclusivo do Programa que, após sua entrada, não afeta diferentemente nenhum grupo (BRASIL:2007). E assim temos que, tanto para os matriculados, ou seja, os jovens que acabaram de entrar no Programa, seja para os concluintes, temos uma maioria de mulheres, pardas e solteiras.

Já para a amostra trabalhada neste estudo, a análise dos dados coletados indica que a maioria dos egressos do ProJovem - Salvador também é do sexo feminino (58,2%), solteira (61,9%), mas se declara negra (53,4%). A tabela 3 detalha os achados referentes ao perfil

sócio-demográfico dos egressos do ProJovem Salvador. Aqui também foi pesquisado sobre a existência de filhos e, as análises indicam que a maioria (56,0%) dos participantes tem filhos.

Tabela 3: Perfil de jovens egressos do ProJovem

PERFIL	CATEGORIA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL %
GÊNERO	Masculino	81	41,8
	Feminino	113	58,2
COR	Branco (a)	12	6,2
	Pardo (a)	75	38,2
	Negro (a)	103	53,4
	Indígena	3	1,6
ESTADO CIVIL	Solteiro (a)	120	61,9
	Casado (a) / mora junto	71	36,6
	Separado (a) / divorciado (a)	3	1,5
FILHOS	Sim	109	56,2
	Não	85	43,8

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Comparando, com as devidas ressalvas às características amostrais, os dados apresentados nas duas tabelas observa-se que não há maiores alterações em relação ao perfil dos jovens, indicando que as características dos beneficiários ProJovem Salvador se aproxima em quase todos os pontos do ProJovem Nacional, mas consegue manter sua identidade local ao passo que, nesta cidade tem-se uma predominância de jovens que se declaram negros (53,4%), seguido de pardos (38,2%).

Em relação à faixa etária, os jovens pesquisados encontram-se entre 20 e 27 anos indicando adequação à definição do Programa para essa característica que limita a idade de matrícula no Programa entre 18 e 24 anos, sendo que o período de matrícula desses jovens aconteceu entre novembro e dezembro de 2005, era esperado que em 2008, quando foi realizada a coleta de dados, fossem encontrados jovens na idade dos amostrados. A tabela 4 apresenta a distribuição dos jovens segundo a idade.

Tabela 4: Distribuição dos jovens egressos segundo a idade

IDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL%
20	5	2,6
21	51	26,7
22	32	16,8
23	27	14,1
24	22	11,5
25	19	9,9
26	23	12,0
27	12	6,3
Total	191	100%

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Investigando sobre questões relacionadas à paternidade e maternidade, observa-se que 56,2% dos jovens estudados já possuem filhos, como já mencionado anteriormente. Desses jovens 58,33% possuem um filho, 33,33% possuem dois filhos, como demonstrada na figura 11.

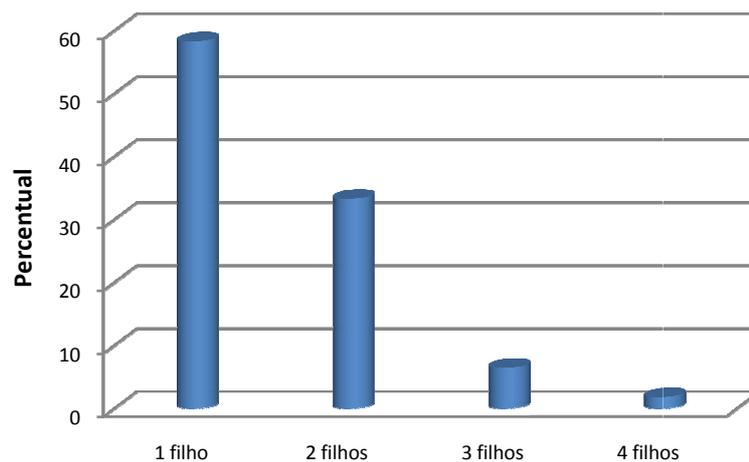


Figura 11: Distribuição por número de filhos

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Quando cruzadas a variável “ter filhos” com informações sobre o “gênero” do beneficiário, observa-se uma relação significativa. Os resultados apontam para uma diferença

entre o gênero do jovem e a presença ou ausência de filhos assim, têm-se que 70,8% das jovens estudadas já possuem pelo menos um filho, enquanto que apenas 35,8% dos rapazes já são pai, como demonstrado na figura 12. Os efeitos dessa relação serão mais explorados nos pontos onde as questões ligadas à escolarização e ao mundo do trabalho são trabalhadas.

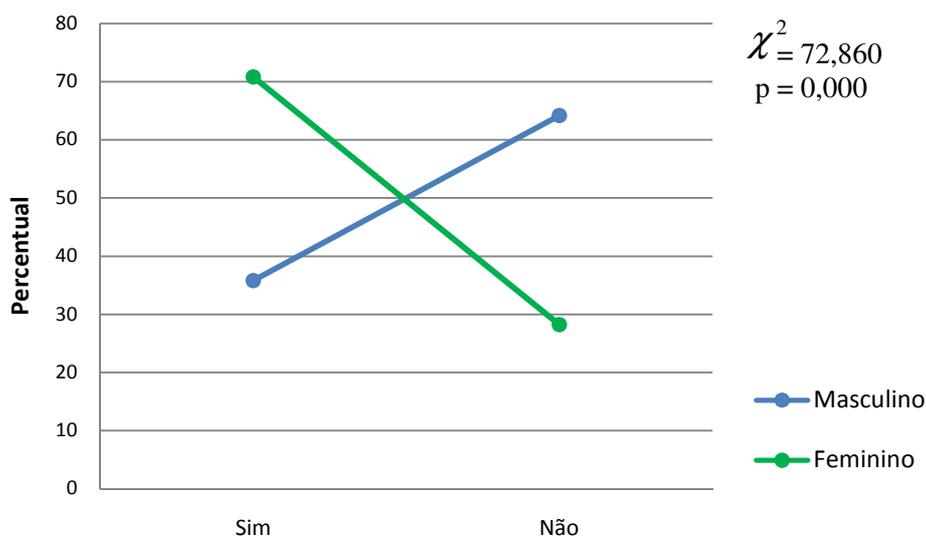


Figura 12: Cruzamento entre gênero e prole.
 Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

As características sócio-demográficas observadas nos jovens que compuseram a amostra deste estudo aproximam-se das apresentadas nos estudos realizados pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação em relação ao perfil do participante do ProJovem Nacional, estudos esses que se concentraram em pesquisas com educandos no momento de sua entrada no Programa e próximo a sua saída (BRASIL,2007), apontando para uma convergência em quase todos os pontos observados entre a amostra trabalhada e o total da população do ProJovem Nacional.

A diferença se deu apenas em relação à cor declarada pelos sujeitos, enquanto os egressos aqui estudados se definem majoritariamente como negros (53,1%) ou pardos (38,2%) os dados nacionais apontam para uma maioria parda (55,2% para matriculados e 54,8% para concluintes) seguidos de brancos (24,0% para ambos os recortes), vindo os negros em terceira colocação apenas. Levando em conta a própria distribuição populacional de Salvador que apresenta uma maioria que já se declara como negra, o resultado apresentado aponta para uma coerência entre a análise dos dados demográficos da amostra e os dados de população local.

A seguir, a análise dos resultados de pesquisa se voltará para as características de perfil escolar dos egressos antes de sua participação no Programa.

5.3. Perfil escolar anterior ao ProJovem

Investigar sobre a história escolar dos egressos é o primeiro passo para entender possíveis mudanças em sua relação com a escolaridade. Por esse motivo, a proposta deste sub-tópico é reconstruir, através de algumas variáveis, a trajetória escolar dos sujeitos, tomando como base suas próprias declarações.

Como primeiro passo, procurou-se identificar qual idade de início da vida escolar desses jovens. Sobre esse ponto a figura 13 demonstra que a grande maioria (63,4%) dos pesquisados ingressou na escola ainda em idade pré-escolar – com 6 anos de idade ou menos – indicando que iniciaram sua vida escolar dentro da faixa etária prevista e reforçando a idéia de que a atração deixou de ser o principal problema brasileiro em relação a educação.

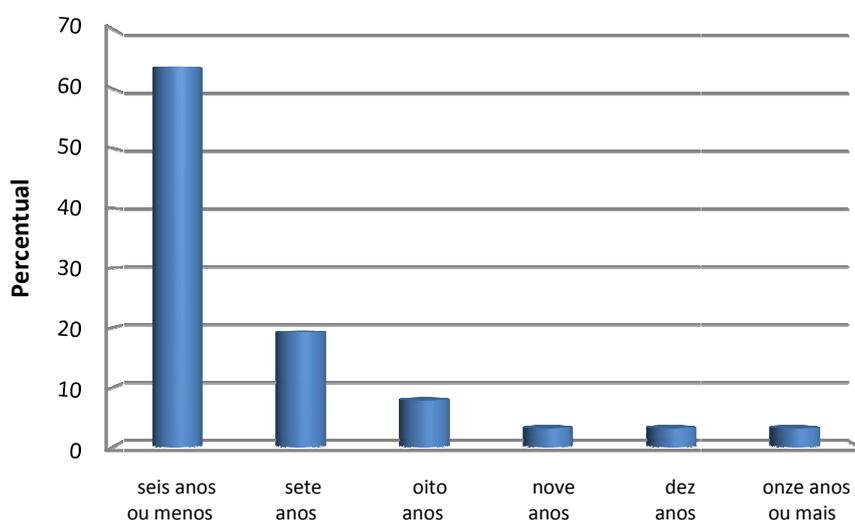


Figura 13: Distribuição por idade em que entrou na escola
Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Quando perguntados, no entanto, sobre o número de vezes que interromperam seus estudos, apenas 7,2% dos sujeitos entrevistados declaram que isto nunca aconteceu. A maior parte dos sujeitos (23,2%) descontinuou sua trajetória escolar por duas vezes e 20,1% por três vezes, como demonstra a tabela 5.

Tabela 5: Número de vezes que interrompeu os estudos

Nº DE INTERRUPÇÕES	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL %
Nenhuma vez	14	7,2
Uma vez	35	18,0
Dois vezes	45	23,2
Três vezes	39	20,1
Quatro vezes	36	18,6
Cinco ou mais vezes	25	12,9
Total	194	100%

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Enquanto a entrada na escola acontece de modo regular e dentro do período etário esperado para a maioria desses jovens, as interrupções frequentes trançam um perfil de distorção série-idade bem conhecido dos educadores e pesquisadores da área. Tal fenômeno é ainda mais comum aos que concentram seu trabalho na educação pública e destinada a um público menos favorecido economicamente, estreitando cada vez mais a relação entre renda e educação.

Ainda na tentativa de melhor compreender o perfil do jovem que procurou o Programa, esse estudo também se interessou em buscar o principal motivo que levou esses jovens a interromper seus estudos.

Quando perguntados sobre as motivações que levaram a quebra da continuidade dos estudos 32,0% dos jovens declaram incompatibilidade com o trabalho ou ocupação, 19,5% apontam o desinteresse pelos conteúdos dados, 14,2% relacionam a interrupção à gravidez e 10,1% referem necessidade de tomar conta de filho ou parentes. Agrupando as duas últimas respostas, como responsabilidade com a família, nota-se que este motivo leva um percentual significativo de jovens (24,3%) a interromper suas atividades escolares.

Motivos relacionados com mudança de endereço (8,3%), problemas de relacionamento na escola (4,1%) e dificuldade em aprender (3,6%) também foram citados apesar de apresentar menor incidência nas respostas. A figura 14 demonstra a totalidade desses dados.

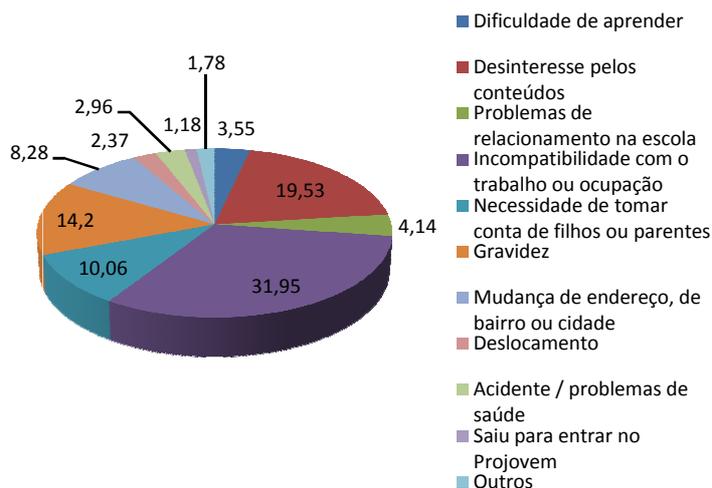


Figura 14: Motivos que levaram a interrupção dos estudos anteriormente ao ProJovem.
Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Será que as causas que levaram a interrupção dos estudos são as mesmas para homens e mulheres? Para responder essa pergunta, foram associadas às variáveis “gênero” com “motivos para interrupção”.

Os resultados apontam para diferenças entre os sexos. Enquanto incompatibilidade com trabalho ou ocupação foi referido por quase a metade dos homens como o principal motivo de interrupção dos estudos para os homens (46,6%), seguido do desinteresse pelos conteúdos (19,2%), dentre as resposta femininas observa-se uma distribuição mais equilibrada. A gravidez, contudo é o que mais contribui para o afastamento das mulheres da escola (24,0%), seguido de incompatibilidade com o trabalho/ocupação (20,8%) e desinteresse pelos conteúdos (19,8%).

Como já visto, a maioria das mulheres estudadas declaram ter filhos, corroborando com a literatura existente sobre o tema (HEILBORN, AQUINO & KNAUTH, 2006; ALMEIDA, 2008) que aponta para a difícil relação entre a escolarização e a gravidez precoce, assim como as questões ligadas à incompatibilidade com o trabalho, sendo esta afeta a

homens e mulheres de maneira significativa. A figura 15 apresenta os resultados decorrentes do cruzamento realizado.

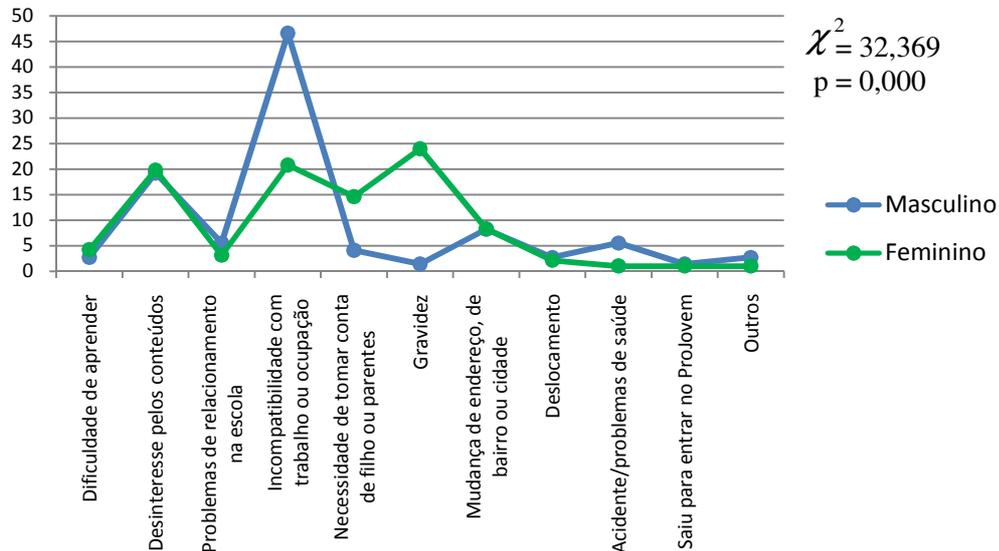


Figura 15: Cruzamento entre gênero e motivos para interrupção dos estudos anteriormente ao ProJovem.
 Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Outro dado chama a atenção nas respostas analisadas. Tanto homens como mulheres declaram que o desinteresse pelos conteúdos é um dos principais motivos para a interrupção dos estudos. Essa é uma questão bastante discutida no meio educacional e trata da ineficácia da escola em se fazer interessante para os jovens e assim garantir a continuidade de sua trajetória.

Essa moeda, no entanto, apresenta outra face. Vive-se um momento onde há uma disseminação da idéia de que só se aprende pela via do interesse, é preciso uma sedução constante do sujeito para que seu interesse se mantenha e acredita-se que isto é possível, algo interessante a maior parte do tempo. Com isso os professores se transformam em animadores de auditório ou coisa do gênero, onde sua performance ganha, em alguns casos, mais importância que o conteúdo apresentado, e a escola em um parque de diversões (ANTELO & ABRAMOWSKI: 2000). Com isso a responsabilidade do sujeito diante de suas escolhas e suas necessidades é reduzida e a “culpa” do professor e da escola super dimensionada.

Com tal observação não se pretende eximir dos profissionais e instituições educacionais de suas responsabilidades no cumprimento de seu ofício, mas também é preciso implicar os educandos por suas escolhas.

Outro dado que pareceu curioso, apesar da insignificância estatística, é que dois jovens tenham apontado o ProJovem como motivo para sair da escola. Pode-se pensar que um dos efeitos do Programa, ainda em seu lançamento, tenha sido o afastamento de parte do público-alvo da escola regular, contrariando assim um dos critérios de matrícula estabelecidos pelo ProJovem.

Infelizmente os dados não foram suficientes para esclarecer tal hipótese, pois o instrumento utilizado perguntava sobre a última série cursada antes da entrada no Programa, não investigava se o jovem estava estudando no momento de sua matrícula. Em relação à última série cursada a tabela 6 apresenta a distribuição de frequência em relação à última série cursada antes da entrada no Programa.

Tabela 6: Última série cursada antes do ProJovem

SÉRIE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL %
4ª série	7	3,6
5ª série	32	16,6
6ª série	39	20,2
7ª série	57	29,5
8ª série	58	30,1
Total	193	100%

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Como visto na tabela 6, a maioria (59,6%) dos jovens estava há um ano ou menos da conclusão do ensino fundamental, um dos objetivos principais do ProJovem. Então, o que levaria o jovem a trocar a escola regular pelo ProJovem? Talvez seja possível responder a essa questão a partir da análise das falas de participantes dos grupos focais.

Uma pesquisa anterior¹⁰ com 61 jovens concluintes da 2ª entrada do ProJovem - Salvador em 2007, mesma entrada dos jovens que participaram do presente estudo, já apontava a qualificação profissional como um dos principais atrativos do Programa, especialmente para os que já estavam próximos de concluir o ensino fundamental.

“E#5: Pra mim o interesse mesmo foi o curso porque... Quando a gente terminava o curso já partia pra um emprego. Interesse nisso que eu parei na oitava série, eu já estava já. Aí voltei à quarta, quinta, sexta, sétima, mas pelo interesse no curso, não pelo curso da escola...” (Grupo focal vestuário – estudo com concluintes. Relatório local: 2008)

De acordo que a análise dos dados coletados com os egressos, a relação de interesse pela qualificação profissional também foi o interesse principal do jovem ao se inscrever no ProJovem.

“E#2: Entrei no ProJovem na esperança de adquirir uma oportunidade porque quando começou a passar na televisão, propaganda e tal, eles diziam o que? Que a gente ia ter qualificação profissional, que ia dar oportunidade ao jovem pra ingressar no mercado de trabalho...” (Grupo focal feminino)

É possível perceber que esses jovens estabelecem uma relação direta entre a escolaridade e mundo do trabalho. Acreditam que com um nível de escolarização maior terão mais chances de encontrar trabalho ou manter os seus empregos, especialmente os jovens do sexo masculino que relatam experiências reais sobre a necessidade de maior nível de escolarização para sobreviver no mercado de trabalho, mesmo que seja o nível mais básico, como é o caso desses jovens. As falas a seguir ilustram tal afirmativa.

“E#5: Concluí, que hoje pra gente arrumar um trabalho pede muito, né, escolaridade?” (Grupo focal masculino)

“E#3: Ele quis me aumentar, mas eu não tinha o grau de escolaridade. Foi daí que ou eu voltava a estudar... tava perto de perder meu emprego já... foi aí que eu entrei pro ProJovem.” (Grupo focal masculino)

Ao que parece, a estreita relação que esses jovens fazem entre a escolarização e seu potencial de empregabilidade corrobora com a o pensamento de alguns teóricos envolvidos

¹⁰ Pesquisa realizada em 2007 pelo SMA – Regional Nordeste I/ UFBA/ISP, sob a coordenação executiva da autora.

com o tema e que estabelecem uma relação direta entre produtividade, crescimento econômico e nível educacional (IOSCHPE, 2004).

Essa relação pode ser explicada pela Teoria do Capital Humano, segundo a qual o processo educacional aparece como determinante para o desenvolvimento das nações e dos indivíduos, pois entende que a produtividade é aumentada através das habilidades e conhecimentos que o trabalhador possui. Assim, quanto mais capacitado for o profissional, maiores são suas chances de produzir mais e assim aumentar sua renda. Como nos diz Schultz (*apud* VERHINE, 2004:3): “investindo em si mesmas as pessoas podem ampliar o âmbito de sua escolha acessível. É o único modo pelo qual os homens livres podem ampliar o seu bem-estar.”

Segundo Verhine (2004), apesar da conotação imperialista e de exploração capitalista que essa teoria possa inicialmente apresentar, o investimento social em educação é defendido de forma veemente nos tempos da globalização e gestão do conhecimento. Assim a relação entre educação e mercado de trabalho e, conseqüente inclusão social, se mostra estreita e necessária para o individuo e, principalmente, para o país.

Além de referirem interrupção dos estudos pelos motivos já apontados nas figuras 14 e 15, os dados também demonstram que a maioria dos egressos estudados (71,6%) foi reprovada pelo menos uma vez antes de sua entrada no Programa, como se pode observar na tabela 7.

Tabela 7: Distribuição por número de reprovações antes do ProJovem

Nº DE REPROVAÇÕES	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL %
Nenhuma vez	57	29,4
Uma vez	38	19,6
Duas vezes	46	23,7
Três vezes	27	13,9
Quatro vezes	18	9,3
Cinco vezes ou mais	8	4,1
Total	194	100%

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

A análise das falas dos grupos focais também revela que grande parte dos sujeitos estava fora da escola há algum tempo, retomando os estudos através do programa.

“E2#: Já tinham 6 anos que eu tinha parado de estudar.” (Grupo focal feminino)

“E5#: Tinham 4 anos que eu não estudava.” (Grupo focal masculino)

A partir da análise dos dados observados no que tange à relação com a escolarização dos jovens antes de sua entrada no ProJovem se pode afirmar que tratava-se de uma relação bastante desfavorável para esses jovens, onde, apesar do início da vida escolar acontecer ainda em idade adequada, observa-se distorção série – idade, alto índice de interrupção dos estudos, demonstrando a dificuldade da manutenção na escola de crianças e jovens de baixa renda, além de alto percentual de reprovações múltiplas.

Infelizmente não se trata de uma situação específica dessa amostra, mas da realidade de parte significativa da população brasileira. De acordo com Ioschpe (2004), tem-se que:

“A educação brasileira começa muito ruim, com dificuldades para alfabetizar. Os alunos saem das primeiras séries com grandes deficiências e vão, mal e mal, progredindo. Começam a repetir de série; uma, duas, várias vezes. Abandonam o estudo. Uma minoria que começa o primário o termina, e uma minoria dessa minoria chega à universidade. Essa minoria também é a que detém poder político e econômico...” (IOSCHPE, 2004:198)

Assim se estabelece um ciclo desastroso que necessita ser quebrado. Para tanto, bons professores e excelente estrutura no ensino básico se fazem necessárias, o que não corresponde à realidade brasileira atual, assim cabe a sociedade fazer a pressão necessária à mudança. Segundo Ioschpe, no entanto, tal pressão não existe porque a maior parte da sociedade não consegue avaliar bem o ensino, nem tão pouco tem condições de se fazer ouvir, assim o sistema mantém sua estabilidade apesar da situação caótica, levando o sistema ao que os economistas chamam de *low level equilibrium* (um equilíbrio baixo-nível).

5.4. Perfil em relação ao mundo do trabalho – anterior ao ProJovem

A relação do homem com o mundo do trabalho se dá desde os primórdios de sua história e se estabelece a partir da conjunção de diversos fatores, criando assim uma diversidade de formas com que os indivíduos dão significado ao trabalho e, assim, se relacionam com ele. Para capturar o que mudou na relação do egresso do ProJovem com o mundo do trabalho, é preciso, inicialmente, entender como esta relação se estabelecia antes de sua participação no Programa, a partir da análise dos dados coletados nos questionários e grupos focais.

Neste sentido sabe-se que a grande maioria dos jovens pesquisados (54,7%) teve seu primeiro trabalho remunerado entre os 13 e 18 anos, demonstrando o início precoce nas atividades laborativas. Essa informação converge com os dados relativos aos motivos para interrupção dos estudos apresentados anteriormente e com a literatura especializada sobre o tema, que aponta o trabalho infantil como um dos principais fatores de afastamento da criança na escola e conseqüente aumento da dificuldade de inclusão em níveis mais valorizados do mundo produtivo (FERRARO, 1999; MARIN, 2004; NOVAES, 2008).

Assim podemos confirmar a idéia de que a inserção precoce no mundo do trabalho traz conseqüências sérias para o desenvolvimento dos sujeitos e também do país (IOSCHPE, 2006). Quando o tempo de preparação é atravessado pela necessidade do trabalho a conseqüência é a exclusão em sua forma mais perversa: explorando quando lhe é conveniente e descartando em momento posterior, gerando um contingente da população em idade produtiva que, para sobreviver entra no mercado informal ou vive as custas do Estado, através dos programas de assistência à pobreza.

Por outro lado, 7,2% da amostra informam nunca ter tido trabalho remunerado, o que também é bastante preocupante, observando-se a idade dos sujeitos - grande maioria acima de 21 anos no momento da pesquisa – além do fato de muitos já tinham construído suas próprias famílias e/ou arcavam com os custos de sua sobrevivência. A tabela 8 apresenta a distribuição de freqüência encontrada para a idade em que os jovens tiveram seu primeiro trabalho remunerado.

Tabela 8: Frequência para idade em que teve o primeiro trabalho remunerado

IDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL %
Nunca teve trabalho remunerado	14	7,2
Com 10 anos ou menos	17	8,8
Entre 10 e 12 anos	27	13,9
Entre 13 e 15 anos	57	29,4
Entre 16 e 18 anos	49	25,3
Entre 19 e 21 anos	23	11,9
Aos 22 anos ou mais	7	3,6
Total	194	100%

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Outro aspecto importante a ser considerado é a situação de trabalho desses jovens antes de sua entrada no ProJovem. A análise das respostas válidas indica que, quando do início de sua participação no Programa, 60,1% dos jovens estavam desempregados e, apenas 1,6%, trabalhava com carteira assinada. Este dado indica problemas na seleção do jovem quando de sua inscrição no Programa. Um dos critérios para a matrícula era a não inserção no mercado de trabalho formal, ou seja, jovens com vínculo empregatício formal – carteira assinada – não poderiam ser matriculados no ProJovem. A figura 16 demonstra as frequências relativas ao vínculo empregatício estabelecido.

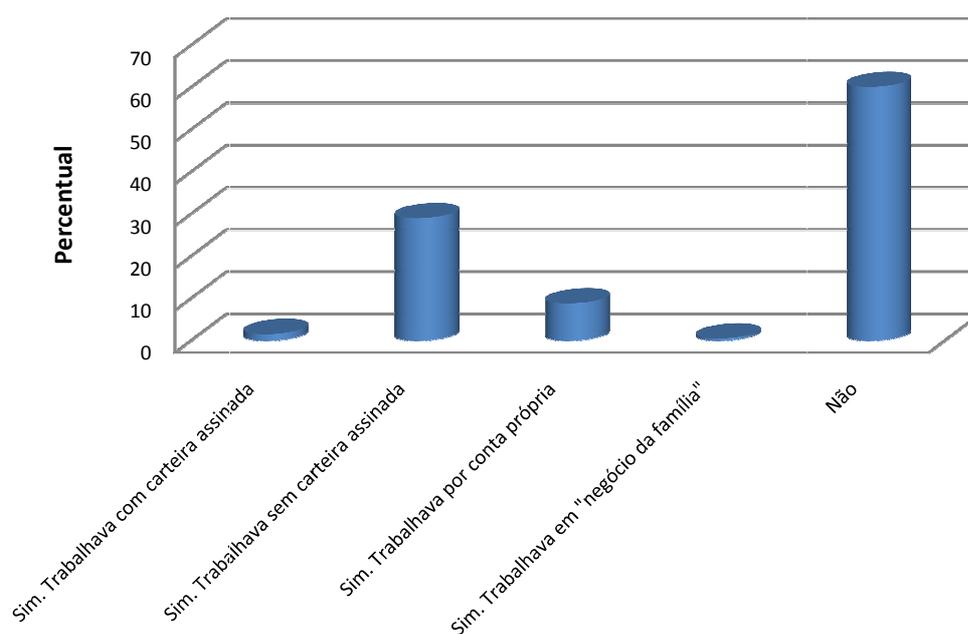


Figura 16: Distribuição por situação de trabalho anteriormente ao ProJovem
 Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Dois a cada três jovens trabalham em atividades informais com remuneração menor do que um salário mínimo e sem a cobertura da seguridade social. Muitas pessoas que entram no mercado de trabalho não têm outra opção senão buscar ocupações menos satisfatórias no setor informal. Na maioria dos países, os trabalhadores jovens têm maior probabilidade de serem empregados informais do que assalariados formais, sugerindo que o trabalho informal representa um posto de entrada no mercado de trabalho para muitos jovens (OLIVEIRA, 2008).

O jovem inaugura sua vida laborativa na informalidade e na precariedade de suas condições. Para a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2007), referida por Oliveira, é comum que os jovens estejam conscientes da informalidade de sua ocupação, mas por conta de uma perspectiva de trajetória profissional, aceitam este tipo de trabalho com a expectativa de acumularem experiência e formação em geral que posteriormente os possam conduzir a um posto de trabalho melhor. O que nem sempre acontece, especialmente em se tratando de jovens com poucos anos de escolarização e oriundos das classes sociais economicamente menos favorecidas, onde se incluem os beneficiários do ProJovem.

Outro dado significativo é que, nesta época anterior a sua entrada no Programa, apenas a metade das respostas válidas (50,0%) indicam que os jovens estudados permaneciam em

alguma atividade remunerada por mais de seis meses ao ano, a outra metade nunca teve trabalho remunerado ou ficou menos que seis meses com alguma fonte de renda, demonstrando a precariedade das condições de sobrevivência dessa população. A tabela 9 apresenta as freqüências e os percentuais encontrados.

Tabela 9: Distribuição por tempo de permanência em trabalho remunerado durante um ano

TEMPO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL %
Nunca tive trabalho remunerado	20	10,5
Menos de um mês	9	4,7
Entre um e três meses	36	18,9
Entre quatro e seis meses	30	15,8
Entre sete e nove meses	26	13,7
Entre dez e doze meses	69	36,3
Total	190	100%

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Para aqueles que tiveram a oportunidade de desenvolver alguma ocupação, a área que mais absorveu essa mão de obra foi serviços gerais (32,0%): babá, diarista, porteiro, faxineiro, jardineiro, empregado doméstico, seguido do comércio (14,4%), turismo (13,4%) e construção civil (12,4%), como demonstra a figura 17.

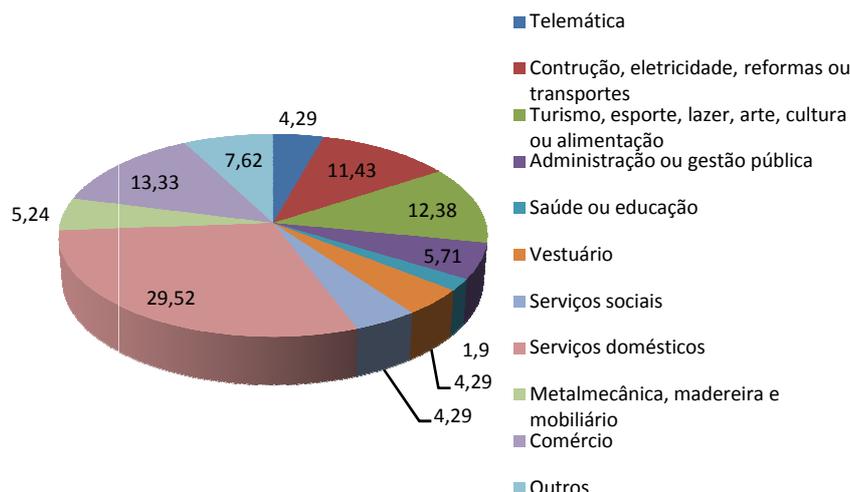


Figura 17: Distribuição percentual referente às áreas de trabalho que absorviam o trabalho do egresso anteriormente ao ProJovem.

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

O início precoce e conseqüente falta de capacitação adequada, frágil vínculo empregatício e trabalhos de baixa remuneração e valorização social geram uma relação bastante precária com o mundo do trabalho. Pochmann (2004) considera que o aumento da expectativa de média de vida da população e a conseqüente alteração da situação de juventude¹¹, colaboram para o aumento dos níveis de desemprego, precariedade, subtrabalho e deteriorização dos níveis de renda, especialmente entre os jovens. Como subtrabalho, o autor define:

“[...] situações relativas aos ocupados com jornadas de trabalho acima de 44 horas semanais, aos aposentados e pensionistas que se mantêm ativos no mercado de trabalho, aos trabalhadores com mais de uma ocupação e ao trabalho de pessoas abaixo de 16 anos de idade.” (POCHMANN, 2004:397)

Para o autor a persistência do desempenho desfavorável do mercado de trabalho induziu ainda mais as segmentações ocupacionais, excluindo os mais pobres dos empregos nos segmentos educacionais mais elevados. De certa forma ampliou-se consideravelmente o processo discriminatório no interior do mercado de trabalho, sobretudo entre distintas faixas etárias (jovens e adultos), raças e gênero.

¹¹ Como visto na discussão sobre juventude, este é conceito em construção que ainda gera controvérsias, no entanto fica claro que as condições históricas e sociais exercem grande força sobre a definição de juventude, o que levou a uma alteração do conceito e do papel do jovem na sociedade. Como conseqüência, também a faixa etária que delimita a juventude se altera, sendo que, de acordo com o CONJUVE, no Brasil são considerados jovens, pessoas entre 15 e 29 anos.

A análise dos dados também revela o estreitamento de redes sociais, restringindo ainda mais as possibilidades de inserção laboral desses jovens. A figura 18 apresenta os principais mecanismos utilizados para procurar emprego por esses jovens anteriormente a sua entrada no Programa.

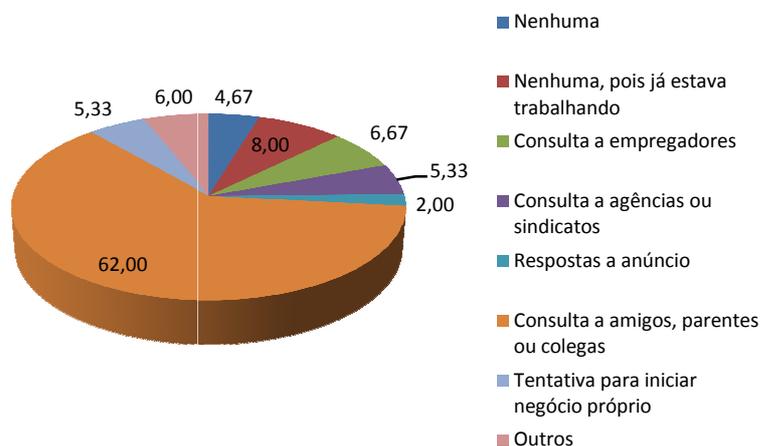


Figura 18: Meios mais frequentes utilizados pelos egressos na procura por trabalho anteriormente ao ProJovem

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

De acordo com a análise das respostas dadas, 62,0% dos egressos se utilizavam de redes sociais mais próximas, ou seja, amigos e parentes, em suas empreitadas para conseguir trabalho. São poucos os jovens que adotam uma postura mais profissional e moderna respondendo a anúncios (2,0%) ou consultando agências ou sindicatos (5,33%).

Considerando-se que, na maioria das vezes, as redes sociais são formadas pela proximidade e identificação dos seus membros, pode-se inferir que muitos desses amigos e parentes aos quais esses sujeitos direcionavam sua busca por trabalho, também se encontram em situação de precariedade em relação ao trabalho e inserção social semelhante a deles, mantendo-se assim o círculo da exclusão sem maiores alterações.

Aqui é preciso ressaltar uma lacuna na coleta de dados, já que essa dinâmica não foi explorada no grupo focal, onde algumas questões mais específicas sobre essa relação anterior com o mundo do trabalho poderiam ser explicadas com maior precisão.

Considerando que a relação com o mundo do trabalho não se restringe apenas a estar ou não empregado ou trabalhando, mas trata-se de algo mais amplo envolvendo também suas expectativas, estratégias de busca de trabalho, competências desenvolvidas, etc., é possível

sintetizar a relação desses jovens com o mundo do trabalho antes de sua entrada no Programa como: bastante precária, sem vínculos formais de empregos, desempenhando atividades pouco ou nada valorizadas socialmente e de baixa remuneração. Também é possível afirmar que esses jovens não buscavam articulações com redes que permitissem oportunidades diferenciadas no mercado, gerando uma expectativa de um futuro nada promissor, especialmente quando associado aos dados referentes à escolarização já discutidos na seção anterior.

Infelizmente, de acordo com os dados da PNAD 2007, o número de jovens brasileiros nesta situação, nos centros urbanos chega a 4.000.000. No período de lançamento do Programa, esses números já eram alarmantes, chegando a 3.000.000 na faixa etária de 18 a 24 anos, a qual se direciona o ProJovem, de acordo com a PNAD da época.

Em seu documento base, o ProJovem define seus destinatários como “jovens de 18 a 24 anos, que terminaram a quarta mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não têm vínculos formais de trabalho” (BRASIL,2005:4). De acordo com tal definição, é possível afirmar que o Programa executado em Salvador atingiu o seu público-alvo, apesar do pequeno índice de jovens que declararam ter emprego formal antes de sua entrada no Programa.

Assim os jovens que participaram do ProJovem Salvador são em sua maioria vindos da periferia, apresentam baixíssima escolaridade, multirrepetência, distorção série-idade, possuem relações precárias com o trabalho, se consideram vítimas de discriminação social, especialmente os homens, e sem perspectivas de futuro. Considerando que no âmbito das políticas públicas a mudança tem um papel primordial para a sua efetividade, cabe, agora, observar o que se altera a partir da participação desses sujeitos no ProJovem.

5.5. Quais mudanças são percebidas pelos beneficiários?

Aqui chegamos ao ponto central a que se propõe esse estudo. Investigar o que uma amostra de jovens que participaram do ProJovem na cidade de Salvador, durante o ano de 2006, apontam como as mudanças trazidas por essa experiência para suas vidas, em especial ao que tange sua relação com a escolarização e com o mundo do trabalho, assim

apresentaremos os dados separados nestas duas dimensões: escolarização e mundo do trabalho.

Minayo (2005) considera que trabalhar mudança nas análises de programas é fundamental, já que as intervenções propostas visam, em última instância, alterar algumas visões, ações ou problemas, sendo esse um conceito-chave para promotores de políticas públicas. Para a autora é um desafio identificar as intervenções que causam maior impacto, gerando transformações consistentes e duradouras, sendo assim necessária a busca dos indicadores que “valorizem uma maior mobilidade psíquica, sensibilizem mais intensamente o público-alvo para experiências novas e mexam com a inércia conservadora das instituições e das pessoas.” (op. cit.:53)

Como já brevemente discutido na introdução deste capítulo, percepção é um julgamento balizado por expectativas. Para Merlau-Ponty

“A percepção é, pois, uma interpretação de sinais que a sensibilidade fornece a partir de uma hipótese que o espírito cria para explicar sua sensação. Ela não somente descobre os sentidos que o objeto percebido tem, como faz com que esse objeto tenha sentido”. (Merlau-Ponty, 1945: 453)

Se, por um lado, há um traço de indeterminação que envolve a percepção que corresponde ao que chamamos de mundo, por outro lado, a crença de que, sobre esse campo indeterminado, a percepção sempre se organize vem a ser o que Merlau-Ponty nomeia preconceitos do mundo - *prejugé du monde*. Preconceito no sentido em que a percepção é sempre um julgamento, uma interpretação que ignora suas razões. Ela se move num campo indeterminado que ela própria não percebe.

Assim estudar o ProJovem a partir da percepção de mudança de seus beneficiários é o mesmo que investigar qual o julgamento, qual o significado, que estes fazem do Programa tendo como premissa suas expectativas para com o mesmo. Tais expectativas, no entanto, podem ou não estar em consonância, parcial ou total, com os objetivos e finalidades do Programa, já que também expectativa é algo subjetivo e passível de interpretações. Para tanto extraiu-se do Projeto ProJovem os trechos onde os objetivos gerais e finalidades do Programa são apresentados.

Quando descreve suas finalidades o ProJovem aponta para a integração dos três eixos, a elevação da escolarização, a qualificação profissional e ações de interesse público.

“ O ProJovem tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre:

elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental;
qualificação com certificação de formação inicial;
desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

O Programa deverá contribuir especificamente para:

a re-inserção do jovem na escola;
a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho;
a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias;
a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.” (BRASIL,2005:13)

Em seus objetivos gerais o Projeto reafirma seu compromisso com a formação integral:

“Ao integrar ensino fundamental, qualificação profissional e ação comunitária, o programa deve oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, re-elaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionem quanto à sua inserção social e profissional.” (BRASIL, 2005:18)

Os sub-capítulos a seguir abordarão as expectativas e julgamento dos egressos em relação às alterações que o ProJovem trouxe em suas vidas. As questões relativas à escolarização serão tratadas inicialmente, seguidas das mudanças relativas ao mundo do trabalho.

5.5.1. O que mudou para com a relação com a escolarização

Como já apresentado, um dos objetivos principais do Programa é a conclusão do ensino fundamental em um curso interdisciplinar oferecido durante doze meses consecutivos. Como um dos critérios utilizados para a seleção da amostra trabalhada foi a conclusão das atividades do Programa com aprovação final, têm-se que todos jovens participantes do estudo tinham concluído o ensino fundamental através de sua participação no Programa, não sendo este critério considerado como indicador nesta análise, posto que, para esta amostra, era universal.

Apesar disso, considerou-se importante, no entanto, uma pequena análise sob os índices de aprovação do Programa em nível nacional e na cidade de Salvador. Assim tem-se que os dados gerais de aprovação do Programa em ambos os níveis apresentam um percentual médio abaixo de 30% dos matriculados, ao longo dos anos de sua implementação. Em média, a performance da cidade de Salvador é inferior à média nacional em todos os anos, como demonstra a tabela 10.

Tabela 10: Relação jovens matriculados × jovens aprovados no ProJovem

Ano	ProJovem	Jovens Matriculados	Jovens Aprovados	Percentual Aprovados %
2005	ProJovem Nacional	57.082	20.140	35,3
	ProJovem Salvador	2.742	615	22,4
2006	ProJovem Nacional	87.954	25.384	28,9
	ProJovem Salvador	7.259	2.300	31,7
2007	ProJovem Nacional	101.480	21.361	21,0
	ProJovem Salvador	4.497	638	14,2
TOTAIS	ProJovem Nacional	246.516	66.885	27,1
	ProJovem Salvador	14.498	3.553	24,5

Fonte: Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem

Os percentuais de aprovados em relação ao número de matriculados no Programa apresentados na tabela 10 indicam um baixo aproveitamento do Programa. É preciso considerar, contudo os dados referentes à evasão para chegar ao verdadeiro problema que se apresenta. Infelizmente os dados nacionais do ProJovem não foram disponibilizados, assim aqui foram trabalhados apenas as informações referente à cidade de Salvador.

Sabe-se, através da análise de documentos do SMA- Nordeste I¹² responsável pela avaliação do Programa em Salvador, que diversos motivos podem ser a causa dessa ausência. Sabe-se também, que jovens com dificuldades de locomoção justificada, questões médicas, privação de liberdade, parto, etc, são contemplados com aplicação individual e em local indicado, desde que comunicado ao SMA em tempo hábil para deslocamento de um aplicador até o local onde se encontra o jovem. Também a presença dos alunos na segunda chamada é sempre muito baixa e majoritariamente composta por alunos que não atingiram a pontuação necessária para aprovação. Feitas as ressalvas necessárias e, apesar delas e de seu caráter simplista, o presente estudo considerou como evadido o jovem inscrito no Exame Final Nacional Externo que não compareceu no dia da prova. Assim a tabela 11 apresenta dos dados para Salvador.

Tabela 11: Taxa de comparecimento ao EFNE

ANO	JOVENS MATRICULADOS	JOVENS PREVISTOS NA CERTIFICAÇÃO	JOVENS AVALIADOS NA CERTIFICAÇÃO	PERCENTUAL JOVENS PRESENTES NO EFNE (%)
2005	2.742	864	240	27,78
2006	7.259	6.172	3.052	49,45
2007	4.497	2.387	1.309	54,84
Total Geral	14.498	9.423	4.601	48,83

Fonte: Sistema de Monitoramento e Avaliação/ Sistema de Monitoramento e Avaliação – Regional Nordeste I

Analisando os dados apresentados na tabela 11 a partir do critério proposto acima para calcular a evasão do ProJovem Salvador, pode-se afirmar que esta circula em torno de 48,83%. Esse valor se apresenta muito próximo do encontrado no Relatório 2007 (52,3%), quando somado o percentual de todas as categorias utilizadas, referente aos dados do ProJovem Brasil. Além de também se mostrar em consonância com os dados de evasão estimados para a Educação de Jovens e Adultos - EJA que circulam em torno de 50,0%, considerado como característica dessa modalidade.

Assim, quando considerado para cálculo do índice de aprovação em Salvador a relação entre os jovens que compareceram ao exame e os que foram aprovados, tem-se uma situação

¹² Relatórios Parciais de Atividades, onde são registrados os dados quantitativos e qualitativos na ação da regional em períodos de seis meses.

diferente da apresentada na tabela 11¹³. De acordo com os novos cálculos realizados é possível considerar um índice aproximado de 67,0% de aprovados em relação aos que realizam o exame, ou seja, dos jovens que, de fato, chegam até o final do Programa, a grande maioria consegue êxito para a conclusão do ensino fundamental, como demonstra a tabela 12.

Tabela 12: Percentual de jovens aprovados em relação aos que fizeram o EFNE em Salvador

ANO	JOVENS MATRICULADOS	JOVENS AVALIADOS NA CERTIFICAÇÃO	JOVENS APROVADOS	PERCENTUAL APROVADOS (%)
2006	7.259	3.052	2.300	75,36
2007	4.497	1.309	638	48,74
Total	11.756	4.361	2.938	67,37

Fontes: Sistema de Monitoramento e Avaliação/ Sistema de Monitoramento e Avaliação – Regional Nordeste I

A partir dos dados apresentados, pode-se concluir que a permanência dos jovens, assim como para as classes da EJA, se apresenta como um dos maiores problemas do ProJovem, seja em nível nacional ou local. Talvez aqui o problema se torne ainda mais grave, pois enquanto a EJA sofre severas críticas relacionadas à infantilização do alunado, o material didático utilizado pelo ProJovem é desenvolvido especialmente para essa faixa etária e os educadores participam de formação especialmente direcionada ao Programa.

Concluída a apresentação dos dados sobre os índices de evasão e aprovação do Programa, a pesquisa retoma o seu eixo condutor, ou seja, investigar as mudanças percebidas pelos egressos em relação à escolarização. Para tanto alguns aspectos foram considerados: situação escolar atual, desempenho quanto ao acompanhamento das aulas e resolução de atividades, motivos para não continuidade dos estudos, influência do Programa sob a situação escolar atual.

Luckesi (2000)¹⁴ atribui a escolarização um papel fundamental para a transformação do ser humano em cidadão; para tanto é necessário, não apenas que o indivíduo entre na

¹³ Os dados nacionais não são possíveis recalcular por falta da informação sobre o número de inscritos no EFNE. Para Salvador considerou-se apenas 2006 e 2007, pois os dados relativos à 2005 apresentaram inconsistências.

¹⁴ A figura 1 deste trabalho apresenta a sistematização de tal pensamento.

escola, mas nela permaneça e, principalmente, aprenda. Segundo o autor, o aprender se relaciona com o viver democrático, com o acesso ao conhecimento e à cultura e com a ampliação das possibilidades de trabalho. Idéias essas, consonantes com o princípio fundamental do ProJovem, que propõe a formação integral, e busca integrar a elevação da escolarização com o desenvolvimento de competências básicas para o trabalho e ações de interesse público.

O primeiro passo, no entanto, para que isto aconteça é o que o jovem dê continuidade à sua trajetória escolar após a conclusão do ProJovem, sendo a re-inseção escolar, além da elevação da escolaridade, uma das finalidades a que se propõe o Programa.

Quanto a este aspecto tem-se que 42,2% dos egressos estavam na escola no momento da coleta de dados. A tabela 13 apresenta os dados relativos à situação escolar atual dos jovens.

Tabela 13: Status escolar atual

SITUAÇÃO ESCOLAR	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL %
Está estudando	81	42,2
Não está estudando	111	57,8
Total	192	100

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

A pesquisa investigou ainda, a modalidade de curso que os egressos estavam fazendo e, para os que não estavam na escola, sobre a possibilidade de fazê-lo. Os resultados mostram que 21,88% declaram cursar o ensino médio regular, 14,58% cursam ensino médio supletivo, 5, 21% fazem o ensino médio Proeja e apenas 0,52% dos entrevistados encontram-se fazendo curso técnico; 20,31% responderam que não estão estudando e 37,5% informaram que apesar de não estar na escola, pretendem retomar seus estudos, como demonstra a figura 19 a seguir.

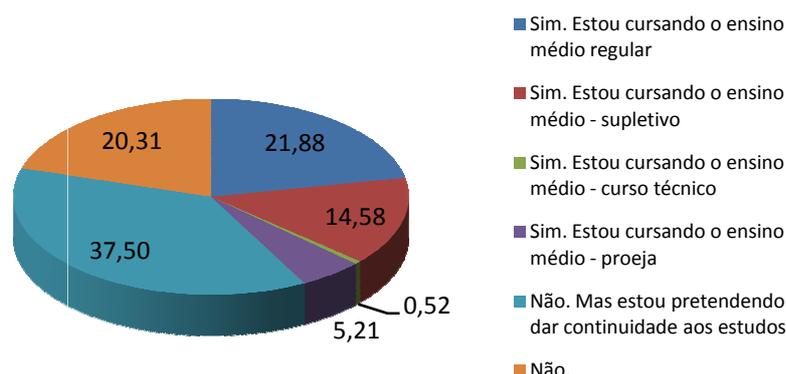


Figura 19: Situação atual escolarização
 Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Em relação à escolarização, a proposta do ProJovem não se restringe à entrega dos certificados de conclusão do ensino fundamental, mas que os participantes possam aprender e desenvolver habilidades cognitivas compatíveis com o grau de escolarização. Quanto a isto os estudos do SMA demonstram uma proficiência agregada média de 20 pontos na escala do SAEB, chegando a uma pontuação final equivalente aos resultados de alunos da rede pública municipal nesta prova, por volta de 220 pontos (BRASIL, 2007). Aqui é preciso fazer uma ressalva, já que é sabido que a pontuação alcançada pelo alunado da rede pública no Brasil apresenta competências e habilidades inferiores ao esperado para seu grau de escolarização.

Como esses dados tratam da base nacional e não foi disponibilizado os dados referentes à Salvador, se utilizou outro dispositivo para analisar as questões referentes ao aprendizado. Para tanto, perguntou-se aos egressos que declaram estar estudando sobre o acompanhamento das aulas e realização das atividades propostas no ensino médio. Assim 65,9% declararam que acompanham as aulas com facilidade ou muita facilidade e 60,9% realizam as atividades também com facilidade ou muita facilidade; com isso é possível concluir que houve ganho de aprendizagem que possibilitou uma retomada efetiva à escola.

Apesar do dado positivo apresentado é importante ressaltar que um percentual significativo declara ter alguma dificuldade para acompanhar as aulas (29,3%) e resolver as atividades propostas (34,1%). A tabela 14 apresenta detalhadamente as respostas.

Tabela 14: Acompanhamento das aulas realização de atividades propostas

DIMENSÕES	CATEGORIAS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL %
Acompanhamento das aulas	Não consigo acompanhar as aulas	1	1,2
	Sim. Acompanho as aulas com muita dificuldade.	3	3,7
	Sim. Acompanho as aulas com alguma dificuldade.	24	29,3
	Sim. Acompanho as aulas com facilidade.	40	48,8
	Sim. Acompanho as aulas com muita facilidade.	14	17,1
Resolução das atividades	Não consigo resolver as atividades	0	0,0
	Sim. Resolvo as atividades, mas com muita dificuldade.	4	4,9
	Sim. Resolvo as atividades, mas com alguma dificuldade.	28	34,1
	Sim. Resolvo as atividades com facilidade.	38	46,3
	Sim. Resolvo as atividades com muita facilidade.	12	14,6

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Para os jovens que declaram não estar estudando no momento da pesquisa, foi perguntado qual o principal motivo os levou a, mais uma vez, interromper sua trajetória escolar. Os dados levantados se aproximam das respostas dadas a esta mesma pergunta quando referiu-se a antes da participação no ProJovem.

Assim, como em momento anterior a sua participação no Programa, o trabalho (32,09%), a falta de interesse (17,91%) e questões ligadas aos filhos/família (16,4%), são os que apresentam os maiores percentuais de resposta. Este resultado já era esperado afinal, uma mudança nas condições sociais e culturais de um povo é mais abrangente e profunda, e exige um conjunto de ações e políticas governamentais articuladas entre si e de caráter mais duradouro, não podendo ser atribuída a ação de um Programa apenas.

Um novo dado importante aparece quando 10,45% das respostas dadas indicam a falta de vagas como o principal motivo para não estar estudando no momento, esse dado corrobora com a necessidade de articulação entre as políticas e as instâncias públicas apontada acima. A figura 20 traz a distribuição percentual dos motivos apontados pelos jovens para não dar continuidade aos estudos após sua participação no ProJovem.

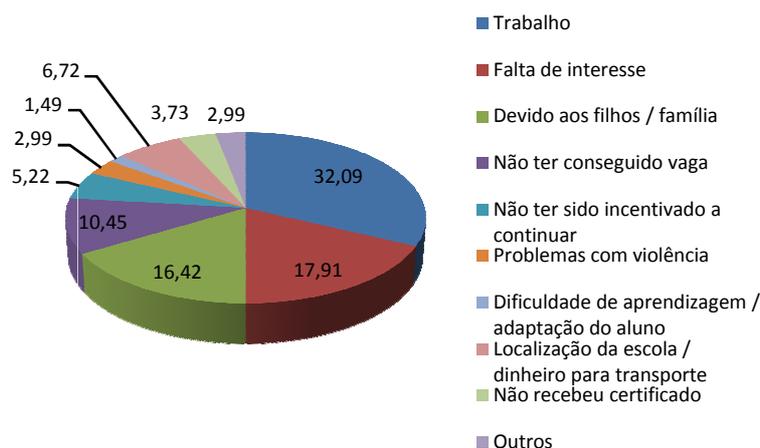


Figura 20: Principal motivo para não continuar os estudos após o ProJovem
Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Apesar da pequena incidência nas respostas, um dado grave em relação à execução aparece na fala de alguns dos jovens: trata-se do não recebimento do certificado de conclusão do ensino fundamental como motivo para não continuidade dos estudos.

Através da análise das falas dos jovens nos grupos focais e dos dados quantitativos apresentados é possível localizar alguns problemas em relação aos certificados de conclusão do ensino fundamental: inicialmente foi entregue um atestado de finalização do Programa, documento provisório e sem valor legal, para que os jovens interessados pudessem se inscrever na matrícula para o ensino médio. Pelo relato dos jovens, nem todas as escolas procuradas aceitaram tal documento dificultando a matrícula. Aqui é importante ressaltar que no período de matrícula o Exame Final Nacional Externo do ProJovem ainda não tinha sido realizado, pois o mesmo acontece pelo menos um mês a conclusão das aulas (para essa entrada as aulas terminaram em 31 de janeiro de 2007, 12 meses após o início como previsto no PPI).

A entrega dos atestados foi uma iniciativa da Coordenação Municipal de Salvador na tentativa de viabilizar a entrada do concluinte no ensino médio, no entanto tal iniciativa não foi articulada previamente com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, responsável pelo ensino médio, o que gerou a não aceitação do “documento” por alguns dirigentes escolares, dificultando assim a entrada no ensino médio.

“E3#: ... Deram atestado... o ProJovem deu atestado até que não valia. Distribuiu atestado a torto e a direito ai pra se matricular e não valeu... chegava lá, todo mundo que pegou o certificado, e não valeu de nada.”
(Grupo focal masculino)

O histórico escolar, documento que comprova oficialmente a conclusão do ensino fundamental, foi entregue em um momento posterior, após o início do ano letivo, mas tal entrega também apresentou problemas não sendo entregue para todos.

Ainda sobre a entrega dos certificados de conclusão do ensino fundamental fornecidos pelo Programa e sob a responsabilidade do executor local, ou seja, a prefeitura municipal de Salvador se observou que o prejuízo causado não se restringe apenas aos 3,5% de jovens que não deram continuidade aos estudos e elegeram este o motivo para justificar tal situação. Alguns alunos que seguiram estudando também tiveram problemas com o documento entregue.

“E3#: Certificado do ProJovem? Tenho. E entreguei lá no colégio, mas só que eles tão me pedindo o histórico. Aí vou ter que fazer, ou seja, marquei uma prova, duas provas, português e matemática.” (Grupo focal masculino)

“E2#: Eu perdi um ano. Quer dizer, eu perdi um ano entre aspas porque eu me matriculei na 8ª série pra poder não ficar sem estudar depois do ProJovem, porque não me deram certificado. O atestado que eles deram não aceitou na escola, ai eu fui e me matriculei na 8ª série.” (Grupo focal feminino)

No momento da aplicação dos questionários, também observou-se que alguns jovens ainda não tinham conhecimento de sua aprovação no Programa, indicando uma grande falha da gestão local na divulgação dos resultados e conseqüente entrega dos documentos de conclusão do curso. É preciso ressaltar que não houve uma investigação mais profunda sobre este ponto específico, buscando reconstruir o ocorrido através de outras fontes de dados, já que o foco do trabalho está centrada na percepção do egresso.

Sobre os motivos para interrupção dos estudos e possíveis variações entre os gêneros, tal correlação também se mantém significativa após a participação no Programa. Observando a figura 21 tem-se que para os homens o maior impedimento é o trabalho (58%) e para as mulheres questões ligadas a cuidar dos filhos e família fizeram com que 26,3% das respondentes não continuassem com seus estudos.

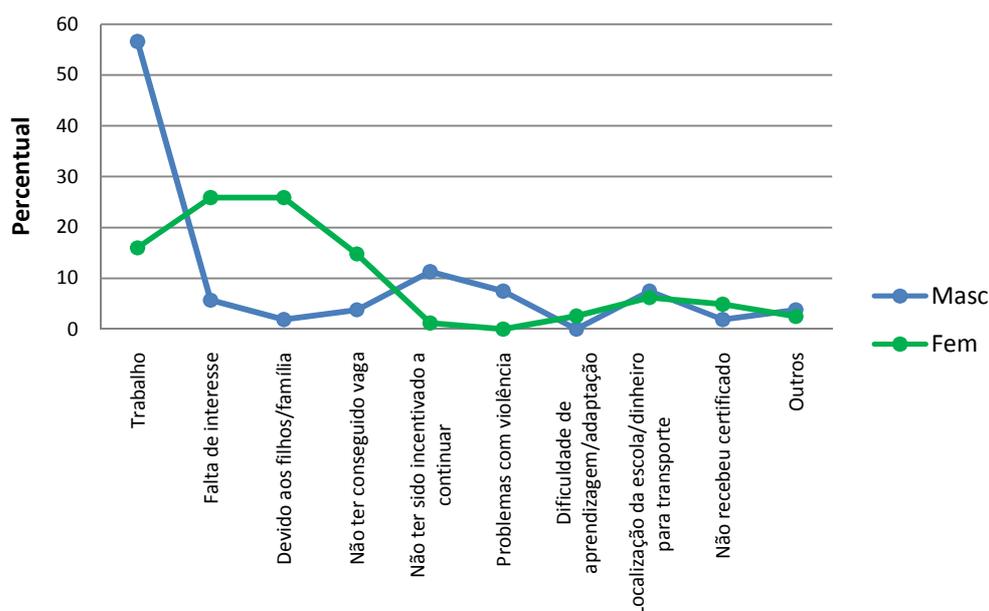


Figura 21: Relação Gênero x Principal motivo para não continuidade dos estudos
Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Mais uma vez chama a atenção os dados referentes à falta de interesse, enquanto que antes da participação no ProJovem essa resposta não apresentava diferenciação entre os sexos, após sua participação no Programa esta relação é alterada apresentando agora uma relação diferenciada entre os gêneros, assim 26,3% das mulheres (percentual igual aos de família e filhos) apontam este como o principal fator para a não continuidade na escola, enquanto que apenas 4,0% dos homens apontam este fator. Infelizmente esse estudo não aprofundou tais achados, mas sugerimos que outros pesquisadores se interessem pelo tema e possam esclarecer tal fenômeno, mas, ao que parece, em relação a este aspecto, o efeito do Programa sobre as mulheres se mostra negativo, já que aumenta o percentual entre as moças que apontam esse fator (antes do Programa era 19,8%) enquanto que cai bastante entre os homens (19,2% em momento anterior).

Em relação às mudanças relatadas pelos jovens referentes à escolarização, apesar das dificuldades e dos problemas encontrados na execução do Programa, apenas 19,05% das

respostas válidas apontam para nenhuma influência do ProJovem quanto à relação do egresso com a escola.

Boa parte das respostas válidas dadas pelos jovens referiu-se a continuidade dos estudos (26,98%) ou própria condição de conclusão do ensino fundamental (20,63%) como a grande mudança trazida pelo ProJovem em relação à escolarização, como demonstrado na figura 22.

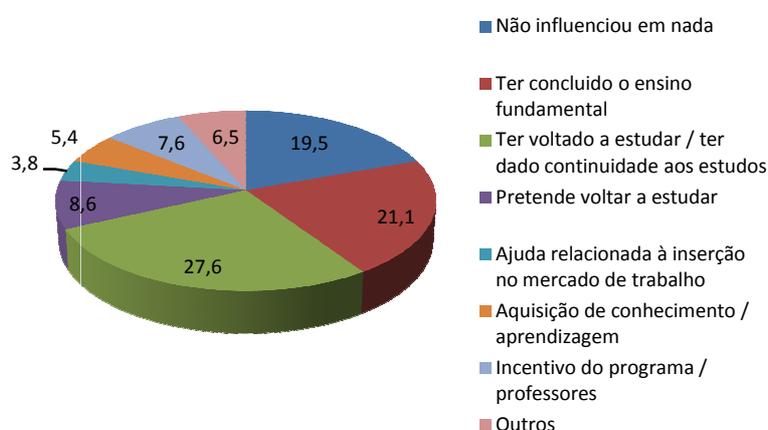


Figura 22: Influência do ProJovem quanto à situação atual do egresso em relação à escola.
Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Utilizando os grupos focais para um maior aprofundamento dos temas avaliados pode-se afirmar que o fato de ter concluído o ensino fundamental trouxe algumas mudanças positivas para o jovem. Parte delas pode ser objetivamente observável como, por exemplo, a continuação dos estudos, como já mensurado através dos dados quantitativos, e que é apontado pelos jovens como um ganho significativo em relação a sua participação no Programa também nos grupos focais.

“E2#: Pra mim também trouxe muitas coisas boas... em relação a concluir o ensino fundamental, eu tinha esse sonho assim. Porque quando eu tive meu filho eu fiquei impossibilitada de voltar a estudar. Ai quando eu entrei no ProJovem que eu tive oportunidade de concluir o ensino fundamental, que eu tinha parado na 5ª série, ai tive oportunidade de concluir o ensino fundamental. Pra mim muita coisa mudou e hoje em dia eu pretendo o que? Concluir meu ensino médio, fazer um curso profissionalizante, futuramente até ingressar numa faculdade até pra dar bom exemplo pro meu filho.”
(Grupo focal feminino)

Segundo a percepção dos jovens, ter o ensino fundamental trouxe transformações concretas em suas vidas, como estudar no CEFET, por exemplo, algo que anteriormente nem era cogitado por eles, além de novas perspectivas para o futuro, especialmente em relação à continuação dos estudos, chegando ao ensino superior:

“E5#: E como mudou a visão, né? Que eu posso ir muito mais. Eu não pensava que ia estudar no CEFET, não pensei que eu iria passar. Fui com a cara e a coragem, eu disse “eu vou, eu estudei, tô estudando pra isso”. Ai fui lá, fiz a prova e passei. Pra mim foi muito bom. E eu sei que posso ir a mais. E sei que vou fazer uma faculdade. Quem sabe eu faço de enfermagem.” (Grupo focal feminino)

“E3#: Eu também, tava há pouco tempo também sem estudar. E tava sem de estudar. E agora eu vou estudar, tentar entrar numa faculdade, entendeu?” (Grupo focal masculino)

Outro ponto importante levantado pelos egressos é que ter o ensino fundamental aumenta suas chances no mercado de trabalho, pois são vistos de forma diferente por seus possíveis empregadores e por si próprios, se sentindo mais confiantes e mais preparados para enfrentar processos seletivos mais formalizados.

“E5#: Pra mim também foi bom porque hoje em dia eu posso até colocar currículos em lojas, que antigamente eu não fazia isso. Hoje em dia eu tento e tudo... emprego. Se saber que tem... que tá colocando currículo, eu vou e dou as caras tentando colocar currículo. Antigamente eu não fazia isso, que tinha escolaridade baixa. Hoje eu tenho 1º grau, já conta alguma coisa.” (Grupo focal masculino)

Em suas falas fica claro que esses sujeitos estabelecem uma relação direta entre escolaridade e mercado de trabalho, mesmo que efetivamente as estatísticas encontradas sobre situação de trabalho antes e depois da participação no Programa não apresentem alterações significativas, como será melhor discutido no próximo sub-capítulo. As falas selecionadas a seguir, demonstram tal relação, assim como fortalecem a discussão referente ao desenvolvimento da auto-imagem e auto-estima a partir da relação do ambiente social e suas conseqüências para o sujeito.]

“E3#: Hoje, quem é que não quer ser dependente de si próprio, ter sua casa, seu emprego, ter sua esposa, ter seu filho? Constituir uma família. Pra ter isso tem que ter renda, tem que ter trabalho. E pra ter trabalho tem que ter estudo.” (Grupo focal masculino)

“E4#: Mudou. Quando eu chegava numa empresa assim, velho, e o cara perguntava “qual é sua série?” e eu “parei na 8ª”, p.... velho, “vá pro fim da fila”, já chegava assim, discriminação. Aí quando eu chegava assim, “você tem o 1º ano?” e eu “tenho o 1º ano, tá completo ainda não, mas to cursando”, “então vou fazer uma ficha pra você, e fazer uma prova.” (Grupo focal masculino)

Também transformações mais sutis, em especial, no que se refere as mudanças de atitude, foram referidas pelos jovens. Ao passo que se sentem mais reconhecidos pelo outro, sua auto-estima se altera positivamente desencadeando várias outras alterações de atitude, como por exemplo, sua expectativa e aspirações para o presente e para o futuro, suas possibilidades de ação e inserção no meio social.

“E2#: Fez diferença, tá fazendo e eu acho que vai fazer muito mais. Porque quando a pessoa perguntar pra mim que série você é. 1º grau. Nós temos o 1º grau completo. Com certeza todo mundo vai olhar pra você já de maneira diferente do que quando “ah, eu sou 4ª série”. Então, eu acho que estudo, hoje, pro ser humano, é o essencial pra conseguir trabalho, pra crescer na vida, pra educar seus filhos, tudo isso.” (Grupo focal masculino)

“E4#: Mudou sim. Porque antigamente quando perguntavam minha série eu tinha a maior vergonha de dizer que era 7ª. Hoje em dia, quando me perguntam, eu falo naturalmente isso “sou 1ª”. Posso dizer que sou primeiro.” (Grupo focal masculino)

Segundo Mosquera & Stobaüs (2006) é inegável a relação existente entre auto-imagem, auto-estima e as possibilidades de realização. A construção da auto-imagem se dá na interação do indivíduo com o seu meio social, como consequência da relação com os outros e consigo. É a partir dessa interação que o sujeito pode “entender e antecipar seus comportamentos, cuidar-se nas relações com outras pessoas, aprende a interpretar o meio ambiente em que vive e tentar ser o mais adequado às exigências que lhe são feitas.”(op. cit.:84)

Para os autores o ser humano necessita de valorização positiva que é aprendida mediante a introjeção de experiências de valorização realizadas pelos outros para ela. Enquanto a auto-imagem se relaciona com (re)conhecimento que o sujeito faz de si próprio,

como senti suas potencialidades, sentimentos, atitudes e idéias, a auto-estima é o conjunto de atitudes que cada pessoa tem sobre si mesma, uma percepção avaliativa sobre si próprio, uma maneira de ser, segundo a qual a própria pessoa tem idéias sobre si mesmo. Ambas surgem no processo de interação em grupo, ou seja, são interinfluências constantes que levam as pessoas, a entender a si próprios e aos outros, de modo o mais real possível.

Ter segurança e confiança em si mesmo, além de outras características são, segundo os autores, traços de uma auto-estima positiva. Assim, ao passo que a conclusão do ensino fundamental é reconhecida pelo meio social como um valor positivo, isso se agrega à imagem dos egressos que se tornam mais seguros e confiantes de suas potencialidades, como relatado nos grupos focais.

Basicamente pode-se localizar as mudanças atitudinais apontadas pelos jovens decorrentes da participação no ProJovem em três níveis: em relação ao outro, em relação a si próprio e em relação à comunidade, trazendo como efeito do Programa para os seus beneficiários uma relação mais saudável consigo mesmo permitindo que se arrisquem em vôos mais altos que os anteriores, alterando assim suas perspectivas e possibilidades de ação e que, por sua vez, renovam as perspectivas futuras entrando num ciclo inverso do descrito na introdução deste trabalho quando citamos a questão da marginalidade como uma das saídas para o jovem da periferia brasileira.

Também chamou a atenção o fato de que não só os jovens que deram continuidade aos estudos referem uma mudança de atitude e um aumento de auto-estima, mas também naqueles que não conseguiram se manter estudando, foi possível observar tais alterações.

Em relação às questões escolares decorrente da participação no ProJovem, a maioria dos sujeitos referem mudanças positivas, em especial ao que se refere a novas expectativas e aspirações para o futuro.

Assim podemos afirmar que a vivência no Programa ampliou os horizontes dos jovens, apontado por Lewin (1942) como o principal propósito da educação, pois o aumento da perspectiva de tempo reflete uma mudança na estrutura cognitiva do sujeito, possibilitando uma redução dos seus limites e conseqüentemente alterando objetivos, desejos e aspirações, influenciando também o seu entorno.

5.5.2. O que mudou para com a relação com o mundo do trabalho

O conceito de trabalho sofreu, e ainda sofre, transformações ao longo da história, seguindo as formas de organização da sociedade. O trabalho tem, para a sociedade ocidental atual, um lugar de destaque entre os papéis sociais. No ocidente, o trabalho é mais que uma necessidade básica de sustentação econômica, aqui ele assume o papel de definidor de identidade dos indivíduos. Assim um Estado com altos índices de desemprego e mão-de-obra desqualificada sofrerá com sérios problemas sociais, como os vivenciados no Brasil (MOURÃO & PUENTE-PALACIOS, 2006).

Não é estranho que o papel da formação ou qualificação profissional também tenha se transformado com o desenrolar da história. Com as técnicas de produção em massa introduzidas pela Revolução Industrial, as necessidades acerca da formação do trabalhador também se transformaram, exigindo uma preparação mais especializada da mão-de-obra disponível, substituindo também a idéia do trabalhador como sujeito responsável por um produto, pelo conceito de trabalhador como parte do sistema de produção.

Alterando as noções de trabalho e de trabalhador, também se transforma o entendimento da preparação do sujeito para o trabalho e também o valor da formação profissional. O panorama atual de trabalho, onde o desemprego e as “demandas cognitivas” para o exercício das atividades laborativas aumentam, a relação entre educação e formação profissional é cada vez mais estreitada. Neste novo cenário, o papel da educação como garantidora de um lugar mercado de trabalho é acentuado (MOURÃO & PUENTES-PALACIOS, 2006)

Esta relação pode ser observada na fala dos jovens quando apontam a qualificação profissional oferecida pelo ProJovem como o aspecto de maior atratividade do Programa, para eles, este foi o eixo que fez a diferença no momento da decisão sobre sua inscrição.

“E3#: Curso profissionalizante, era o que eu tava querendo, necessitava daquilo e eu disse “eu vou fazer isso aí”. (Grupo focal masculino)

“E4#: Eu principalmente pelo curso profissionalizante que eu queria ter o certificado de qualificação profissional. Chegar na hora de conseguir emprego, você ter o certificado na mão é um plus a mais. Foi por isso que eu entrei no ProJovem.” (Grupo focal feminino)

Os dados apresentados pelo Relatório de Avaliação do Programa também registram que a qualificação para o trabalho, juntamente com a conclusão do ensino fundamental foram os principais motivadores para a inscrição no Projovem. De acordo com os dados da pesquisa realizada com jovens freqüentes têm que 25,6% dos alunos apontaram a qualificação profissional como principal motivo para a sua inscrição no Programa, enquanto que 24% foram incentivados pela possibilidade de conclusão do ensino fundamental (BRASIL, 2007).

De acordo com Lewin (1942), as expectativas do indivíduo interferem em sua percepção do fato e, conseqüentemente, em seu julgamento. As expectativas geradas no momento inicial parecem interferir no julgamento dos egressos sobre o eixo da qualificação profissional oferecida pelo Programa e as mudanças ocorridas em suas vidas no que tange à relação com o mundo do trabalho.

Enquanto que mudanças em relação à escolarização são facilmente percebidas e relatadas pelos sujeitos da pesquisa, a mesma situação não se repete quando se trata da relação com o mundo do trabalho. Apesar de reconhecerem algumas mudanças, também atitudinais e comportamentais, as expectativas que se tinha para com a qualificação profissional oferecida não foram atendidas e, conseqüentemente a percepção dos sujeitos neste eixo estruturante do Programa se mostrou negativa. Também o dado mais objetivo que seria alterações significativas em relação à situação de trabalho ou emprego não aconteceu.

Analisando os dados apresentados na figura 23, referentes à situação atual de emprego observa-se que 53,89% dos egressos encontravam-se desempregados no momento da coleta de dados e apenas 11,40% dos sujeitos pesquisados atuavam no mercado formal.

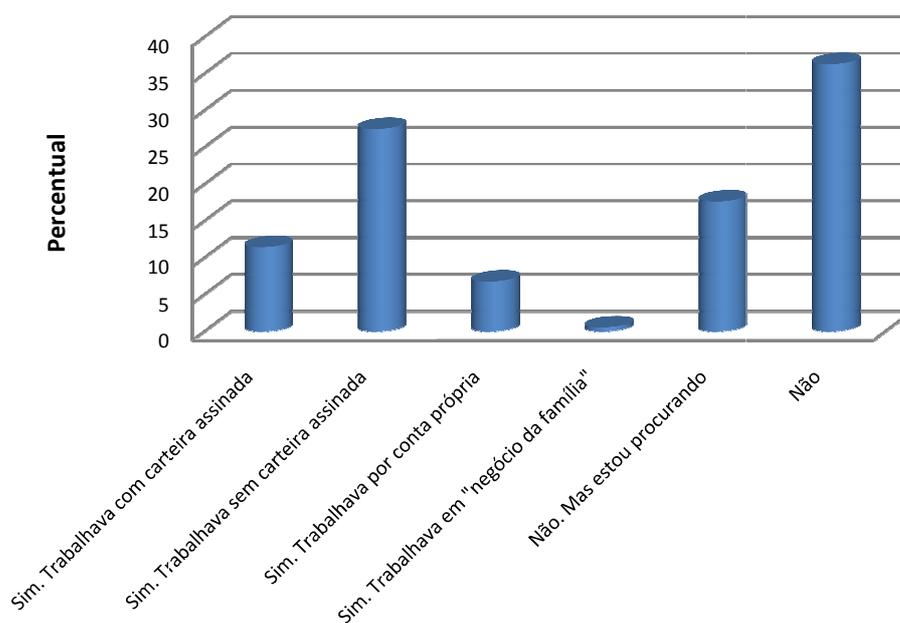


Figura 23: Distribuição da situação atual dos egressos em relação ao trabalho/emprego
 Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

A comparação entre os dados referentes à situação de trabalho/emprego dos jovens antes e depois de sua participação no Programa apresenta apenas uma pequena variação positiva para a frequência de empregos formais (com carteira assinada) e jovens desempregados. Esta mudança, contudo, não pode ser atribuída exclusivamente ao ProJovem, visto que a pesquisa não teve grupo de controle e a taxa de emprego cresceu nos últimos anos em razão do crescimento da economia nacional. A figura 24 ilustra os resultados obtidos para o cruzamento realizado.

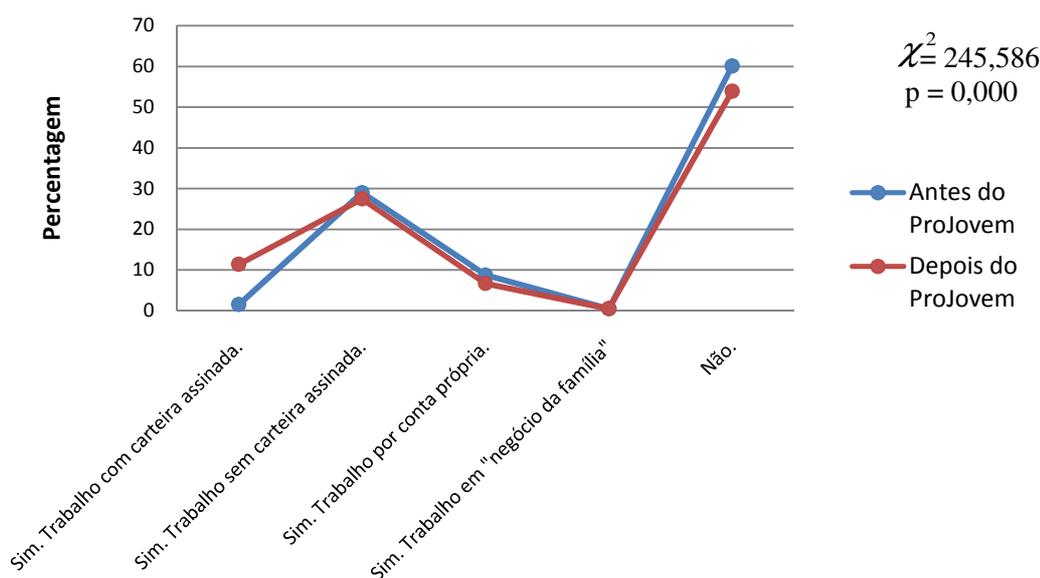


Figura 24: Cruzamento entre situação de trabalho/emprego antes e depois da participação no ProJovem
 Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

No Projeto ProJovem, no tópico destinado às suas diretrizes gerais encontra-se de forma objetiva a que se destina cada um dos eixos estruturantes do Programa. Para a qualificação profissional tem- que:

“A qualificação inicial para o trabalho deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens.” (BRASIL, 2005:20)

Neste trecho fica claro que o Programa não se propõe a empregar o jovem após sua participação, mas sim ampliar suas possibilidades em relação ao mundo do trabalho, desenvolvendo suas competências e habilidades sejam essas mais específicas em relação a uma atividade formal através dos arcos ocupacionais, ou mais globais como é o caso da formação técnica geral - FTG.

De qualquer modo, em relação à qualificação profissional - QP, a partir dos relatos dos jovens nos grupos focais, o que se pode observar não é apenas uma divergência entre as expectativas dos sujeitos e a proposta do Programa, mas sim um vácuo entre a formulação do Programa e sua execução.

Foi unânime entre os egressos, se referirem à QP como algo inexistente, que não ocorreu e, onde aconteceu, se tratava de conhecimento excessivamente básicos não colaborando para um aumento de competências específicas sobre a área.

“E2#: Qualificação profissional. Decepção total! Não teve nada daquilo que mostraram e que mostram hoje na televisão.” (Grupo focal masculino)

“E3#: Fiz Construções e Reparos. Eletricista. Parte elétrica. E eu já sabia já. Nem básico era. O curso ali nem básico era, nem básico era. E eu não recebi certificado também. Mas nem básico ali era. Se ele chegasse e desse.. por mim, foi até bom não dá. Por que? Porque se chegasse na empresa e perguntasse “tem básico?”, “tenho”. “mostre”. Aquilo que você aprendeu não foi nem básico.” (Grupo focal masculino)

Os dados quantitativos corroboram com as falas dos jovens dos grupos focais. Quando perguntado sobre a influência do ProJovem sobre sua relação com o mundo do trabalho, mais de 60,0% respondeu que “não influenciou em nada/estava desempregado”, apenas 10,0% respondeu que ter participado do Programa ajudou a conseguir um emprego e por volta de 3,0% se refere a ganhos voltados para conhecimentos relacionados à qualificação profissional, como apresentado na figura 25.

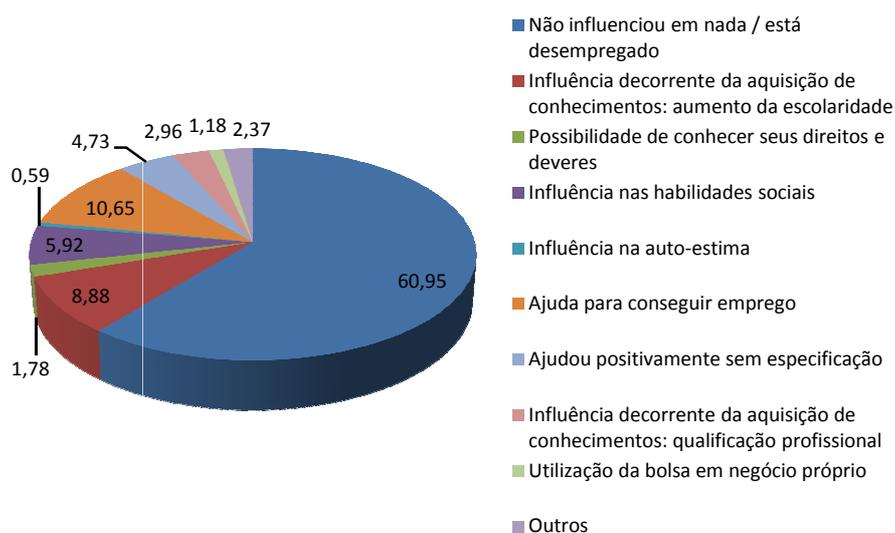


Figura 25: Influência da participação no ProJovem sobre a relação com o mundo do trabalho

Outro cruzamento importante, para analisar a influência do Programa no que tange ao eixo voltado para a formação profissional, é identificar alterações nas áreas de atuação desses jovens. Quando comparados os resultados para antes e depois da participação no ProJovem, se observa uma mudança significativa apenas na área de serviços domésticos: babás, porteiros, etc. com uma redução de 19 pontos percentuais em relação à situação anterior.

As demais áreas de atuação apresentam resultados muito parecidos, tanto antes como depois da participação no Programa, sendo que nas áreas voltadas para telemática e construção e reformas em geral, vestuário e serviços pessoais praticamente não houve alteração.

Em relação a este aspecto, também não é possível inferir que as alterações apresentadas tenham ou não relação com a participação do jovem no Programa. Outras variáveis são essenciais para tal diagnóstico e não foram contempladas no desenho desta pesquisa. A seguir a figura 26 apresenta o resultado da análise realizada.

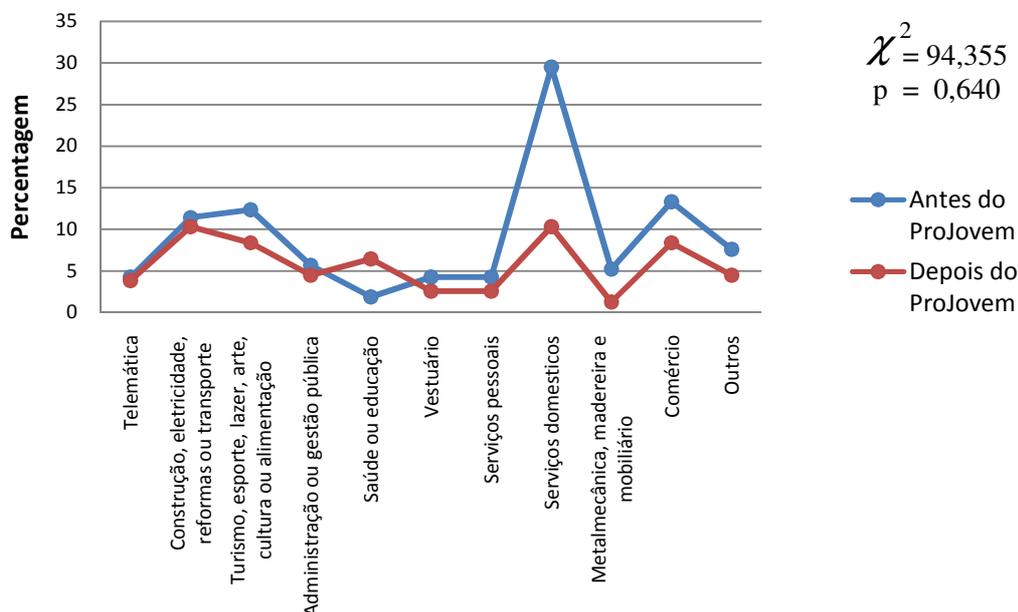


Figura 26: Cruzamento área de atuação antes de depois do ProJovem.
 Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

A partir dos dados apresentados até agora, pode-se inferir que a qualificação profissional oferecida pelo ProJovem Salvador não trouxe nenhuma mudança significativa, que tenha sido percebida pelos seus beneficiários, no entanto é preciso lembrar que este eixo

foi desenvolvimento em dois segmentos: formação técnica geral – FTG e os arcos ocupacionais.

Tanto os grupos focais, quanto uma análise mais detalhada dos questionários aplicados, indicam que os jovens consideraram apenas os arcos como a qualificação profissional no momento de seu julgamento, já que este seria o espaço para aprender uma profissão, mesmo que em nível básico. Assim quando questionados sobre habilidades mais globais, como por exemplo, formas de procurar emprego, como se portar em uma entrevista de emprego, como montar um currículo, etc. observa-se uma alteração na percepção dos sujeitos estudados sobre o tema.

Em relação ao segmento FTG e, em especial, ao desempenho e envolvimento dos educadores neste sentido, os relatos dos jovens foram bastante positivos. Sobre as estratégias utilizadas para procurar emprego, observa-se uma redução significativa em relação a tais estratégias, como apresenta a figura 27.

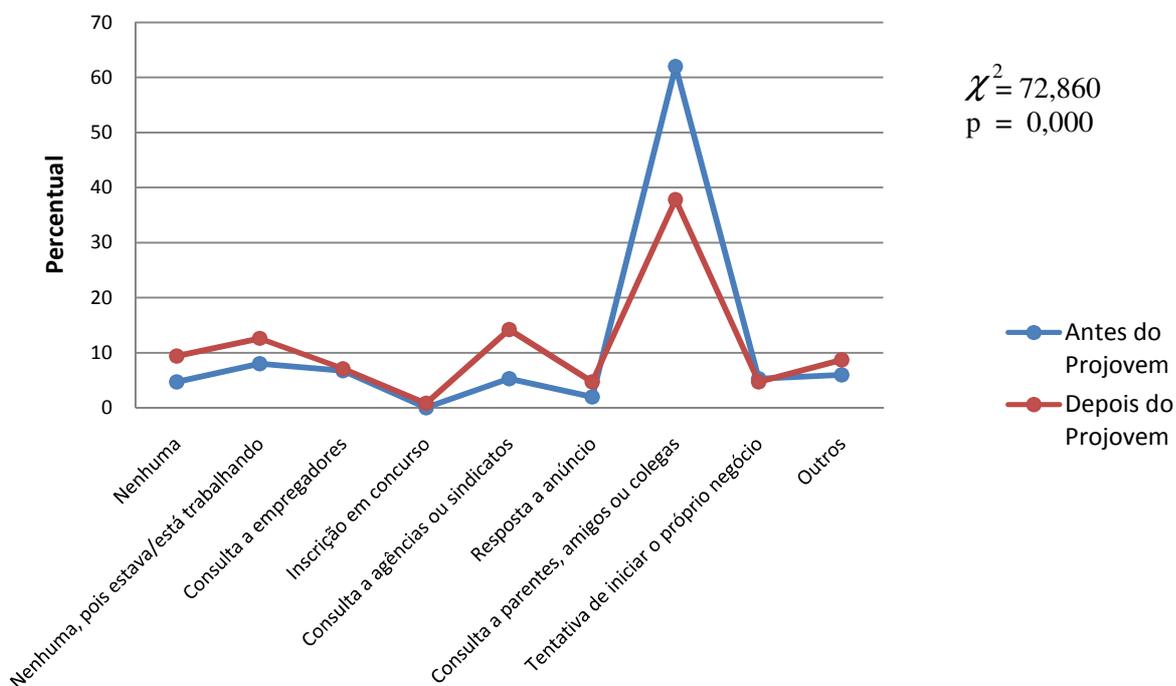


Figura 27: Formas de procurar trabalho antes e depois do ProJovem
Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Anteriormente à participação no Programa, os jovens buscavam trabalho, quase que exclusivamente, através de parentes e amigos. Após a experiência vivida no ProJovem observa-se uma grande redução do uso dessa estratégia, apesar de ainda ser a mais utilizada (por volta de 37,0%) e um aumento em relação a formas mais profissionalizantes como procurar agências e entregar currículos.

Também é possível notar que antes do ProJovem nenhum dos garotos referiu inscrição em concursos como alternativa na busca por alguma ocupação. Já em momento posterior ao Programa, apesar do percentual reduzido, alguns já se arriscam na utilização desta modalidade.

É possível que tal comportamento esteja relacionado com o aumento da auto-estima e da confiança decorrente da conclusão do ensino fundamental e referido pelos jovens e já registrado neste trabalho. Além desse aspecto é preciso salientar que a conclusão do ensino fundamental é condição mínima para inscrição em concursos públicos.

Quanto a seus comportamentos e atitudes em situações de entrevista de emprego ou semelhantes, a análise dos relatos indica uma mudança positiva nestes sujeitos atribuída, por eles próprios, à sua participação no Programa. Mais uma vez os egressos apontam o empenho dos educadores como o principal condutor para esta mudança de atitude.

“E4- Olha, o ProJovem, pelo menos no núcleo que eu estudei, o ProJovem dá uma boa base pra você fazer uma entrevista de trabalho. Se você chegar assim... você tem uma aula que ela lhe ensina, por exemplo, tô fazendo uma entrevista de trabalho, como me sentar, como conversar, como falar, entendeu?” (Grupo focal feminino)

“E2- Na escola que eu estudei eu tive uma boa base de como me comportar numa entrevista de trabalho.” (Grupo focal masculino)

Outro aspecto que se relaciona diretamente com a preparação para o mundo do trabalho é a inclusão digital. Para Castell (1999), a passagem do século XX para o século XXI foi “palco” de grandes transformações em diversos aspectos da estrutura social: econômico, político, cultural e tecnológico.

Os processos de tecnização, informatização e globalização da sociedade privilegiam o conhecimento como fonte de valor e de poder causando mudanças na organização do trabalho. Nesses processos a informática e a formação globalizada se apresentam como ferramentas para o exercício da democracia, no entanto, Schaff, referido por Castell alerta para o risco de uma nova forma de exclusão social entre quem acessa ou não à tecnologia: “a exclusão digital”.

Neste sentido o ProJovem propõe o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas com a informática através de aulas específicas sobre a ferramenta e também no incentivo do uso da ferramenta para a elaboração de trabalhos de outras disciplinas.

Considerando que o domínio da informática pode auxiliar o jovem em sua inserção no trabalho, optou-se, nesta pesquisa, por tratá-lo como parte integrante da proposta de qualificação profissional oferecida pelo Programa. Sobre este aspectos os egressos apontam divergências entre o que foi planejado pelos formuladores e sua execução em Salvador.

Os relatos dos grupos focais indicam deficiências em relação à operacionalização do mesmo. Os principais problemas citados foram: dificuldade no acesso aos computadores¹⁵ encaminhados pelo Programa, ausência de formação específica para os educadores, inadequação do espaço físico do laboratório de informática impedindo o uso dos mesmos, entre outros.

“E3#: Ai eu acho que é isso que acontece também com os professores do ProJovem. Eles têm aula... ele é específico pra português, mas o português, ele dá aula de português, aí tem aula do PO e tem aula que tem que ir pra sala de informática. Às vezes, coitado, ele tá ali sem saber de nada mas tem que cumprir o horário dele.” (Grupo focal feminino)

Além de não desenvolverem as competências necessárias, o mau funcionamento do curso de informática oferecido pelo Programa e, principalmente a falta de preparação específica do professor, trouxe, para alguns jovens, sentimento de exclusão, levando à desistência por parte de alguns jovens.

¹⁵ De acordo com o convênio firmado entre as prefeituras municipais e o governo federal, cabe ao concedente o encaminhamento da máquinas, na proporção de 10 computadores por núcleo e ao conveniente disponibilizar espaço adequado para instalação nos núcleos, assim como preparação dos educadores, responsáveis pela capacitação dos jovens. Também de acordo com o convênio, não existem educadores específicos para a informática, assim são os próprios profissionais responsáveis pela formação geral (ensino fundamental) quem assume tal função.

“E4#: Você se sente excluído ao invés de incluso quando acontece uma coisa dessas. Porque você foi pra aprender e quando você chegou lá, o professor que era pra tá ali e dizendo assim “ó, você faz assim...” não tá lá... aí você fica assim... pô, vou embora, tchau.” (Grupo focal feminino)

A partir dos dados apresentados sobre o tópico “mundo do trabalho” é possível afirmar que os jovens percebem alguns efeitos de sua participação no Programa em relação a se sentirem um pouco mais preparados para a busca por um trabalho ou emprego, também ampliaram suas estratégias na busca por trabalho, apoderando-se de mecanismos mais profissionais nesta caminhada, que também podem ser atribuídas à conclusão do ensino fundamental.

As deficiências apresentadas em relação à execução dos arcos ocupacionais, a não entrega dos certificados desses mesmos arcos e os problemas com as aulas de informática, no entanto, levaram a um julgamento negativo do eixo Qualificação Profissional que, como já referido em momento anterior, foi apontado como principal motivador de interesse dos jovens para sua inserção no Programa.

5.6. O ProJovem por seus beneficiários

Apesar de extrapolar o objetivo proposto por esta pesquisa em relação a investigação sobre as mudanças percebidas pelos egressos no que tange a sua relação com a escolarização e ao mundo do trabalho, considera-se importante registrar como esses jovens vêem o ProJovem, suas expectativas, frustrações e reflexões sobre o Programa, além de sugestões que apareceram em suas falas sem que fossem diretamente solicitadas, já que não havia itens que enfocassem esse tópico no roteiro do grupo focal nem questionário aplicados. De algum modo é possível observar mudanças em como o Programa é percebido por seus beneficiários 18 meses após a conclusão do curso e as expectativas que tinham no início de sua participação.

Para Lypsky (1980), citado por Dantas (2005), as políticas públicas são percebidas pelos os cidadãos ou beneficiários, a partir do seu contato com, o que esse autor denomina de

*burocratas de linha de frente*¹⁶. Para ele, esses servidores tomam decisões constantemente, que afetam a vida dos usuários que se relacionam com eles, transformando-se assim na referencia de “governo e da lei” que esse sujeito constrói.

Devido ao poder de decisão desses servidores no momento do contato com o beneficiário, suas ações se transformam, em muitos aspectos, nas próprias políticas, já que é no momento da ação que ela se materializa para o usuário, que por sua vez, tem apenas essa materialização para apreender a política e julgá-la.

O autor também argumenta que razões profissionais e pessoais se juntam para definir a expansão de poder sobre a ao qual o burocrata se apropria. Lypsky defende que as alterações ou adaptações da política utilizadas pelos burocratas são “estratégias criadas por eles para lidar com as pressões no serviço”, que, como efeito final, acaba por moldar a política executada, deixando de ser implementadores e transformando-se nos verdadeiros formuladores da política pública.

Também nesta linha, Minayo (2005) diz que “um projeto, lançado por alguém, nunca será o projeto escrito no papel, e sim o projeto corporificado na práxi.”

É nesse sentido que a percepção dos jovens estudados sobre o ProJovem é entendida aqui, como uma percepção construída a partir do contato com os agentes implementadores¹⁷ e, em alguns casos com o servidor, que apesar de não fazer parte oficialmente da execução do Programa, se relaciona diretamente com os beneficiários, como as diretoras e funcionários das escolas onde os núcleos funcionavam, por exemplo.

Para melhor exposição e compreensão das análises realizadas, esta seção será dividida em três momentos: Aspectos positivos, aspectos negativos e sugestões.

¹⁶ Lypsky usa o termo burocratas de linha de frente para se referir aos servidores públicos que interage diretamente com os cidadãos durante o desenvolvimento de suas funções. Professores, médicos, policiais são alguns exemplos para o termo.

¹⁷ No caso desse estudo, foi considerado implementador ou executor toda a equipe da Coordenação Municipal de Salvador, ou seja: coordenador administrativo, pedagógico, de qualificação profissional e ação comunitária e assistentes administrativos, os coordenadores de Estação Juventude e seus auxiliares, os educadores e auxiliares de núcleos, quando tinham.

5.6.1. Aspectos positivos

Apesar dos problemas referidos pelos egressos, quando perguntados sobre o Programa ter atendido suas expectativas apenas 22,8% responderam que o Programa não atendeu a suas expectativas. Dos demais, 65,28% dos sujeitos tiveram suas expectativas atendidas e aproximadamente 12,0% declaram que foram superadas, como apresenta a figura 28.

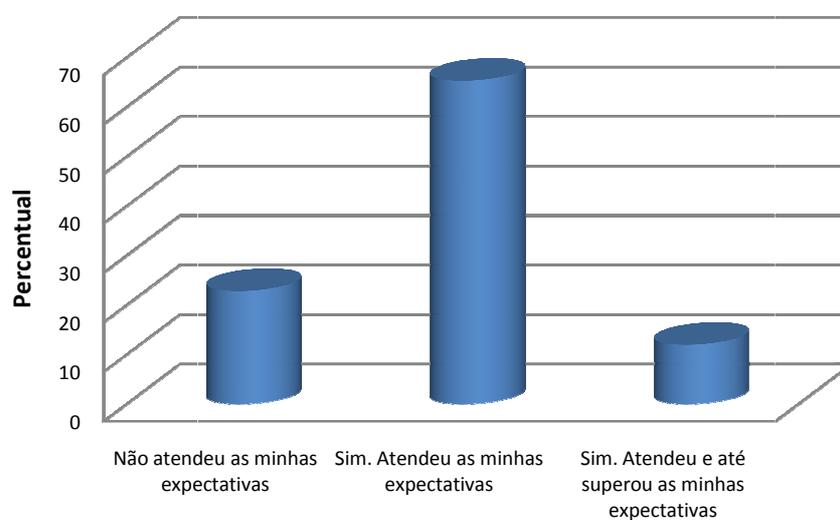


Figura 28: Atendimento das expectativas
Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Em relação às principais mudanças atribuídas à sua participação no ProJovem, observa-se que as respostas se concentram na relação do jovem com a escolarização e nas alterações sofridas em seus valores e atitudes consigo mesmo e com o seu entorno, como é possível perceber na figura 29.

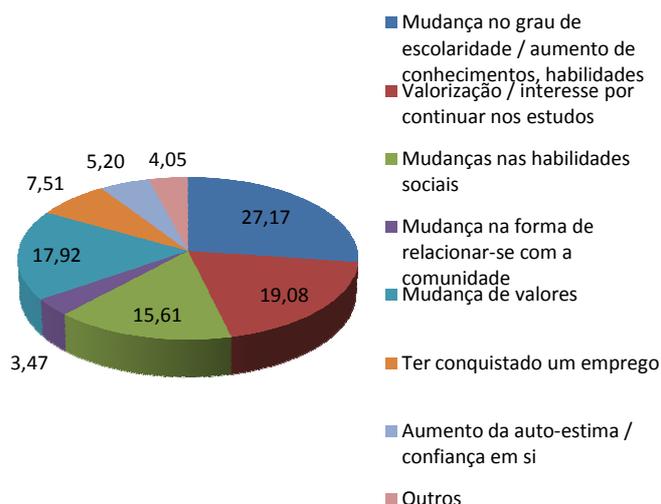


Figura 29: Mudanças referidas pelos egressos a partir de sua participação no ProJovem
Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Também nos grupos focais fica evidente que a conclusão do ensino fundamental lhes possibilitou uma mudança em sua perspectiva de futuro e maior aceitação no mercado de trabalho. Transformações no que tange as atitudes e comportamentos perante a si mesmo e com seu entorno social aparecem, juntamente com a mudança no nível de escolarização, como os pontos mais afetados positivamente pela participação no Programa.

As falas analisadas sugerem uma nova consciência social construída a partir de uma re-significação do seu lugar no mundo, seus direitos e seus deveres como participantes de uma sociedade complexa, alterando sua relação com os outros, a comunidade e consigo próprio.

Como já visto anteriormente, os conteúdos trabalhados na FTG melhoraram o desempenho na busca por trabalho/emprego, apesar disso não ter se concretizado como aumento do índice de empregados, nem em mudanças nas áreas de atuação.

A figura 30 a seguir, apresenta o mapa conceitual desenvolvido a partir das falas dos participantes dos grupos, onde destacaram os pontos que consideram como positivos no Programa. A ênfase dada pelos jovens foi representada pelo tamanho das letras e as setas indicam algumas relações estabelecidas.

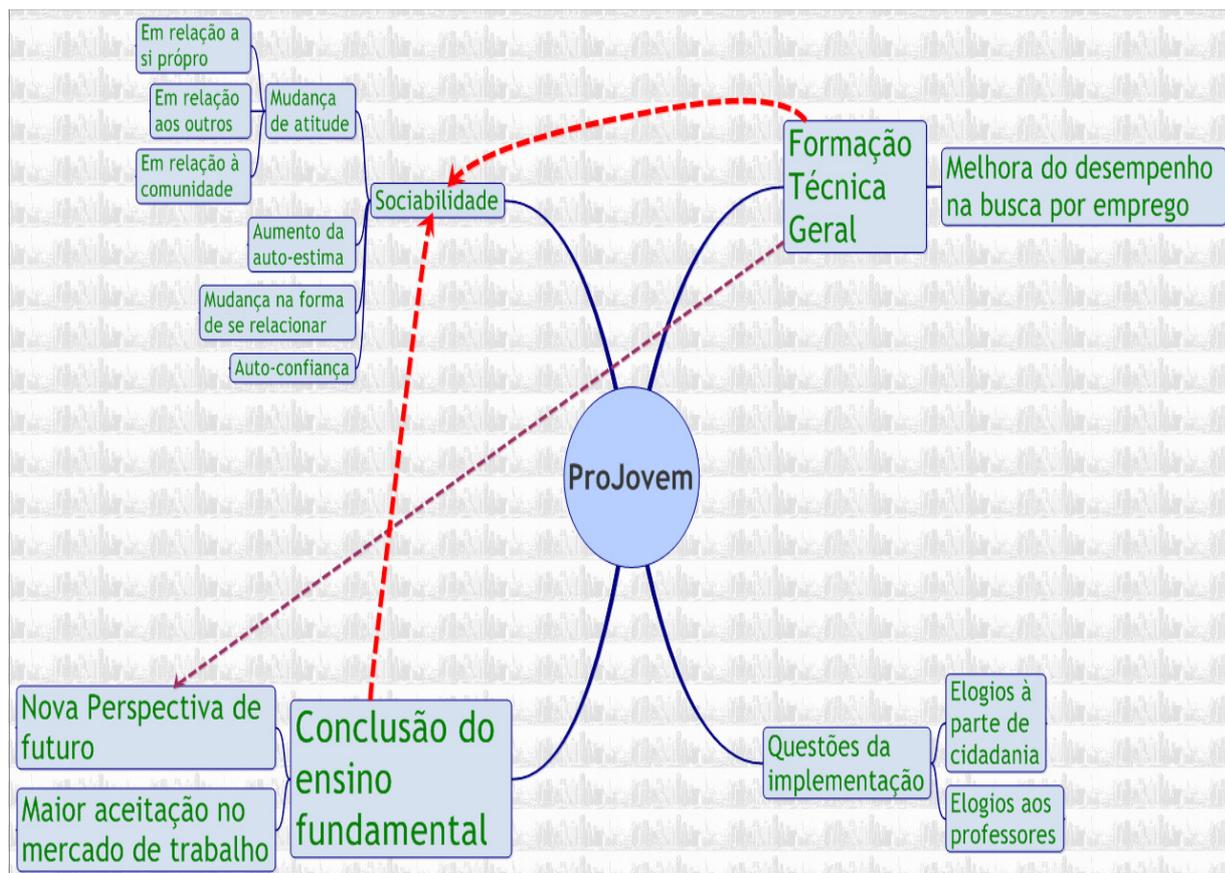


Figura 30: Mapa Conceitual – aspectos do ProJovem considerados positivos por seus egressos
 Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Durante a aplicação do questionário os jovens também tiveram que identificar em uma tabela qual a importância da contribuição do ProJovem para cada um dos aspectos relacionados com os objetivos específicos do Programa. A escala teve três níveis onde era possível classificar a importância do Programa como: *nenhuma*, *pouca* ou *muita* importância, de acordo com a opinião dos jovens.

Como resultado, é possível observar na tabela 15 que os aspectos considerados como tendo *muita importância* foram: a conclusão do ensino fundamental (89,0%), aumento de autoconfiança (86,1%), desenvolvimento de consciência dos direitos (86,6%) e deveres (85,0%), melhora na fluência verbal (78,4%) e melhora da auto-estima (76,3%), reforçando as análises já apresentadas no decorrer deste capítulo.

Por outro lado os maiores índices encontrados quando se referem a *nenhuma importância* atribuída ao Programa foram: montar negócio próprio (65,0%), aprender uma ocupação de geração renda (33,0%), inclusão bancária (26,9%).

Tabela 15: Grau de influência do ProJovem

ASPECTOS	NENHUMA %	POUCA %	MUITA %
Melhorar sua auto-estima	6,2	17,5	76,3
Melhorar sua participação na comunidade	11,3	34,6	54,1
Conseguir um trabalho / emprego	50	25,3	24,7
Montar seu próprio negócio	65,1	22,4	12,5
Continuar os seus estudos	9,8	17,5	72,7
Melhorar sua fluência verbal	4,6	17	78,4
Ser mais solidário	5,7	22,7	71,6
Perceber sua importância na sociedade	3,6	21,1	75,3
Ter mais credibilidade entre amigos e familiares	7,8	21,7	70,5
Ter mais confiança em si mesmo	2,6	11,3	86,1
Melhorar sua consciência social	5,7	16	78,3
Ter consciência dos seus direitos	2,1	11,3	86,6
Ter consciência dos seus deveres	3,1	11,9	85
Ampliar seus contatos para conseguir emprego	25,4	34,2	40,4
Ampliar suas formas de procurar emprego	20	34,2	45,8
Valorizar o patrimônio histórico-cultural	6,2	32	61,8
Utilizar a informática	16,1	33,1	50,8
Regularizar documentos pessoais	23,7	18	58,3
Ajudar na inclusão bancária	26,9	21,3	51,8
Concluir o ensino fundamental	2,6	8,3	89,1
Aprender uma ocupação que gera renda	33,7	23,8	42,5
Aprender a usar serviços da rede pública	25,2	22,2	52,6
Assumir responsabilidade com a família	11,9	13,4	74,7
Assumir responsabilidade com a comunidade	19,7	35,7	44,6
Desenvolver auto-crítica	7,2	25,3	67,5
Melhorar a convivência com o grupo social	5,1	29,4	65,5

Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Ainda sobre a tabela 15, chama a atenção ao fato de que, com exceção de montar um negócio próprio, os outros aspectos que apresentam maior incidência de respostas indicando nenhuma influência do Programa, quando analisadas separadamente, são indicados como tendo muita influência do Programa, o que nos leva a concluir que, apesar das críticas feitas por eles mesmos, os egressos consideram que o Programa trouxe mudanças importantes para suas vidas e atendeu a suas expectativas.

Alguns pontos importantes como: utilização da informática, assumir responsabilidades com a comunidade, aprender uma ocupação que gere renda e ajudar na inclusão bancária, compõem os objetivos do Programa e foram considerados pelos jovens como tendo *pouca* ou *nenhuma importância* em relação à participação no ProJovem. A seção a seguir trata dos aspectos negativos referidos pelos egressos.

5.6.2. Aspectos negativos

Para tratar dos aspectos negativos referidos pelos jovens nos grupos focais, outro um mapa conceitual foi construído, como é possível visualizar na figura 31. As questões de implementação se apresentam como o grande problema do ProJovem Salvador, em especial, problemas com a qualificação profissional, seja pela ausência do arco ocupacional em alguns núcleos ou pela não entrega dos certificados de QP.

Também foram relatados problemas com o curso de informática, atraso na entrega dos certificados de conclusão do ensino fundamental, além dos problemas estruturais dos núcleos.

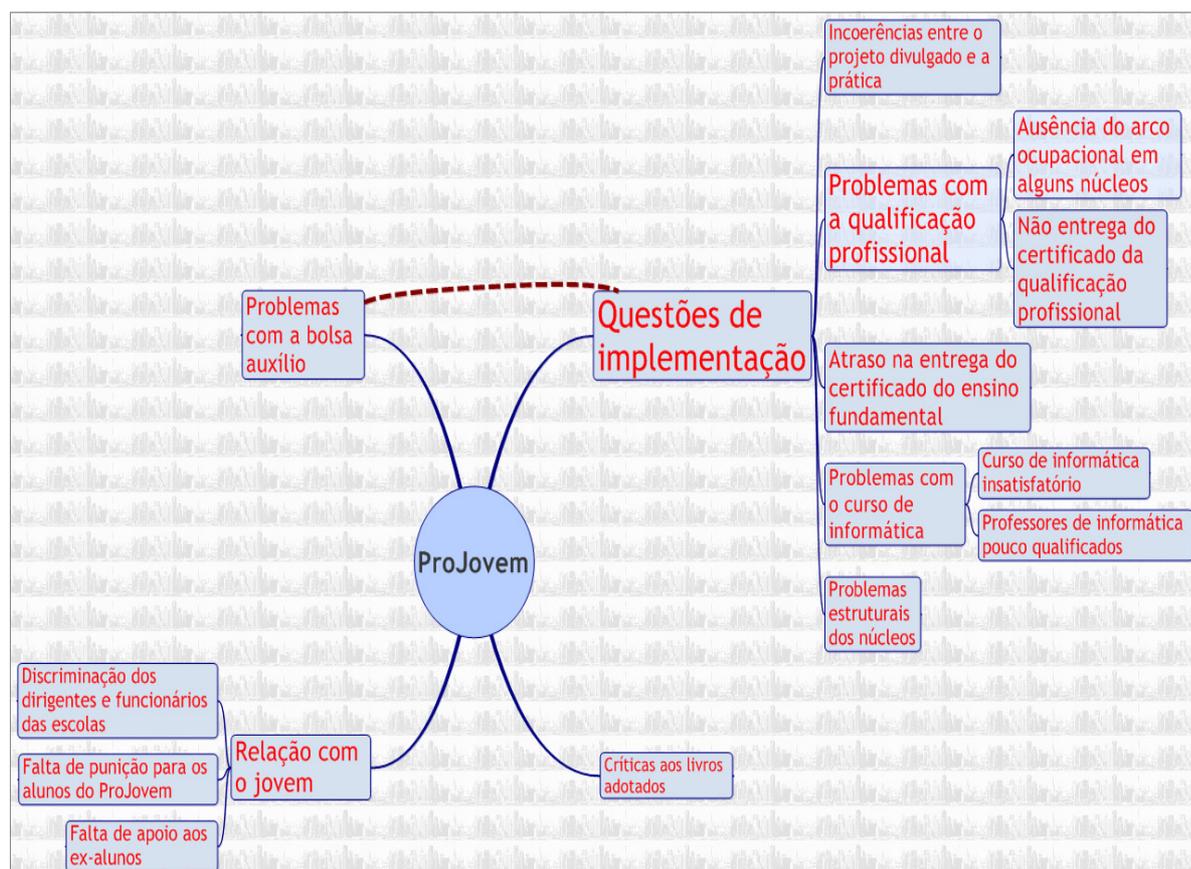


Figura 31: Mapa conceitual – aspectos do ProJovem considerados negativos por seus egressos
Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

Outro ponto relevante referido pelos jovens diz respeito à relação do Programa e ou da equipe responsável por sua execução em Salvador. Por um lado, os resultados indicam que não cuidaram para que a execução fosse compatível com a formulação, por outro, os egressos referem que algumas transgressões como: atrasos abusivos para entrar na sala, retorno após

ultrapassar número máximo de horas (300 horas de ausência), etc. foram tratadas com benevolência excessiva pelos implementadores.

Na percepção dos jovens, atitudes como estas não ajudaram no processo de amadurecimento dos mesmos, já que em situações externas ao ProJovem se age de forma diferente e as cobranças são mais acirradas. A fala de E4 ilustra e analisa a situação de forma preciosa não sendo necessários outros comentários.

“E4#: Você tá criando, tá educando uma pessoa pra ser uma pessoa melhor ou pra ficar uma retardada que vai querer fazer tudo que quer e que tudo que ela fizer ta certo? Até um aluno que chegue na escola, que quebre uma cadeira não deve receber punição? Só porque é um programa de inclusão social pode chegar e quebrar a cadeira? Por ser um programa de inclusão social é que o aluno ia ter responsabilidade, ia ter que saber que se ele quebrou ele tem que pagar porque ele tem que ser incluso e saber como é que são as leis da sociedade.” (Grupo focal feminino)

Em contrapartida a benevolência por parte da equipe do ProJovem, nem todas as escolas e seus dirigentes aceitaram o Programa e causaram dificuldades para a convivência entre os interessados¹⁸.

Segundo o relato dos jovens, que corroboram com dados do SMA, alguns dirigentes escolares não permitiram que os jovens do Programa tivessem acesso a estrutura da escola como biblioteca, quadra, etc. e, em alguns casos, aos computadores do próprio Programa, além disso, outras formas de discriminação foram citadas pelos egressos:

E2#: ... dentro do laboratório de informática, que sumia caixa de som, tal, e pra diretora da escola, era o ProJovem, pra diretora era muito mais fácil ela atribuir aos alunos do ProJovem do que falar que foi um dos meninos da tarde, da manhã, do matutino, vespertino, entendeu? Essa foi uma grande dificuldade que a gente encontrou. Da diretora. Tudo que acontecia na escola, pode ter certeza que à noite a diretora tava na escola passando de sala em sala olhando pra cara da gente e falando “é com vocês...” (Grupo focal masculino)

¹⁸ As escolas também foram consideradas como interessadas, pois, além do princípio da universalização da Educação amplamente difundida e supostamente compartilhadas entre os profissionais da área, os equipamentos e benfeitorias feitas na estrutura escolar ficam com a escola onde o núcleo foi implementado.

Retomando Lipsky (1980), ainda citado por Dantas (2005), os burocratas, para dar cabo de suas atividades, tendem a criar rotinas que simplifiquem seus trabalhos, balizadas por suas crenças e valores políticos e pessoais, classificadas como estratégias de enfrentamento¹⁹ e divididas em quatro grupos: racionamento e economia de recursos, controle do cliente, simplificação e gerenciamento das conseqüências das práticas materializadas.

Para o autor, ainda na tentativa de estabelecer condições de trabalho mais favoráveis para si e para o órgão onde atua, o burocrata lança mão de práticas que revelam sua preferência por algum tipo de usuário em detrimento de outro tipo, apesar das leis que garantem igualdade de tratamento. Para ele, os servidores públicos se sentem mais gratificados ao interagir com alguns usuários que com outros, e excluem estes que não apresentam o “perfil desejado”, como forma de fazer valer sua escolha, sempre que têm oportunidade.

É muito provável que a reação de alguns dirigentes escolares para com os jovens e, conseqüentemente, com o ProJovem esteja relacionado ao sentimento de que o Programa trazia de volta para a escola, um sujeito com perfil distante do desejado. Como visto no início deste capítulo, o perfil dos jovens do ProJovem indica que estes estavam longe da escola a algum tempo, com várias interrupções em sua trajetória escolar, multi repetentes. Além disso, muitos deles, em momento anterior, foram expulsos daquela escola pela própria diretora, estão envolvidos com tráfico e/ou uso de substâncias ilícitas ou outras formas de transgressão da lei e apresentam dificuldades em adaptar-se à disciplina exigida pela escola.

Em resumo, o participante do ProJovem não possui o “perfil desejado” por alguns dos dirigentes escolares, que de algum modo, sentem “sua escola” invadida por baderneiros e marginais que só estão ali por conta dos R\$ 100,00, como foi relatado nos grupos focais:

“E2#: Tive oportunidade também de trabalhar no ProJovem, como auxiliar de secretaria, assim como aluno, tive oportunidade de trabalhar no ProJovem e ver a visão da diretora, que eu não trabalhei somente em uma escola, foram 3 escolas municipais nas quais teve o ProJovem e eu via a visão das diretoras em relação ao ProJovem. O ProJovem pra elas era péssimo e só prestava pra destruir a escola delas, achando elas que a escola era delas.” (Grupo focal masculino)

¹⁹ Tradução feita por Dantas (2005) para o termo coping strategies.

“E4#: ...porque muitos diretores, muitas pessoas que vêm o ProJovem de fora pensam “são garotos da periferia, praticamente marginalizado e que só tão ali pra ganhar os 100 reais.” (Grupo focal masculino)

Em relação aos dirigentes escolares é preciso ressaltar que não estava previsto nenhum tipo de formação ou capacitação para os mesmos em relação ao Programa. Diferentemente do que aconteceu com os educadores que, além da formação inicial, também foi prevista formação continuada que se desenvolveu ao longo do curso.

A questão da formação dos educadores foi aqui ressaltada, pois estes foram citados pelos egressos, e também em outras pesquisas realizadas pelo SMA, como o grande diferencial do Programa, especialmente em relação ao compromisso com a formação do jovem. Apesar dos limites da pesquisa não permitirem uma associação direta entre o desempenho do educador e o processo de formação, estudos especializados voltados para a formação do profissional de Educação apontam para isso.

“E1#: Porque foram os melhores professores. Ao menos na minha parte foi os melhores professores que eu tive. Sério. Isso aí foi uma coisa muito boa das escolas: os professores.” (Grupo focal masculino)

De um modo geral, todos os 14 jovens que participaram dos grupos focais realizados referem um sentimento de frustração ao se referir ao Programa, especialmente no que tange a sua implementação. Em alguns casos essa frustração levou ao desinteresse e ao descrédito dos participantes. A fala de duas jovens no grupo focal feminino reforça essa idéia.

“E5#: Sabe o que faltou? Que as coisas do ProJovem tavam no papel, nem tudo que tá no papel vai pra prática. Faltou prática.” (Grupo focal feminino)

“E4#: Vou falar agora o que acho que vai caber pra todo mundo. Você entra no ProJovem, você vai fazer um curso profissionalizante, você vai concluir o ensino fundamental, você vai fazer um curso de informática e aí você entra assim maravilhado pensando que vai acontecer tudo aquilo. Quando passa um mês, nada. Quando passam dois, nada. Você tá estudando, mas o curso que você foi lá pra fazer - que quem entra no ProJovem entra pra fazer o curso - você não faz. Ai você vai murchando.” (Grupo focal feminino)

Durante a realização dos grupos focais, sem estímulo prévio já que não fazia parte do roteiro utilizado, os jovens apontaram algumas sugestões para que, na visão deles, o Programa tenha maior sucesso. A próxima seção apresenta tais sugestões.

5.6.3. Sugestões

O mapa conceitual apresentado na figura 32 sintetiza as sugestões feitas pelos jovens durante a realização dos grupos focais. Como já mencionado, não houve estímulo prévio que os egressos dessem sugestões para a melhoria do Programa, mas geralmente após o relato de situações desfavoráveis, os participantes se posicionavam criticamente, apresentando reflexões e soluções para os problemas apontados, o consenso nem sempre prevaleceu, nem esse era o objetivo, demonstrando que as críticas feitas não são ao acaso, mas sim fruto de uma reflexão apropriada sobre a experiência que viveram.



Figura 32: Mapa conceitual - sugestões
Fonte: dados produzidos para esta pesquisa

A seguir as sugestões dadas são relacionadas com os problemas detectados. É importante ressaltar que as relações também já estavam presentes nas falas dos jovens e, aqui, foram apenas sistematizadas.

- Para um melhor diagnóstico das necessidades dos beneficiários, os jovens sugerem que pesquisas que busquem escutar suas vozes sejam realizadas antes da formulação de políticas para a juventude.
- Como forma de atender as necessidades específicas das aulas de informática e assim garantir uma maior eficácia da proposta, professores específicos da área de informática seja contratados, e não que esse curso fique sob a responsabilidade dos educadores das disciplinas escolares.
- Os sujeitos estudados reconhecem que muitos dos jovens que se inscreveram no Programa o fizeram por conta exclusivamente da bolsa de R\$ 100,00 e que isso prejudicou muito os interessados em aprender, especialmente por conta da imagem criada previamente por membros da comunidade escolar onde funcionaram os núcleos e também da sociedade em geral, pensando em minimizar tal efeito, duas sugestões associadas foram dadas pelos participantes: a primeira que a bolsa fosse paga apenas ao final do curso para aqueles que concluíssem as atividades do Programa, como muitos se utilizam desse valor para custear suas despesas de deslocamento para o núcleo, os participantes do ProJovem teriam, assim como outros estudantes, direito ao passe escolar (Salvador card). Com essas medidas os sujeitos acreditam que afastariam do curso os que se matriculam apenas por conta da bolsa, minimizando a discriminação que sofrem e também, ao final do Programa teriam recursos para montar um negócio ou investir em capacitação.
- A centralização das aulas em um mesmo espaço, no próprio núcleo, e experiências de estágio promovidos pelo Programa poderiam ajudar a minimizar os problemas encontrados com a qualificação profissional.
- No caso dos dirigentes escolares, foi unânime a indicação de necessidade de formação específica para entender o ProJovem e seus objetivos de inclusão. As dificuldades relatadas em relação a ação de alguns dirigentes poderia ser minimizada e, em alguns casos, exterminada com a preparação desses profissionais para receber o Programa e seus participantes.

- Os jovens também propuseram a formação de uma representação estudantil organizada, que representaria os participantes do ProJovem junto à Coordenação Municipal e Estação Juventude levando as reivindicações e problemas vividos pelos alunos aos gestores locais de forma mais consistente e uniforme e apenas como uma voz solitária e, muitas vezes, despreparada.
- Durante a coleta de dados foi comum ouvir dos sujeitos que após a finalização das atividades do ProJovem, se sentem perdidos, sem saber qual o passo seguinte, alguns referem uma sensação de abandono e desproteção, em relação a isso foi sugerido que o Programa proporcionasse algum tipo de serviço de orientação aos egressos, como por exemplo, indicação de escolas onde poderiam ser aceitos para continuarem seus estudos e coisas do tipo.
- Uma das sugestões para aumentar o interesse dos jovens para com os conteúdos trabalhados é a contratação de professores também jovens, pois acreditam que a identificação com o educador reduz as resistências no aprendizado.

Optou-se por apresentar as sugestões de modo mais próximo possível ao relatado, sem uma análise ou julgamento das falas. Nem todas são compartilhadas pela autora, mas demonstram o envolvimento desses sujeitos com a política apesar de já ter concluído sua participação há mais de um ano e meio. A seguir serão apresentadas as conclusões da pesquisa realizada.

CONCLUSÕES

A juventude passa a fazer parte da agenda das políticas públicas no Brasil há pouco mais de vinte anos. Neste período algumas ações foram implementadas, mas ainda não são suficientes para abarcar todas as demandas da juventude brasileira.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem objetiva, através de uma formação integral, promover algumas mudanças no perfil de jovens entre 18 e 24 anos que levariam a uma inclusão social. Três eixos foram propostos em seu projeto: escolarização, qualificação profissional e ação comunitária.

Nesta pesquisa foram estudadas as possíveis mudanças ocorridas em relação à escolarização e a qualificação profissional, ou melhor, ao mundo do trabalho, tendo como fonte de dado principal a percepção de jovens egressos do Programa, mas sem perder de vista as propostas do ProJovem.

Uma das possibilidades de análise de políticas públicas é compreender qual o seu impacto sobre os beneficiários, no entanto não são muitas as pesquisas que procuram ouvir o egresso. Muito provavelmente por conta da dificuldade de encontrá-los, já que os vínculos institucionais foram desfeitos e quase nunca os registros de cadastramento correspondem à realidade atual. Assim aconteceu nesta pesquisa, encontrar os jovens se caracterizou no maior desafio.

Assim, além das análises documentais utilizadas para compreender o Programa, as demais análises consideraram as respostas dadas aos questionários aplicados em 194 jovens que participaram do Programa em 2006, na cidade de Salvador, Bahia, com conclusão em fevereiro/março de 2007, e foram aprovados. Também foram analisadas as falas de dois grupos focais onde 15 jovens (07 do sexo masculino e 08 do sexo feminino), a partir de alguns questionamentos propostos pelo moderador, discutiram e debateram suas opiniões sobre o ProJovem. É importante ressaltar que os participantes dos grupos focais também fizeram parte da amostra na qual foi aplicado o questionário.

Os dados quantitativos e qualitativos foram trabalhados de modo que se complementassem, assim alguns dados encontrados a partir da análise das respostas dos

jovens aos questionários, puderam ser melhor compreendidos com a análise das falas dos jovens nos grupos focais.

Todo esse aparato foi montado na tentativa de responder a seguinte pergunta: *que mudanças o jovem é capaz de perceber em si mesmo e em sua relação com a escolarização e com o mundo do trabalho, a partir de sua participação no ProJovem?*

A partir da análise dos resultados a partir do referencial teórico apresentado no capítulo 2 considera-se que a pergunta de pesquisa foi respondida e esses podem ser classificados em dois grupos: mudanças percebidas e valorizadas e mudanças percebidas e não valorizadas. As mudanças não percebidas fogem ao escopo da proposta da pesquisa e não foram investigadas.

O aspecto mais importante do primeiro grupo de resultados foi a mudança no nível de escolarização e suas conseqüências: aumento da auto-estima que levou a maior confiança em si mesmo e, por conseqüência a mudança em suas expectativas e aspirações como apontado por Mosquera & Stobaüs (2006) influenciando não só em sua relação com a escola, mas também com o trabalho e com a comunidade.

Parte significativa dos jovens deu continuidade aos estudos e conseguem acompanhar o desenvolvimento das aulas e atividades. Alguns referem a universidade, como possibilidade real e não mais como um sonho distante. Assim é possível concluir que o eixo do Programa voltado para elevação da escolarização desempenha um papel fundamental da escola segundo Lewin, ou seja, a ampliação dos horizontes dos alunos.

Como já observado, a relação como o mundo do trabalho também foi alterada, a conclusão do ensino fundamental e a ampliação da rede social diversificaram as formas utilizadas para procurar emprego, possibilitando inclusive a inscrição em concursos antes não referida e a procura por agências especializadas. Esses resultados revelam a estreita relação entre o processo de escolarização e o mundo do trabalho, apontada no tópico 2.1.2. do capítulo destinado à fundamentação teórica desta pesquisa.

Algumas outras mudanças relacionadas com o mundo do trabalho foram referidas, mas estas pertencem ao segundo grupo de resultados. Diz um dito popular que uma grande expectativa é seguida por uma grande decepção, o ditado se adequa perfeitamente à percepção dos egressos sobre o eixo da qualificação profissional.

Considerada pelos próprios jovens como o grande diferencial do Programa e o maior motivador para a inscrição no mesmo, a qualificação profissional oferecida, quando foi oferecida, não correspondeu às expectativas iniciais e como consequência, as mudanças que causou não impactaram a percepção dos jovens.

Seja por questões de implementação ou pela própria proposta do Programa, que prevê formação profissional em nível básico, a esperança criada que a participação no ProJovem o levaria a aprender um profissão e a um emprego futuro foi desmontada ainda durante o desenrolar do Programa.

Os arcos ocupacionais, previstos para durar três meses, nos núcleos onde foram oferecidos, tiveram sua duração reduzida para três semanas. O nível básico proposto foi considerado excessivamente básico pelos jovens, não possibilitando um ganho significativo de conhecimento. A não entrega dos certificados de participação no curso impede a atualização dos currículos.

Assim as mudanças proporcionadas pela formação técnica geral – FTG são percebidas pelos egressos, mas aparecem em segundo plano. Essas mudanças se referem a um aprendizado em relação aos comportamentos e atitudes necessários às exigências do mundo do trabalho atual. Os egressos relatam que hoje sabem como se portar em uma entrevista de emprego, como organizar seus currículos, como se expressar no trabalho, conhecem seus direitos e deveres, além de outros, mas consideram que tais conhecimentos e habilidades não são suficientes.

De acordo com a análise dos egressos pode-se concluir que o ProJovem provou algumas mudanças na vida dos jovens, especialmente em relação a seus comportamentos e atitudes frente à escola e ao mundo do trabalho, e que estas se mantêm vivas um ano e meio após a conclusão do curso.

Segundo Agnes Heller (2000), citada por Minayo, um olhar mais desavisado sobre os seres humanos pode levar a crer que estes aspiram a certos fins que estão determinados pelas circunstâncias que modificam seus esforços e aspirações, produzindo resultados distintos dos objetivos postos no início. Essa diferenciação, no entanto, é um equívoco, pois as ‘circunstâncias’ são, de fato, parte da proposta em ação.

Para a autora, as circunstâncias não são externas, mas sim, o contexto e o campo de ação da vida dos sujeitos, a estrutura social e formas de pensamento nas quais eles se movem. Quando as pessoas têm determinadas metas, o campo de determinação causal não é apenas o da orientação rumo a seu escopo, mas o conjunto das demais objetivações que, a partir da ação, desencadeiam novas séries causais e fazem com que o ciclo da vida não seja interrompido.

De algum modo, ter participado do ProJovem causou nos jovens algumas transformações que podem ter desencadeado uma nova série causal, interferindo no desenrolar de sua vida. Grandes mudanças não foram detectadas e muitos foram perdidos no caminho, sendo a permanência um problema gravíssimo que abrange todos os níveis da educação, especialmente a educação básica e que merece atenção especial dos formuladores e implementadores de políticas públicas.

Questões graves ligadas a implementação do Programa em Salvador foram apresentadas e comprometeram significativamente a execução do mesmo nesta cidade e, conseqüentemente, os jovens que dele participaram. Também questões na proposta do Programa precisam ser reavaliadas. Os próprios egressos deram sugestões em relação a alguns pontos estruturais do Programa que podem ser aproveitadas em novas políticas direcionadas para a juventude.

Retomando Minayo em sua perspectiva da mudança como ponto-chave das políticas públicas é possível afirmar que o ProJovem proporcionou mudanças na relação de seus beneficiários com a escolarização, com o mundo do trabalho, em menor escala, e consigo mesmo. Essas mudanças, no entanto, ainda são insuficientes para promover uma melhoria significativa na condição de vida dessas pessoas e da sociedade em geral.

Esta pesquisa não cobre todas as necessidades de compreensão das políticas de juventude, tratou apenas de um pequeno recorte desse universo, deixando, ao longo do trabalho, para outros pesquisadores, a indicação de algumas questões importantes que necessitam maior compreensão.

BIBLIOGRAFIA

1. ABBAD, Gardênia da Silva; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Aprendizagem humana em organizações de trabalho. In: ZANELLI, José Carlos; ANDRADE-BORGES, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (orgs.). **Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Artmed Editora. 2004. p. 237-275.
2. ABBAD, Gardênia; BORGES-FERREIRA, Maria Fernanda; NOGUEIRA, Rommel. Medidas de aprendizagem em avaliação de T&D. In: BORGES-ANDRADE, Jairo; ABBAD, Gardênia; MOURÃO, Luciana (orgs.) **Treinamento, Desenvolvimento e Educação**. Organizações e Trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas. São Paulo; Artmed Editora S.A., 2006.
3. Almeida, Maria da Conceição. **Gravidez na adolescência e escolaridade: um estudo em três capitais brasileiras. 2008**. (Tese) - Doutorado em Saúde Coletiva. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Orientador: Prof^ª. Dr^ª Estela Maria Leão de Aquino
4. ANTELO, Estanislao; ABRAMOWISKI, Ana L. **El renegar de La escuela: desinterés, apatia, aburrimiento, violència e indisciplina**. Rosario: Editora Homo Sapiens Ediciones, 2000.
5. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Traduzido por Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.
6. ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2^a edição. Rio de Janeiro: LTC – livros técnicos e científicos S.A., 1981.
7. BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
8. BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. Mapas Cognitivos; ferramentas de pesquisa e intervenção em processos organizacionais. In.; **I Encontro de Estudos Organizacionais, 2000, Curitiba**. Curitiba: ANPAD, 2000.
9. _____. Trabalho e qualificação: questões conceituais e desafios postos pelo cenário da reestruturação produtiva. In: ZANELLI, José Carlos; ANDRADE-BORGES, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (orgs.). **Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Artmed Editora. 2004. p. 23-40
10. BARRETO, Túlio Velho. Notas sobre teorias de mudança social no século XX. In: **Trabalhos para discussão** (on line). Nº 105/2001. Fundação Joaquim Nabuco. Março 2001. Disponível via internet em: ≤ <http://www.fundaj.gov.br> ≥. Acesso em 11 de novembro de 2008.

11. BOCK, K. (1980). “Teorias do progresso, desenvolvimento e evolução”, In: T. Bottomore e R. Nisbet (orgs.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 176-89.
12. BORGES, Livia de Oliveira; YAMANOTO, Oswaldo Hajime. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, José Carlos; ANDRADE-BORGES, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Vrigílio Bittencourt (orgs.). **Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Artmed Editora. 2004. p. 24-62
13. BRASIL. **Projeto do Programa PROJOVEM**. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília: Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Brasília, 2005.
14. BRASIL. **Relatório Parcial de Avaliação do ProJovem 2007**. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília: Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Brasília, 2007.
15. BRASIL. **Primeira conferência nacional de políticas públicas de juventude (CONJUVE)**. Documento Base. Brasília, 2007.
16. CARTWRIGHT, Dorwin; ZANDER, Alvin. Pressões e padrões do grupo: introdução. In: CARTWRIGHT, Dorwin; ZANDER, Alvin (orgs.). **Dinâmica de Grupo. Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Herder, 1969.
17. CAMUS, Albert. **O mito de Sisifo: ensaio sobre o absurdo**. Tradução de Mauro Gama, Editora Guanabara, 1996. Versão *on line* disponível em \leq http://filosofocamus.sites.uol.com.br/Camus_sisifo_completo.htm \geq Acesso em 23 de março de 2009. Obra original publicada em 1942.
18. COCH, Lester; FRENCH, John R. P.. Superação da Resistência à mudança. In: CARTWRIGHT, Dorwin; ZANDER, Alvin (orgs.). **Dinâmica de Grupo. Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Herder, 1969.
19. DANCEY, Christine; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia. Usando SPSS para Windows**. Tradução de Lori Viali. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed Editora. 2006.
20. DANTAS, Lys Maria Vinhaes. **Análise da implementação de uma política educacional pioneira na área de avaliação em larga escala na Bahia**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Orientador: Prof. Dr. Robert Verhine.
21. DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. In: **Revista brasileira de educação**, setembro-dezembro de 2003, número 24. Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação. São Paulo, SP. PP 40-52.
 - a. Disponível em \leq <http://www.unemat.br> \geq acesso em 19 de maio de 2008.

22. DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**. Campinas / São Paulo: Papyrus, 1996.
23. DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 8th ed. New Jersey – EUA: Prentice Hall, 1995.
24. ECO, Umberto. **Kant e o ornitorrinco**. Traduzido por: Ana Thereza B. Vieira. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 1998.
25. FERRARO, Alceu Ravello. Diagnóstico da escolarização no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 12 on line. Disponível em: ≤ www.anped.org.br ≥ Acesso em 23 de março de 2009. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 1999.
26. FESTINGER, Leon; SCHACHTER, Stanley; BACK, Kurt. O funcionamento dos padres de grupo. In: CARTWRIGHT, Dorwin; ZANDER, Alvin (orgs). **Dinâmica de Grupo. Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Herder, 1969.
27. FREITAS, Luiz C. Avaliação: *Construindo o conceito*. In: **Ciência e Ensino**, 3, dezembro, 1997
28. FREITAS, Maria Virgínia (org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
29. GOMES, Candido; MOTTER, Paulino. Posfácio. In: PLANK, David N. **Política educacional no Brasil**: caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
30. HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M. L.; KNAUTH, Daniela Riva. Juventude, sexualidade e reprodução. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, jul. 2006. Disponível em < <http://www.scielo.br/scielo> >. Acessos em 21 abr. 2009. doi: 10.1590/S0102-311X2006000700001.
31. IOSCHPE, Gustavo. **A Ignorância Custa um Mundo**. O valor da educação no desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Editora Francis, 2004.
32. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Adaptado por: Lana Mara Siman. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.
33. LECCARDI, Carmem. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. Traduzido por: Norberto Luiz Guarinello. In: **Revista Tempo Social**, 17:22, pp 35-57. Novembro, 2005. Disponível via internet em: ≤ <http://www.scielo.br> ≥ . Acesso em 19 de maio de 2008.
34. LEITÃO, Sérgio Proença; ROUSSEAU, Kátia. Introdução à natureza da mudança transformadora nas organizações. In: **RAP – Revista de administração pública**, 38 (5), pp 683-710. Setembro/outubro 2004. Disponível via internet em: ≤ <http://www.ebape.fgv.br/academico> ≥ . Acesso em 23 de fevereiro de 2009.

35. LÉON, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia (org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 10-18
36. LEWIN, Kurt. Teoria de Campo e Aprendizagem. In: **Teoria de campo em ciência social**. Tradução de Carolina Martuscelli Bori. São Paulo: Ed. Pioneira, 1949.
37. LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
38. MACEDO, Roberto Sidnei. **A Etnopesquisa Crítica e Multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação**. 2ª ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia – EDUFBA, 2004.
39. MACHADO, F. Q. - Por uma história da juventude brasileira - **Revista da UFG**, Vol. 6, No. 1, jun 2004 on line . Disponível em ≤ <http://www.proec.ufg.br> ≥ . Acesso em 23 de maio de 2008.
40. MARIN, J. O. B. - O trabalho infantil na agricultura moderna. **Revista da UFG**, Vol. 7, No. 01, junho 2004 on line. Disponível em ≤ www.proec.ufg.br ≥ . Acesso em 10 de abril de 2009.
41. MERLAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes. 1999.
42. MELUCCI, A., FABBRINI, A. *L'età dell'oro: adolescenti tra sogno ed esperienza*. Milano: Feltrinelli, 1992.
43. MERLUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Traduzido por: Angelina Peralva. In: FAVERO, Osmar; SPOSITO, Marília, CARRANO, Paulo Cesar; NOVAES, Regina (orgs). **Juventude e Contemporaneidade**, 2007. MEC e UNESCO.
44. _____. Para uma teoria dos movimentos sociais. Traduzido por: Maria do Carmo Alves do Bomfim. In: MERLUCCI, Alberto. **A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Editora Vozes. 2001.
45. MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade?. In: **Cadernos de saúde pública**, v.9, nº3. Rio de Janeiro, julho/setembro 1993. Disponível em: ≤ <http://www.scielo.br> ≥ Acesso em: 05 de maio de 2008.
46. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Mudança: conceito-chave para intervenções sociais e para avaliação de programas. In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (Org) **Avaliação por triangulação de métodos**. Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/ 2005.
47. MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos; CONSTATINO, Patrícia; SANTOS, Nilton César. Métodos, técnicas e relações em triangulações. In:

- MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (Org) **Avaliação por triangulação de métodos**. Abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/ 2005.
48. _____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. IN MINAYO, M.C.S. (Org) **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.
49. MOSQUEIRA, Juan José Mouriño; STOBAÜS, Claus Dieter. Auto-imagem, auto-estima e auto-realização. Qualidade de vida na universidade. In: **Psicologia, saúde & doença**, 2006, vol. Vii, nº001. Lisboa: Sociedade portuguesa de psicologia. p. 83-88.
50. MOURÃO, Luciana; PUENTES-PALACIOS, Katia. Formação profissional. In: BORGES-ANDRADE, Jairo; ABBAD, Gardênia; MOURÃO, Luciana (orgs.) **Treinamento, Desenvolvimento e Educação**. Organizações e Trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas. São Paulo; Artmed Editora S.A., 2006.
51. NÉRIS, Jorge Santos. **Microprocessos de aprendizagem organizacional do baixo médio São Francisco**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Orientador: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Loiola R. da Cruz Souza.
52. NOVAES, Regina. Juventude e sociedade : jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. In: **Comunidade Virtual de Antropologia**. Edição número 38. Disponível em: ≤ <http://www.antropologia.com.br> ≥ . Acesso em 15 de maio de 2008.
53. _____. Políticas de juventude no Brasil:Continuidades e rupturas. In: FAVERO, Osmar; SPOSITO, Marília, CARRANO, Paulo Cesar; NOVAES, Regina (orgs). **Juventude e Contemporaneidade**, 2007. MEC e UNESCO.
54. OLIVEIRA, Tiago Lopes. **A situação atual do trabalho juvenil: a juventude e as exigências sociais para o seu ingresso no mercado de trabalho**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Orientador: Prof. Dr. Odair Sass.
55. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Políticas públicas de /para/ com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004. 304p. Disponível em: ≤ <http://unesdoc.unesco.org> ≥. Acesso em: 03 jul. 2007.
56. POCHMANN, Marcio. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? In: **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25,nº 87, pp: 383-399 – maio/agosto 2004. Disponível em: ≤ <http://www.cedes.unicamp.br> ≥. Acesso em 12 de março de 2009.
57. PARO, Victor Henrique. A Gestão da Educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. Apresentado no V Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular. Porto Alegre, RS, 06 a 11/07/1998. IN: SILVA, Luiz Heron da (Org). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 300-307.

58. PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. In: FAVERO, Osmar; SPOSITO, Marília, CARRANO, Paulo Cesar; NOVAES, Regina (orgs). **Juventude e Contemporaneidade**, 2007. MEC e UNESCO
59. RAUPP, Magdala; REICHLE, Adriana. **Avaliação: Ferramenta para melhores projetos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
60. RIBEIRO, Eliane; LÂNES, Patrícia. **Diálogo nacional para uma política pública de juventude**. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP. Pólis, 2006.
61. RIOS, Anailza. **Minidicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo/; Editora Casa das Letras, 2001.
62. SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Guia de Políticas de Juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. Disponível em: ≤ <http://www.presidencia.gov.br> ≥ . Acesso em março de 2008.
63. SIEGEL, Alberta Engvall; SIEGEL, Sidney. Grupos de referência, grupos de participação e mudança de atitude. In: CARTWRIGHT, Dorwin; ZANDER, Alvin (orgs). **Dinâmica de Grupo. Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Herder, 1969.
64. SILVA, R. R; BRANDÃO D. **Os quatro elementos da avaliação**. São Paulo: Instituto Fonte, 2003.
65. SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. *On line*, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006. p. 20-45. Disponível via internet em: ≤ <http://www.scielo.br> ≥ . Acesso em 20 de fevereiro de 2009.
66. SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo César. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: FAVERO, Osmar; SPOSITO, Marília, CARRANO, Paulo Cesar; NOVAES, Regina (orgs). **Juventude e Contemporaneidade**, 2007. MEC e UNESCO
67. STEINER, Lars. Organizational dilemmas as barriers to learning. In: **The Learning Organization**, v. 5, n.4, 1998.
68. STUDART, Célia Rodriguez. **Comunicação estratégica para mudança social no context da implementação de política pública**. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2002. Orientador: Prof.^a Dr.^a Lavina Madeira Ribeiro.
69. UFBA. **Relatório dos grupos focais sobre qualificação profissional e ação comunitária – ProJovem Salvador**. Salvador, 2008 (relatório local).
70. VERHINE, Robert E. **Teoria sobre a relação educação / mercado de trabalho: uma análise avaliativa de perspectivas**. Texto utilizado como base para o curso Opções Estratégicas para a Reforma Educacional. Salvador, 2004 (mimeo).
71. TEIXEIRA, Janssen Edelweiss Nunes Fernandes. **Análise da relação entre certificação de dirigentes escolares e a implementação do planejamento**

estratégico nas escolas da rede pública estadual da baiana. 2006. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Orientador: Prof. Dr. Robert Verhine.

ANEXOS

ANEXO I
QUESTIONÁRIO A SER UTILIZADO NA COLETA DE DADOS
COM EGRESSOS DO PROJovem

QUESTIONÁRIO EGRESSOS DO PROJovem SALVADOR

Prezado jovem,

Esse questionário faz parte de uma pesquisa que tem como objetivo principal buscar a opinião de ex-participantes do ProJovem sobre a influência desse Programa em sua vida, para isto serão feitas algumas perguntas simples sobre você, sua família e sua opinião sobre o ProJovem. Desta forma sua colaboração é de fundamental importância nesse estudo, pois permite saber se, de fato, o Programa cumpriu com os seus objetivos. Comprometemos-nos em manter sigilo sobre sua identidade e agradecemos sua colaboração nesse estudo, que espera contribuir na ampliação de discussões e reflexões sobre elaboração de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira e melhorar a qualidade das já existentes.

Obrigada,

Olivia Silveira

Mestranda da Pós-Graduação em Educação
Responsável pela pesquisa
FACED/Universidade Federal da Bahia

A SER PREENCHIDO ANTES DA ENTREVISTA

Nome _____ Inscrição _____
Aplicador _____ Ordem da aplicação 1º () 2º ()

INFORMAÇÕES SOBRE O JOVEM

Vou começar perguntando alguns dados sobre você.

1- Sexo

- () Feminino
() Masculino

2- Qual a sua idade?

_____ anos

3- Você se considera?

- () Branco (a)
() Pardo (a)
() Negro (a)
() Amarelo (a)
() Indígena

4- Atualmente você é:

- () Solteiro (a)
() Casado (a), mora junto
() Separado (a), divorciado (a)
() Viúvo (a)

5- Você tem filhos?

- () Não
() Sim. Quantos? _____

A seguir serão feitas algumas perguntas sobre sua relação com a escola e o processo de escolarização. Não há respostas certas ou erradas. Marque sempre a alternativa que mais se aproxima de sua história pessoal.

6- Com quantos anos você entrou na escola?

- () 6 anos ou menos
() 7 anos
() 8 anos
() 9 anos
() 10 anos
() 11 anos ou mais

7- Quantas vezes você começou a estudar e parou antes do final do ano?

- () Nenhuma vez
() Uma vez
() Duas vezes
() Três vezes
() Quatro vezes
() Cinco ou mais vezes

8- Caso tenha parado de estudar algum momento, qual o PRINCIPAL motivo o levou a isto?

- () Dificuldades de aprender
 () Desinteresse pelos conteúdos
 () Problemas de relacionamento na escola
 () Incompatibilidade com trabalho ou ocupação
 () Necessidade de tomar conta de filho ou parentes
 () Gravidez
 () Mudança de endereço, de bairro ou cidade
 () Outros Quais? _____

9- Quantas vezes você foi reprovado?

- () Nenhuma vez
 () Uma vez
 () Duas vezes
 () Três vezes
 () Quatro vezes
 () Cinco vezes ou mais

10- Antes do ProJovem, qual a última série que você havia cursado?

- () 4ª série do ensino fundamental
 () 5ª série do ensino fundamental
 () 6ª série do ensino fundamental
 () 7ª série do ensino fundamental
 () 8ª série do ensino fundamental
 () Outra. Qual? _____

11- Atualmente você está estudando?

- () Sim. Estou cursando o ensino médio regular
 () Sim. Estou cursando o ensino médio – supletivo
 () Sim. Estou cursando ensino médio - curso técnico
 () Sim. Estou cursando ensino médio – Proeja
 () Não. Mas pretendo dar continuidade aos estudos.
 (Vá para a questão 16)
 () Não. (Vá para a questão 16)

AS QUESTÕES 12, 13 14 E 15 DEVEM SER RESPONDI-DAS APENAS POR QUEM RESPONDEU SIM NA QUESTÃO ANTERIOR.

12- Você tem conseguido acompanhar as aulas do curso que está fazendo?

- () Sim. Acompanho as aulas com muita facilidade
 () Sim. Acompanho as aulas com facilidade
 () Sim. Acompanho as aulas com alguma dificuldade
 () Sim. Acompanho as aulas com muita dificuldade
 () Não consigo acompanhar as aulas

13- Você tem conseguido fazer as atividades solicitadas pelos professores?

- () Sim. Resolvo as atividades com muita facilidade
 () Sim. Resolvo as atividades com facilidade
 () Sim. Resolvo as atividades, mas com alguma dificuldade

14- A que você atribui as FACILIDADES encontradas para acompanhar as aulas e/ou resolver as atividades propostas pelos professores?

15- A que você atribui as DIFICULDADES encontradas para acompanhar as aulas e/ou resolver as atividades propostas pelos professores?

A QUESTÃO 16 DEVE SER RESPONDIDA APENAS POR QUEM RESPONDE NÃO NA QUESTÃO 11.

16- A que você atribui não ter dado continuidade aos estudos?

A QUESTÃO 17 DEVE SER RESPONDIDA POR TODOS OS JOVENS.

17- Em sua opinião, de que forma a participação no ProJovem influenciou para sua atual situação de escolarização? Justifique sua resposta.

A seguir serão feitas algumas perguntas sobre sua relação com o mundo do trabalho. Não há respostas certas ou erradas. Marque sempre a alternativa que mais se aproxima de sua história pessoal.

18- Com que idade você teve o seu primeiro trabalho remunerado?

- () Nunca tive trabalho remunerado
 () Com 10 anos ou menos
 () Entre 10 e 12 anos

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Sim. Resolvo as atividades, mas com muita dificuldade | <input type="checkbox"/> Entre 13 e 15 anos |
| <input type="checkbox"/> Não resolvo as atividades | <input type="checkbox"/> Entre 16 e 18 anos |
| | <input type="checkbox"/> Entre 19 e 21 anos |
| | <input type="checkbox"/> Aos 22 anos ou mais |

19- Anteriormente a sua entrada no ProJovem, quanto tempo aproximadamente você permanecia com trabalho remunerado por ano?

- Nunca tive trabalho remunerado
 Menos de um mês
 Entre um e três meses
 Entre quatro e seis meses
 Entre sete e nove meses
 Entre dez e doze meses

20- De qual (is) área (s) esse (s) trabalho (s) mais se aproximava (m)? Se for o caso, marque mais de uma alternativa.

- Telemática (Atividades relacionadas à informática, celulares e tecnologia moderna)
 Construção civil, eletricidade, reformas ou transporte de carga ou de passageiros
 Turismo, esporte, lazer, arte, cultura ou alimentação (cozinheiro, garçom, guia de turismo, recepcionista)
 Administração ou gestão pública (office boy, encarregado, caixa, auxiliar administrativo)
 Saúde ou educação (enfermagem, creche, consultórios, escolas, clínicas ou hospitais)
 Vestuário (Atividade relacionada ao fabrico ou venda de roupas, sapatos e moda)
 Serviços pessoais (cabeleireiro, manicure/pedicure)
 Serviços domésticos (babá, diarista, porteiro, jardineiro, faxineiro, empregada doméstica)
 Metalmeccânica, madeireira e mobiliário (serralheiro, mecânico, carpinteiro, metalúrgico)
 Outros. Quais? _____
 Não tinha trabalho remunerado

21- Nesta época (anterior a sua entrada no ProJovem) como você procurava trabalho? (Marque a alternativa que utilizava com maior frequência).

- Nenhuma
 Nenhuma, pois estava trabalhando
 Consulta a empregadores
 Inscrição em concurso
 Consulta a agencias ou sindicato
 Resposta a anúncio
 Consulta a parente, amigo ou colega
 Tentativa para iniciar negócio próprio
 Outro. Qual? _____

22- Quando entrou no ProJovem você tinha algum trabalho remunerado?

- Sim. Trabalhava com carteira assinada
 Sim. Trabalhava sem carteira assinada
 Sim. Trabalhava por conta própria
 Sim. Trabalhava em “negócio da família”
 Não

23- Hoje como você procura trabalho? (Marque a alternativa que utilizava com maior frequência).

- Nenhuma. Não procuro
 Nenhuma, pois estou trabalhando
 Consulta a empregadores
 Inscrição em concurso
 Consulta a agencias ou sindicato
 Resposta a anúncio
 Consulta a parente, amigo ou colega
 Tentativa para iniciar negócio próprio
 Outro. Qual? _____

24- Atualmente você está trabalhando? (Marque a alternativa que melhor descreve sua situação de trabalho)

- Sim. Trabalha com carteira assinada
 Sim. Trabalha sem carteira assinada
 Sim. Trabalha por conta própria
 Sim. Trabalha em “negócio da família”
 Não. Mas estou procurando
 Não

25- De qual área esse trabalho mais se aproximava ?

- Telemática (Atividades relacionadas à informática, celulares e tecnologia moderna)
 Construção civil, eletricidade, reformas ou transporte de carga ou de passageiros
 Turismo, esporte, lazer, arte, cultura ou alimentação (cozinheiro, garçom, guia de turismo, recepcionista)
 Administração ou gestão pública (Office boy, encarregado, caixa, auxiliar administrativo)

- Saúde ou educação (enfermagem, creche, consultórios, escolas, clínicas ou hospitais)
- Vestuário (Atividade relacionada ao fabrico ou venda de roupas, sapatos e moda)
- Serviços pessoais (cabeleireiro, manicure/pedicure)
- Serviços domésticos (babá, diarista, porteiro, jardineiro, faxineiro, empregada doméstica)
- Metalmeccânica, madeireira e mobiliário (serralheiro, mecânico, carpinteiro, metalúrgico)
- Outros. Quais? _____
- Não estou trabalhando

26- De que maneira a sua participação no ProJovem influenciou para sua atual situação de trabalho? Justifique sua resposta?

A seguir serão feitas algumas perguntas sobre sua opinião em relação ao ProJovem e até que, e em quais pontos, sua participação neste programa trouxe mudanças para a sua vida e dos seus familiares. Não há respostas certas ou erradas. Marque sempre a alternativa que mais se aproxima de sua história pessoal.

27- O ProJovem atendeu suas expectativas?

- Sim. Atendeu e até superou minhas expectativas
- Sim. Atendeu as minhas expectativas
- Não atendeu as minhas expectativas

28- Em sua opinião, entre as possíveis contribuições do ProJovem para a sua vida, qual a importância das que se seguem:

Possíveis contribuições:	Nenhuma	Pouca	Muita
Melhorar minha auto-estima			
Melhorar minha participação na comunidade			
Conseguir um trabalho/emprego			
Montar meu próprio negócio			
Continuar os meus estudos			
Melhorar minha fluência verbal/ escrita			
Ser mais solidário			
Percebi minha importância na sociedade			
Ter mais credibilidade entre amigos e familiares			
Ter mais confiança em mim mesmo			
Melhorar minha consciência social			
Ter consciência dos meus direitos			
Ter consciência dos meus deveres			
Ampliar meus contatos para conseguir emprego			
Ampliar minhas formas para procurar emprego			
Valorizar o patrimônio histórico-cultural			
Utilizar a informática			
Regularizar documentos pessoais			
Ajudar na inclusão bancária			
Concluir do ensino fundamental			
Aprender uma ocupação que gera renda			
Aprender a usar serviços da rede pública			
Assumir responsabilidades com a família			
Assumir responsabilidades com a comunidade			
Desenvolver auto-crítica			
Melhorar convivência com o grupo social			

29- Ter participado do ProJovem trouxe alguma mudança para a sua vida?

- () Não
() Sim. Quais?

30- Caso tenha respondido NÃO ou SIM na questão anterior, explique sua resposta. Por que sim? Por que não?

Muito obrigada por sua colaboração!!!!

ANEXO II
ROTEIRO A SER UTILIZADO NOS GRUPOS FOCAIS
COM EGRESSOS DO PROJÓVEM

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL COM EGRESSOS DO PROJOVEM²⁰

Introdução

Bom dia/Boa Tarde! Meu nome é _____. O nosso objetivo aqui é ouvir as opiniões de vocês, sobre suas experiências no PROJOVEM e depois de sua participação nesse programa. Gostaríamos de discutir suas motivações, expectativas e percepções sobre o programa e possíveis mudanças que possa que trazido a sua vida. Dessa forma, vocês estarão contribuindo para a produção de um conhecimento inédito sobre o programa, que pode auxiliar nas discussões sobre política pública para juventude no Barsil. Por isso, muito obrigado (a) pela participação de todos, esperamos que essa conversa seja informativa e estimulante.

Para que possamos aproveitar ao máximo essa discussão, tenho algumas recomendações e esclarecimentos a fazer. Em primeiro lugar, sintam-se à vontade para participar e expressar suas idéias. Peço, no entanto, que fale uma pessoa de cada vez pois estaremos gravando esta atividade. Em segundo lugar, sei que cada um aqui tem experiências diferentes que gostaríamos de conhecer. Portanto deixem de lado a timidez e contem-nos o que vocês realmente pensam. Finalmente, por favor, sintam-se à vontade para discordar e oferecer o seu próprio ponto de vista, mas respeitando as opiniões dos outros participantes. Não existem respostas certas ou erradas, o que queremos conhecer é a sua opinião e experiência sobre o que for perguntado.

Além da gravação, contaremos com o auxílio de observadores a fim de captar o máximo de informações sobre os depoimentos, o que não impede que seja mantido o mais absoluto sigilo daquilo que será gravado, transcrito e anotado nesse encontro. As falas não serão associadas aos seus nomes. Pela mesma razão, para preservar o sigilo, pedimos que vocês não comentem depois, lá fora, o conteúdo dessa discussão. Assim, não haverá motivo para constrangimentos e inibição.

Antes que iniciemos, gostaria de saber se vocês gostariam de pedir algum esclarecimento?

Quebra - Gelo

Para começar, gostaríamos de pedir que cada um de vocês se apresentasse dizendo seu nome e, se você tivesse que dar uma nota para o PROJOVEM de 0 a 10, qual nota você daria? Por que?

Roteiro para Discussão

- 1) Gostaríamos de saber como se deu, para cada um de vocês, a sua entrada no PROJOVEM?

Probes:

- Como ficaram sabendo do PROJOVEM?

²⁰ Versão adaptada de roteiro utilizado pelo SMA/ProJovem em pesquisa com participantes do Programa em 2006.

- Foi fácil ou houve dificuldades para entrar no programa? Se sim, quais foram estas?
- Por que vocês resolveram se matricular no PROJOVEM?

2) Baseando-se nas suas próprias experiências, de uma maneira geral, como vocês avaliam o PROJOVEM?

Probes:

- Quais as coisas que vocês mais e menos gostaram no PROJOVEM?
- Quais as dificuldades que você encontraram para as aulas? (Acesso ao núcleo, instalações, ruído, horário, trabalho...)

3) O que vocês viveciaram no PROJOVEM correspondeu com as suas expectativas iniciais?

Probes:

- Surpresas e ou decepções?
- Quais são os motivos que levariam alguém a abandonar o PROJOVEM? Vocês conhecem alguém fez isso? Por que vocês acham que ele/ ela largou o programa?
- O que os motivou a ir até o final?

4) Agora, mais especificamente, qual a opinião de vocês sobre a qualificação profissional do PROJOVEM? Lembrar que aqui inclui formação geral e arco ocupacional

Probes:

- O que vocês acharam das aulas? Do que vocês mais e menos gostaram?
- A qualificação profissional oferecida os ajudou a conseguir trabalho? De que forma contribuiu? Por que você considera que não contribuiu?
- Para os que já trabalhavam, percebem alguma mudança em sua relação com o trabalho? Essa mudança tem haver com o ProJovem? De forma você faz essa relação?

5) E em relação à escolarização oferecida pelo programa, o que vocês acharam dessa experiência?

Probes:

- O que acharam das aulas? E dos professores? Do que gostaram e não gostaram?
- Ter completado o ensino fundamental trouxe alguma mudança em suas vidas? Quais? Por que não?
- Alguém continuou os estudos? Onde? Quando? O que o levou a tomar essa decisão?
- Alguém não continuou os estudos? O que o impediu? Gostaria de continuar em outra oportunidade?

6) Vocês consideram que ter participado do ProJovem mudou alguma coisa em suas vidas?

Probes

- Quando entrou esperava alguma mudança? Qual? Isto aconteceu?
- O que mudou? Como era antes? O que considera que possa ter causado tal mudança?
- Por que considera que nada tenha mudado?

7) O que vocês consideram como mais importante na experiência com o ProJovem? Por que? De que forma isto afetou sua vida?

Apresentação do relatório feito pelo relator (máximo 05 minutos) e pedido ao grupo que avalie a síntese feita pelo mesmo.

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE PERMISSÃO PARA USO
AUTORAL DE DEPOIMENTO ORAL

DECLARAÇÃO DE PERMISSÃO PARA USO AUTORAL DE DEPOIMENTO ORAL

Eu, _____, portador do documento de identificação nº _____, emitido por _____ declaro estar participando de livre e espontânea vontade do Grupo Focal, realizado para o projeto de pesquisa vinculado à pós-graduação em educação da Universidade Federal da Bahia.

Também estou ciente de que esta sessão será gravada e fui devidamente informado sobre o uso dessas gravações: destinadas à pesquisa para titulação em mestrado, sem identificação nominal dos participantes nos documentos de análise.

Salvador, _____ de _____ de 2008.

Assinatura

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)